Versão Pública
Notas Técnicas
SE-Camex

Indeferimentos

227ª Reunião do Comitê-Executivo de Gestão (Gecex)
24/07/2025

Os trechos tarjados neste documento são protegidos pelo artigo 5º, § 2º, do Decreto Federal nº 7.724/2012 (Informação Empresarial - Vantagem Competitiva)

Subsecretaria de Articulação em Temas Comerciais
Secretaria-Executiva da Camex

Sumário

Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul – Letec

1. Nota Técnica SEI nº 1000/2025/MDIC

Fita de sublimação de tinta – NCM 3920.69.00 5

2. Nota Técnica SEI nº 896/2025/MDIC

Outras chapas e tiras, de ligas de alumínio – NCM 7606.92.00.. 13

3. Nota Técnica SEI nº 1219/2025/SDIC/MDIC

Chapas de liga de alumínio – NCM 7606.12.90 20

Mecanismo de desabastecimento (Resolução GMC nº 49/19)

4. Nota Técnica SEI nº 612/2025/MDIC

Aparelhos para preparação de café ou de chá. NCM 8516.71.00 29

5. Nota Técnica SEI nº 743/2025/MDIC

Carregadores portáteis para baterias de íons de lítio. NCM 8504.40.10 45

6. Nota Técnica SEI nº 1063/2025/MDIC

Bolas de Tênis. NCM 9506.61.00 57

7. Nota Técnica SEI nº 1064/2025/MDIC

Raquetes de tênis. NCM 9506.51.00 64

8. Nota Técnica SEI nº 1065/2025/MDIC

Artigos e equipamentos para esportes. NCM 9506.99.00 71

Lista de Elevações Tarifárias Temporárias por Desequilíbrios Comerciais Conjunturais - Lista DCC

9. Nota Técnica SEI nº 3011/2025/MDIC

Vergalhões em Rolo. NCM 7213.10.00 78

Lista de Exceções de Bens de Informática e Telecomunicações e Bens de Capital - LEBIT/BK

10. Nota Técnica SEI nº 1177/2025/SDIC/MDIC

Moduladores/demoduladores (modems). NCM 8517.62.55, e

Outros aparelhos transmissores/receptores por satélite. NCM 8517.62.65 92

11. Nota Técnica SEI nº 933/2025/MDIC

Martelos com motor elétrico incorporado. NCM 8467.29.93.. 102

12. Nota Técnica SEI nº 934/2025/MDIC

Aparelhos para comutação de pacotes de dados (switches). NCM 8517.62.34 112

Nota Técnica SEI nº 1000/2025/MDIC

Assunto: **Fita de sublimação de tinta para aplicação em alta gama, composta por poliéster (PET). NCM 3920.69.00 – com criação de Ex-tarifário. Pleito novo. Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (LETEC). Pleito de redução temporária da alíquota do Imposto de Importação de 16% para 0%. Processo SEI nº 19971.000205/2025-01 (Público) e 19971.000206/2025-47 (Restrito).**

I - DO PLEITO

1. A presente Nota Técnica tem como objetivo analisar pleito de redução tarifária temporária protocolado pela empresa Rosano Tecnhology Industria, Comercio e Serviços Ltda – Rosano – em 13 de março de 2025, para o produto "*Fita de sublimação de tinta para aplicação em alta gama, composta por poliéster (PET) com espessura de 5,70± 0,μm, utilizada para impressão por sublimação com cores amarelo, magenta, ciano, preto de resina e sobrecapa protetora, inclui formulação exclusiva para otimização da fixação da tinta, garantindo maior durabilidade e resistência ao desgaste*", com criação de Ex-tarifário, classificado no código da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM 3920.69.00, ao amparo da Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (LETEC) de que tratam as Decisões nº 58/10 e nº 11/21 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, o qual apresenta as seguintes características:

a) Alíquota pretendida: 0%;

b) Período de vigência da medida: 24 meses;

c) Quota a ser importada durante o período de vigência: 200.000 metros (ou 1.908 kg).

d) Cronograma de importações: não informado;

e) Justificativa da necessidade de aplicação da medida: em resumo, a pleiteante informou que o pleito se justifica pela necessidade de suprir a demanda do setor de impressão por sublimação, promovendo maior produtividade e competitividade.

f) Produção nacional ou regional: a pleiteante informou que não há produção nacional do produto objeto do pleito.

g) Consumo nacional e regional: a pleiteante não forneceu informações de consumo regional.

Quadro 1 - Consumo Nacional Produto Objeto do Pleito - em metros - (classificado no código NCM 3920.69.00) [CONFIDENCIAL]

Consumo	2024	2025*
Nacional	[redacted]	[redacted]

* Dados estimado pela pleiteante

Elaboração: STRAT / Fonte: Pleiteante

h) Investimentos da indústria doméstica já feitos ou previstos e empregos gerados na linha de produção de produtos que utilizam o produto objeto do pleito como insumo: A pleiteante informou que as operações da empresa foram afetadas pelas enchentes no estado do Rio Grande do Sul. Também informou que há 4 processos de ex-tarifário em andamento, voltados à importação de novas máquinas destinadas à fabricação do produto final. Essas máquinas dependem diretamente da matéria-prima importada, objeto do presente pleito, uma vez que não existe produção nacional disponível.

i) Eventuais práticas sustentáveis que a peticionária tiver indicado no processo: A pleiteante não apresentou informações sobre práticas sustentáveis.

j) Principais produtores mundiais: Ciaat Co. (Coreia do Sul)

k) Panorama sobre o mercado internacional da mercadoria, em especial a evolução dos preços nos últimos 3 anos: Em resumo, a pleiteante informou que as empresas do setor se destacam pela produção em larga escala, que reduz custos e permite competir com fabricantes internacionais. A automação melhora a eficiência e diminui desperdícios. Além disso, a qualidade dos ribbons e as certificações técnicas para garantir aceitação no mercado. Além disso, informou que entrar no setor exige alto investimento em máquinas e controle de qualidade, além de conhecimento técnico sobre materiais e impressoras. A dependência de insumos importados, a concorrência com marcas consolidadas e as exigências regulatórias dificultam ainda mais a entrada de novos players.

2. Os dados básicos do pleito encontram-se referenciados no quadro abaixo.

Quadro 2 - Resumo do pleito

Processos SEI	Descrição Ex-tarifário	NCM	Redução de II	Quota	Prazo
19971.000205/2025-01 (Público) 19971.000206/2025-47 (Restrito)	Fita de sublimação de tinta para aplicação em alta gama, composta por poliéster (PET) com espessura de 5,70± 0,µm, utilizada para impressão por sublimação com cores amarelo, magenta, ciano, preto de resina e sobrecapa protetora, inclui formulação exclusiva para otimização da fixação da tinta, garantindo maior durabilidade e resistência ao desgaste	3920.69.00	De 16% para 0%	200.000 metros ou 1.908 kg	24 meses

II - DO PRODUTO

3. No que diz respeito ao produto, as seguintes informações foram aportadas pela empresa pleiteante:

a) Nome Comercial ou Marca: BRJ-IA50A, BRJ-IA50aa.

b) Nome Técnico ou Científico: Fita de sublimação de tinta Y-M-C-ResinBlack(K)-OP.

c) Códigos NCM e Descrição: NCM 3920.69.00 – Chapas, etc, de outros poliésteres, sem suporte, não reforçadas, etc .

d) Descrição Específica (Ex-tarifário): Fita de sublimação de tinta para aplicação em alta gama, composta por poliéster (PET) com espessura de 5,70± 0,µm, utilizada para impressão por sublimação com cores amarelo, magenta, ciano, preto de resina e sobrecapa protetora, inclui formulação exclusiva para otimização da fixação da tinta, garantindo maior durabilidade e resistência ao desgaste.

e) Informação Geral sobre o Produto Objeto do Pleito:

Função principal: Transferência de tinta para substratos via sublimação;

Forma de uso: Utilização em equipamentos de impressão térmica;

f) Alíquota na TEC:16%

g) Alíquota aplicada:14,4%

4. Bens finais aos quais o produto é incorporado e percentual de participação do insumo ou matéria-prima no valor do bem final:

Quadro 3 – Participação % do insumo no valor do bem final, por NCM [CONFIDENCIAL]

NCM	Descrição	% do insumo no valor do bem final	Alíquota TEC	Alíquota Aplicada
8523.52.10	Tag SmartCH Ribbon YMCKO 50S e 51S	[redacted]	10,8%	10,8%
3920.69.00	Jumbo rolo colorido YMCKO		16%	14,4%
3917.29.00	Tubete		16%	16%
3917.29.00	Rolo de Limpeza Impressora SmartCH 50S e 51S		16%	16%
8483.90.00	Engrenagem Ribbon SmartCH 50S e 51S		12,6%	12,6%
8483.90.00	Porta Chip (tag) Impressora SmartCH 50S e 51S		12,6%	12,6%
8483.90.00	Guia da Impressora SmartCH 50S e 51S		12,6%	12,6%
4819.10.00	Caixa para Ribbon		16%	14,4%
3923.40.00	Saco plástico para o rolete de limpeza		18%	16,2%
3923.40.00	Saco plástico para o Ribbon		18%	16,2%
4821.90.00	Etiqueta de rastriabilidade		16%	14,4%
4821.10.00	Etiqueta para identificação do Ribbon		16%	14,4%
4811.41.10	Fita dupla face para anexar tag		16%	14,4%
4811.41.10	Fita dupla face para anexar no tubete;		16%	14,4%
3919.10.90	Fita dupla face para o rolete de limpeza		16%	14,4%

Elaboração: STRAT / Fonte: Pleiteante

5. Por fim, cumpre informar que o código NCM 3920.69.00 não está contemplado na LETEC. Dessa forma, uma eventual aprovação do pleito resultaria na ocupação de uma nova vaga no âmbito do mecanismo.

III - DA PUBLICIDADE DO PLEITO E DAS MANIFESTAÇÕES

6. Registra-se que, conforme o disposto no Art. 5º, inciso II, do Decreto nº 10.242, de 2020, a Subsecretaria de Articulação em Temas Comerciais (STRAT) da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (SE-CAMEX) dá ampla publicidade quanto ao recebimento e ao estágio de processamento dos pleitos de alterações tarifárias recebidos, por meio da disponibilização destes em seu endereço eletrônico. Com isso, faculta-se a quaisquer interessados a possibilidade de manifestação nos autos do processo.

7. No pleito em análise, **não houve manifestação de apoio ou oposição**.

IV - DA ANÁLISE

8. A análise apresentada a seguir, se baseia em dados do comércio exterior extraídos do Comex Stat, abrangendo informações sobre importações, exportações e importações e a origem das importações. Isso proporciona uma visão geral da evolução desses indicadores, considerando a totalidade do código NCM analisado.

9. Cumpre ressaltar a impossibilidade de obter dados estatísticos exclusivamente para o produto objeto do pleito, tendo em vista que este consiste em um Ex-tarifário que representa apenas parte dos produtos classificados no código NCM 3920.69.00.

Das Importações

10. O quadro abaixo apresenta a evolução das importações referentes ao código NCM 3920.69.00, em valor e em quantidade, nos períodos de 2021 a 2024 (jan-dez) e 2025 (jan-abr), bem como a evolução do preço médio dessas importações.

Quadro 4 - Importações - NCM 3920.69.00

Ano	Importações (US$ FOB)	Δ Importações (US$ FOB)	Importações (Kg)	Δ Importações (Kg)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Δ Preço médio (US$ FOB/Kg)
2021	16.770.532	-	1.695.649	-	9,89	-
2022	19.617.156	17,0%	2.286.514	34,8%	8,58	-13,3%
2023	19.982.925	1,9%	1.791.428	-21,7%	11,15	30,0%
2024	20.772.750	4,0%	2.937.935	64,0%	7,07	-36,6%
2025 (jan-abr)	4.494.395	-	1.095.257	-	4,10	-

Elaboração: STRAT / Fonte: Comex Stat

11. No que se refere às importações do produto objeto do pleito, em 2024, observou-se um aumento no valor total das importações em relação à média dos anos anteriores. O valor importado em 2024 foi de US$ 20,8 milhões, enquanto a média de 2021 a 2023 foi de US$ 18,8 milhões, representando um incremento de 10,6%.

12. Em relação à quantidade importada, também registrou um aumento. Em 2024, foram importadas 2,9 mil toneladas, em comparação à média de 1,9 mil toneladas dos anos anteriores, indicando um aumento de 52,7%.

13. Paralelamente, observou-se a média de preços entre 2021 e 2023 foi de US$

9,87/kg, enquanto, em 2024, esse valor reduziu para US$ 7,07/kg, representando uma redução de 28,4%.

Das Exportações

14. O quadro a seguir apresenta a evolução das exportações de produtos classificados no código NCM 3920.69.00, em valor e em quantidade, nos períodos de 2021 a 2024 (jan-dez) e 2025 (jan-abr), bem como a evolução do preço médio d essas exportações.

Quadro 5 - Exportações - NCM 3920.69.00

Ano	Exportações (US$ FOB)	Δ Exportações (US$ FOB)	Exportações (Kg)	Δ Exportações (Kg)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Δ Preço médio (US$ FOB/Kg)
2021	46.888	-	3.631	-	12,91	-
2022	298.954	537,6%	16.594	357%	18,02	39,5%
2023	392.024	31,1%	32.524	96%	12,05	-33,1%
2024	207.475	-47,1%	37.082	14%	5,6	-53,6%
2025 (jan-abr)	133.155	-	24.101	-	5,5	-

Elaboração: STRAT / Fonte: Pleiteante

15. No que se refere às exportações, observa-se que, entre 2021 e 2024, houve uma elevação de 342,5% no valor exportado, passando de US$ 46.888 para US$ 207.475. Em relação à quantidade exportada, houve uma elevação de 921,3% entre 2021 e 2024, passando de 3,6 toneladas para 37,1 toneladas.

16. Por oportuno, destaca-se que, de 2021 a 2024, observou-se uma redução do preço médio. Em 2021, o preço médio era de US$ 12,91/Kg, enquanto em 2024 foi de US$ 5,6/kg, representando uma redução de 56,6%.

17. Por último, é importante destacar que o saldo do comércio exterior para a NCM 3920.69.00 foi negativo no período analisado, o que resultou em déficit na balança comercial de US$ 76.198.022 entre os anos de 2021 e 2024.

Das Políticas Comerciais que afetam as Importações

18. No que tange às origens das importações brasileiras de produtos classificados sob o código NCM 3920.69.00, destaca-se os Estados Unidos como o principal fornecedor, com uma contribuição de 29,3% da quantidade total importada no ano de 2024. Em sequência, aparece: China (27,3%), Áustria (10,6%), Reino Unido (9,3%), além de outras nações (32,8%).

Quadro 6 - Importações por origem em 2024 - NCM 3920.69.00

País	Importações (US$ FOB)	Importações (Kg)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Participação/Total (%)	Preferência Tarifária (%)
Estados Unidos	6.084.313	19.694	308,9	29,3%	0%
China	5.677.791	2.032.668	2,8	27,3%	0%

Áustria	2.211.567	25.013	88,4	10,6%	0%
Reino Unido	1.934.996	5.484	352,8	9,3%	0%
França	1.506.337	345.771	4,4	7,3%	0%
Taiwan (Formosa)	1.248.930	256.161	4,9	6,0%	0%
Outros	2.108.816	253.144	8,3	10,2%	-
Total	**20.772.750**	**2.937.935**	**7,1**	**100,0%**	**-**

Elaboração: STRAT / Fonte: Comex Stat.

19. Observa-se, que 100,0% das importações brasileiras de produtos classificados no código NCM 3920.69.00 registradas em 2024 não gozaram de preferências tarifárias, devido à inexistência de acordos comerciais que regulem a matéria com os fornecedores relevantes dos produtos pertencentes ao código.

20. Ressalta-se, ainda, que o produto objeto do pleito não está submetido a medida de defesa comercial em vigor no Brasil e não é objeto de investigação de defesa comercial.

Do Escalonamento Tarifário

21. Recorda-se que, em geral, a estrutura da Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC) é progressiva, de forma que as tarifas de importação tendem a ser proporcionais ao grau de transformação dos produtos. Nesse sentido, produtos industrializados e com maior grau de transformação contam, em geral, com tarifas de importação mais elevadas do que as tarifas de bens primários e insumos básicos.

22. No caso em questão, a alíquota TEC do Imposto de Importação para o produto objeto do pleito é de 16%, ao passo que a alíquota aplicada para os principais produtos na cadeia a jusante varia entre 10,8% e 16%, conforme Quadro 3. Desse modo, verifica-se que a redução tarifária do produto objeto do pleito resultaria em efeitos corretivos no escalonamento tarifário da cadeia produtiva a jusante.

Do Impacto Econômico

23. Inicialmente, em resposta a um pedido de informação complementar feito por esta SE-CAMEX a empresa informou que a quota solicitada de 200 mil metros para 24 meses equivale a **[CONFIDENCIAL]** [redacted] Esta quota solicitada é substancialmente inferior ao volume total de importações da NCM 3920.69.00 (2.937.935 kg em 2024). Considerando uma quota conservadora de 1.000 Kg por um período de 12 meses, tem-se que o impacto econômico nominal estimado da medida seria de **[CONFIDENCIAL]** [redacted] Este valor é muito inferior a US$ 1.000.000,00, valor de referência utilizado nas análises de pleitos de redução tarifária:

Quadro 7 - Impacto Econômico [CONFIDENCIAL]

Economia no Custo de Internação (US$/tonelada)	[redacted]
Quota considerada (365 dias em tonelada)	1
Impacto econômico nominal (US$)	[redacted]

Elaboração: STRAT. Fonte: Pleiteante

V - DA CONCLUSÃO

24. Após o exposto na presente Nota Técnica, e considerando que:

a) a pleiteante solicitou redução temporária do II, de 16% para 0%, por 24 meses na LETEC, para o Ex-tarifário "Fita de sublimação de tinta para aplicação em alta gama, composta por poliéster (PET) com espessura de 5,70± 0,μm, utilizada para impressão por sublimação com cores amarelo, magenta, ciano, preto de resina e sobrecapa protetora, inclui formulação exclusiva para otimização da fixação da tinta, garantindo maior durabilidade e resistência ao desgaste" classificado no código NCM 3920.69.00, para uma quota de 1.908 kg, sob a justificativa de suprir a demanda do setor de impressão por sublimação, promovendo maior produtividade e competitividade.

b) o produto objeto do pleito é utilizado para transferência de tinta para substratos via sublimação;

c) o atendimento ao pleito implicaria a ocupação de nova vaga na LETEC;

d) não houve manifestações de apoio ou oposição ao pleito;

e) o impacto econômico da medida para a quota pleiteada é substancialmente inferior a US$ 1.000.000;

Em que pese:

f) o produto objeto do pleito não tenha produção nacional;

g) em 2024, 100% das importações brasileiras de produtos classificados no código NCM 3920.69.00 não tenham usufruído de preferências tarifária;

h) a pleiteante tenha informado que as operações da empresa foram afetadas pelas enchentes no estado do Rio Grande do Sul, e que há quatro processos de ex-tarifário em andamento, voltados à importação de novas máquinas destinadas à fabricação do produto final, sendo que essas máquinas dependem diretamente da matéria-prima importada, objeto do presente pleito;

INDEFERIMENTO do pleito de redução do Imposto de Importação, de 16% para 0%, do produto "Fita de sublimação de tinta para aplicação em alta gama, composta por poliéster (PET) com espessura de 5,70± 0,μm, utilizada para impressão por sublimação com cores amarelo, magenta, ciano, preto de resina e sobrecapa protetora, inclui formulação exclusiva para otimização da fixação da tinta, garantindo maior durabilidade e resistência ao desgaste", classificado no código NCM 3920.69.00.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente
PEDRO VICENTE DA SILVA NETO
Chefe de Divisão

De acordo. Encaminhe-se à Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais.

Documento assinado eletronicamente
CAROLINE LEITE NASCIMENTO

Coordenadora-Geral de Temas Tarifários

De acordo. Encaminhe-se ao Comitê de Alterações Tarifárias.

Documento assinado eletronicamente
HELOÍSA PEREIRA
Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais

Documento assinado eletronicamente
RODRIGO ZERBONE LOUREIRO
Secretário-Executivo da SE-CAMEX

Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Pereira Chikusa**, **Subsecretário(a)**, em 16/06/2025, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Leite Nascimento**, **Coordenador(a)-Geral**, em 16/06/2025, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Zerbone Loureiro**, **Secretário(a) Executivo(a)**, em 23/06/2025, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

[redacted]

Referência: Processo nº 19971.000462/2025-34. SEI nº 50914384

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Secretaria-Executiva
Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior
Subsecretaria de Articulação em Temas Comerciais

Nota Técnica SEI nº 896/2025/MDIC

Assunto: **Outras chapas e tiras, de ligas de alumínio, espessura > 0.2mm . Código NCM 7606.92.00, com criação de Ex-Tarifário. Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (LETEC). Redução do Imposto de Importação de 10,8% para 0%. Processo SEI nº 19971.000192/2025-61 (Público) e 19971.000194/2025-51 (Restrito).**

I - DO PLEITO

1. A presente Nota Técnica tem como objetivo analisar pleito de redução tarifária protocolado pela empresa Mundi Assessoria Empresarial Ltda, em 17 de março de 2025, para o produto específico de lâmina de liga de alumínio, classificado no código da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM 7606.92.00, com criação de Ex-tarifário "Lâmina de liga de alumínio (liga 3005), plana, de seção transversal maciça retangular, com pintura em ambas as faces, sem perfurações, com largura de 100 mm a 200 mm e espessura de 0,21 mm a 1,00 mm, em rolos, com acabamento de pintura coil coating, própria para fabricação de persianas horizontais", o qual solicita redução da alíquota do Imposto de Importação de 10,8% para 0% ao referido produto, ao amparo da Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (LETEC) de que tratam as Decisões nº 58/10 e nº 11/21 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul.

2. No pleito em questão, as seguintes informações foram aportadas pela pleiteante:

a) Justificativa da necessidade da medida:

> *"As fitas dos laminadores de aluminio brasileiros não atendem aos requisitos de acabamento em pintura exigidos pela indústria de componentes para esquadrias, portanto, o produto a ser avaliado não possui similar nacional. Por se tratar de um produto específico para os produtores de palhetas/persianas os possíveis produtores brasileiros não possuem interesse em atender as demandas necessárias de qualidade e quantidade para esse segmento."*

b) Produção nacional e regional: Segundo a pleiteante, não há produção nacional ou regional do referido produto específico.

c) Capacidade produtiva nacional ou regional: N/A

d) Consumo nacional e regional: Segundo a pleiteante, o consumo em 2024 foi 47.620* Kg, dados de consumo das empresas PAPAIZ ASSA ABLOY Brasil e ALUMICONTE BRASIL.

e) Investimentos da indústria doméstica já feitos ou previstos: não informado.

3. Os dados básicos do pleito encontram-se resumidos no quadro abaixo:

Quadro 1 - Resumo do Pleito

Processo SEI	NCM	Descrição do Ex-Tarifário	Proposta de alteração do II	Quota	Prazo
19971.000192/2025-61 (Público) 19971.000194/2025-51 (Restrito)	7606.92.00	*Lâmina de liga de aluminio (liga 3005), plana, de seção transversal maciça retangular, com pintura em ambas as faces, sem perfurações, com largura de 100 mm a 200 mm e espessura de 0,21 mm a 1,00 mm, em rolos, com acabamento de pintura coil coating, própria para fabricação de persianas horizontais*	De 10,8% para 0%	1400 toneladas* (por 12 meses)	12 meses

Elaboração: STRAT

4. Destaca-se que a quota solicitada de 14.400 toneladas está muito acima da consumo nacional anual apresentado. E, no caso de aprovação do pleito, a quota necessitaria ser ajustada.

II - DO PRODUTO

5. No que diz respeito ao produto, as seguintes informações foram aportadas pela empresa pleiteante:

a) Nome comercial ou marca: SLITER DE LIGA DE ALUMINIO PINTADA

b) Nome técnico ou científico: SLITER DE LIGA DE ALUMINIO - FORMA CILINDRICA

c) Código NCM e descrição: NCM 7606.92.00 --De ligas de alumínio

d) Descrição específica dos produtos (Ex-tarifário): *"Lâmina de liga de alumínio (liga 3005), plana, de seção transversal maciça retangular, com pintura em ambas as faces, sem perfurações, com largura de 100 mm a 200 mm e espessura de 0,21 mm a 1,00 mm, em rolos, com acabamento de pintura coil coating, própria para fabricação de persianas horizontais"*

e) Informação geral sobre o produto objeto do pleito: "fabricação de palhetas de alumínio, e essas são utilizadas somente na produção de persianas de enrolar, com acabamentos decorativos para que possam atender às características definidas nos projetos arquitetônicos."

Sobre o processo de obtenção do produto, o pleiteante explica que "[redacted]

[CONFIDENCIAL]

FIGURA 1 - [CONFIDENCIAL]



Fonte: Pleito

f) Alíquota na TEC: 10,8%.

g) Alíquota aplicada: 10,8%

h) Participação do produto objeto do pleito no valor do bem final:

Quadro 2 - Participação do insumo no valor do bem final (%) [CONFIDENCIAL]

NCM do bem final	Descrição do bem final	Participação % do insumo no valor do bem final	Alíquota TEC	Alíquota Aplicada
7610.90.00	Palhetas de alumínio	[CONFIDENCIAL]	16%	14,4%

Fonte: Pleito Elaboração: STRAT

Processo de Incorporação: [CONFIDENCIAL]

6. Cabe destacar, ainda, que **o código NCM 7606.92.00 não está contemplado atualmente na LETEC.** Dessa forma, eventual atendimento do pleito implicaria a ocupação de nova vaga na Lista.

7. Sobre o histórico da NCM 7606.92.00, não foram encontradas medidas de alteração tarifária concedidas para essa NCM no histórico recente.

8. Destaca-se, no entanto, que a pleiteante apresentou pleito recentemente, em junho de 2024, solicitando redução tarifária para o mesmo produto, para o mecanismo de desabastecimento (Resolução GMC nº 49/196), mas classificando-o em uma diferente NCM da atual (NCM 7606.12.90). No entanto, a descrição do Ex-tarifário em ambos os pleitos são bastante semelhantes. O referido pleito foi indeferido, conforme sugestão da Nota Técnica nº 1736/2024/MDIC (doc SEI 44167389), de forma que foi acatada pelos membros do CAT na 52ª Reunião, realizada em 30 de agosto de 2024 (conforme Ata Doc SEI 45406488), e posteriormente, indeferido pelo GECEX em sua 218ª Reunião Ordinária, de setembro de 2024 - Ata de Reunião 218ª do Gecex (Versão Publica) (doc SEI 47153887).

9. Assim, no caso de aprovação do pleito em tela, far-se-ia necessário consultar a Receita Federal do Brasil para verificar qual NCM seria a mais adequada ao produto.

III - DA PUBLICIDADE DO PLEITO E DAS MANIFESTAÇÕES

10. Registra-se que, conforme o disposto no Art. 5º, inciso II, do Decreto nº 10.242, de 2020, a Subsecretaria de Articulação em Temas Comerciais (STRAT) da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (SE-CAMEX) dá ampla publicidade quanto ao recebimento e ao estágio de processamento dos pleitos de alterações tarifárias recebidos, por meio da disponibilização destes em seu endereço eletrônico. Com isso, faculta-se a quaisquer interessados a possibilidade de manifestação nos autos do processo.

11. No caso em análise, **foram recebidas as seguintes manifestações de oposição** ao referido pleito:

- **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ALUMÍNIO (ABAL)** (Doc SEI 50382289). Na manifestação **contrária** ao pleito, a ABAL *"solicita o indeferimento imediato do pleito em questão pelos motivos expostos abaixo:*

  - *O pleito é similar a pleito indeferido pelo CAT há menos de 6 meses;*
  - *O produto objeto do pleito reúne características já atendidas pela indústria brasileira, como atestado em avaliação recente do CAT;*
  - *Não há novos elementos que alterem, de forma significativa, as condições da análise anterior que resultou em seu indeferimento;*

• O destaque tarifário sugerido pela Pleiteante, similar ao do pleito anterior, parece se enquadrar em outra NCM; a importação intencional em classificação tarifária incorreta configuraria ilícito;
• O pleito deve ser imediatamente indeferido nos termos do artigo 24 do Regimento Interno do CAT e, subsidiariamente, em razão dos princípios da economicidade e da eficiência administrativa que pauta a Administração Pública;
• No mérito, o Brasil possui plena capacidade para atendimento da demanda do produto objeto do pleito: (i) existe produção no Brasil dessas chapas de alumínio que podem ser cortadas nas especificações exigidas pela Pleiteante; (ii) também existem diversas empresas no Brasil capazes de realizar a pintura para se chegar à descrição do produto objeto do pleito (cartas anexadas).
• Solicita-se o indeferimento do pleito, tanto pelas questões processuais quanto pelas questões de mérito expostas"

- **HUEHOCO ACP DO BRASIL IND. COM. FITAS METÁLICAS SA** (Doc SEI 50382296). Em sua manifestação **contrária** ao pleito, a empresa alega que:

> *"Atualmente, há capacidade de produção nacional suficiente para suprir a demanda por esse produto. Ainda que a Pleiteante alegue que não existe produção nacional, o Brasil possui não apenas empresas produtoras de outras chapas e tiras de alumínio utilizadas na produção de persianas de enrolar, mas também diversas empresas com capacidade ociosa e capazes de realizar o acabamento de pintura nas características requeridas. A redução da alíquota do imposto de importação acarretaria um ônus desnecessário à indústria nacional que possui capacidade instalada suficiente, beneficiando tão somente o importador do produto já processado no exterior."*

- **TEKNO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO** (Doc SEI 50382297). Em sua carta **contrária** ao pleito, a empresa enviou manifestação idêntica à supracitada (Huehoco).

IV - DA ANÁLISE

12. A presente análise tem como referência dados de comércio exterior obtidos do Comex Stat, em que se apresentará as estatísticas de importações totais, importações por origem e exportações, de modo a permitir uma visão geral da evolução desses indicadores para a totalidade do código NCM em questão, bem como uma noção sobre os principais fornecedores dos produtos nele classificados.

13. Cumpre ressaltar a impossibilidade de obter dados estatísticos exclusivamente para os produtos objetos dos pleitos, tendo em vista que estes consistem em Ex-tarifários distintos que representam apenas parte dos produtos classificados no código NCM 7606.92.00.

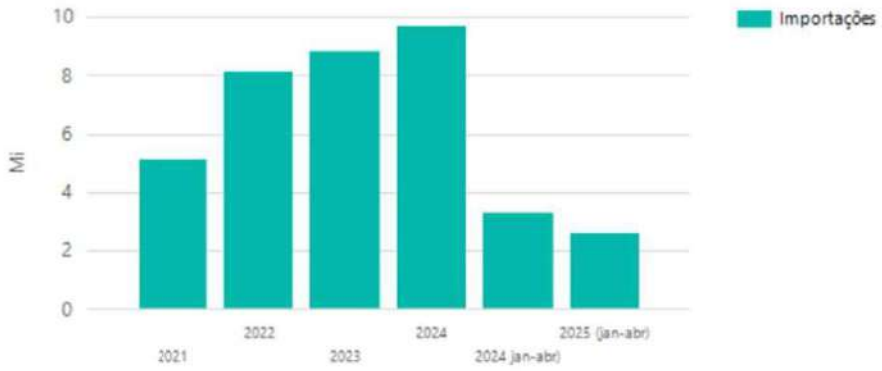
Das Importações

14. O quadro abaixo apresenta dados do Comex Stat que mostram a evolução das importações referentes ao código NCM 7606.92.00, em valor (US$ FOB) e em quantidade (Kg), no período de 2021 a 2024, anos completos, e mensais de janeiro a abril de 2024 e de 2025, bem como a evolução do preço médio dessas importações:

Quadro 3 - Importações - NCM 7606.92.00

Ano	Importações (US$ FOB)	Var. (%)	Importações (Kg)	Var. (%)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Var. (%)
2021	17.372.012	-	5.052.085	-	3,44	-
2022	35.009.316	101,5%	8.096.866	60,3%	4,32	25,74%
2023	34.969.542	-0,1%	8.797.334	8,7%	3,98	-8,07%
2024	37.646.046	7,7%	9.663.987	9,9%	3,90	-2,00%
2024 (jan-abr)	12.377.103	-	3.288.697	-	3,76	-
2025 (jan-abr)	10.725.673	-13,3%	2.570.273	-21,8%	4,17	10,9%

Gráfico 1 - Importações em quantidade [Kg] - NCM 7606.92.00



Elaboração: STRAT Fonte: Comex Stat

15. No que se refere às importações do produto objeto do pleito, observa-se que, entre 2021 e 2024, houve um **aumento de 116,7% no valor importado** de produtos classificados no código NCM em questão, passando de US$ 17.372.012 para US$ 37.646.046. Em relação ao **volume importado, houve um aumento de 91,3%** entre 2021 e 2024, passando de 5.052.085 Kg para 9.663.987 Kg.

16. A média do volume importado de 2021 a 2023 foi de 7.315.428 Kg. O aumento do volume importado em 2024, com relação à média desses 3 anos anteriores, foi de 32,1%. Ou seja, o volume de importação de 2024 correspondeu a 132,1% da média de 2021 a 2023.

Gráfico 2 - Importações em 2024/2025 mensais em quantidade [Kg] - NCM 7606.92.00



Elaboração: STRAT Fonte: Comex Stat

17. Por oportuno, destaca-se que, de 2021 a 2024, observou-se um **aumento do preço médio**. Em 2021, o preço médio era de US$ 3,44/kg, enquanto em 2024 foi de US$ 3,90/kg, representando um aumento de 13,4%.

Das Exportações

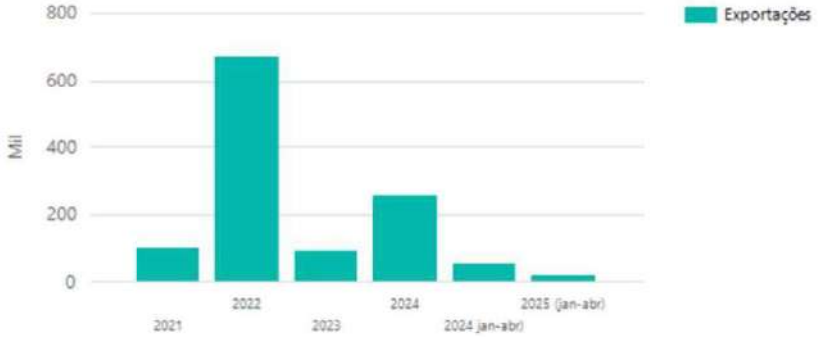
18. O quadro a seguir apresenta a evolução das exportações de produtos classificados no código NCM 7606.92.00, em valor e em quantidade, no período de 2021 a 2024, anos completos, e mensais de janeiro a abril de 2024 e de 2025, bem como a evolução do preço médio dessas exportações.

Quadro 4 - Exportações - NCM 7606.92.00

Ano	Exportações (US$ FOB)	Var. (%)	Exportações (Kg)	Var. (%)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Var. (%)
2021	677.652	-	98.059	-	6,91	-
2022	5.366.917	692,0%	673.308	586,6%	7,97	15,34%
2023	922.309	-82,8%	93.357	-86,1%	9,88	23,94%
2024	1.592.959	72,7%	255.380	173,6%	6,24	-36,86%
2024 (jan-abr)	372.950	-	54.742	-	6,81	-
2025 (jan-abr)	223.462	-40,1%	18.544	-66,1%	12,05	76,9%

Elaboração: STRAT Fonte: Comex Stat

Gráfico 3 - Exportação em quantidade [Kg] - NCM 7606.92.00

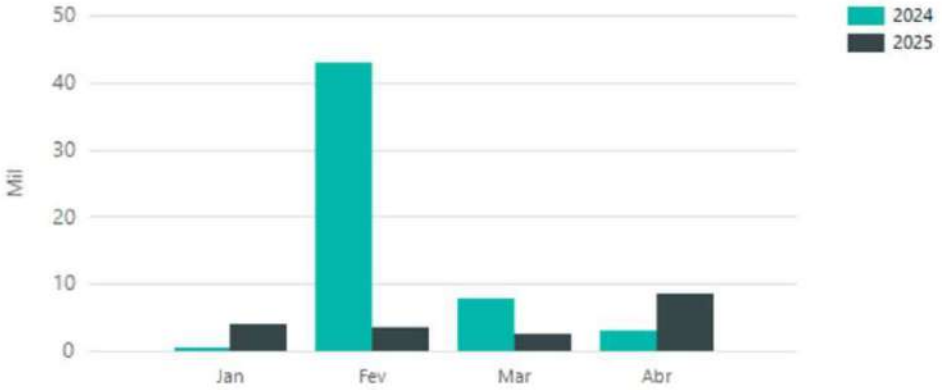


Elaboração: STRAT Fonte: Comex Stat

19. No que se refere às exportações, observa-se que, entre 2021 e 2024, houve um **aumento de 135,1% no valor exportado** de produtos classificados no código NCM em questão, passando de US$ 677.652 para US$ 1.592.959. Em relação à **quantidade exportada, houve um aumento de 160,4%** entre 2021 e 2024, passando de 98.059 Kg para 255.380 Kg.

20. Por oportuno, destaca-se que, de 2021 a 2024, observou-se uma **redução do preço médio**. Em 2021, o preço médio era de US$ 6,91/Kg, enquanto em 2024 foi de US$ 6,24/kg, representando uma diminuição de 9,7%. Entre os meses de janeiro a abril de 2025, o preço médio foi de US$ 12,05/Kg.

Gráfico 4 - Exportações em 2024/2025 mensais em quantidade [Kg] - NCM 7606.92.00



Elaboração: STRAT Fonte: Comex Stat

21. Por último, é importante destacar que o saldo do comércio exterior para a NCM 7606.92.00 foi negativo em todos os anos do período analisado, o que resultou em **déficit na balança comercial** de US$ 116.437.079 entre os anos de 2021 e 2024.

Das Políticas Comerciais que Afetam as Importações

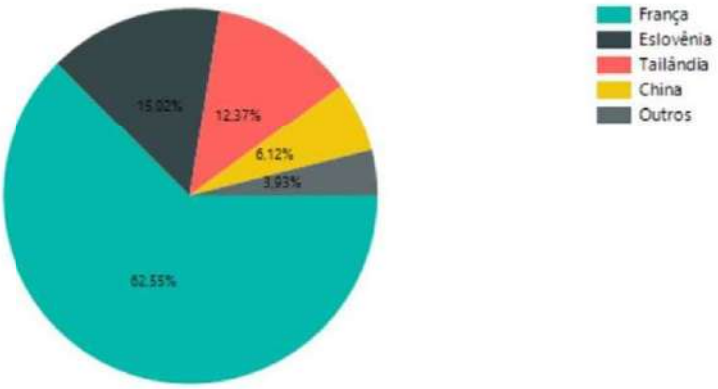
22. No que tange às origens das importações brasileiras de produtos classificados sob o código NCM 7606.92.00, destaca-se a França como o principal fornecedor, com uma contribuição de 62,55% da quantidade total importada no ano de 2024. Em sequência, aparece: Eslovênia (15,02%), Tailândia (12,37%), China (6,12%), além de outras nações (4%)

Quadro 5 - Importação por origem em 2024 - NCM 7606.92.00

País	Importações (US$ FOB)	Importações (Kg)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Part. no total em quantidade (%)	Preferência tarifária
França	22.896.314	6.044.980	3,79	62,55%	0%
Eslovênia	5.492.229	1.451.915	3,78	15,02%	0%
Tailândia	3.618.753	1.195.594	3,03	12,37%	0%
China	2.152.132	591.723	3,64	6,12%	0%
Outros	3.486.618	379.775	9,18	3,93%	-
Total	**37.646.046**	**9.663.987**	**3,90**	**100,00%**	

Elaboração: STRAT Fonte: Comex Stat

Gráfico 4 - Principais Importadores por Quantidade em 2024 - NCM 7606.92.00



Elaboração: STRAT Fonte: Comex Stat

23. Observa-se, assim, que cerca de pelo menos 96% das importações brasileiras dos produtos classificados no código NCM 7606.92.00 registradas em 2024 não gozaram de preferência tarifária, em razão da inexistência de acordos comerciais que regulem a matéria com alguns dos principais países fornecedores para o Brasil.

24. No entanto, a referida NCM possui preferência tarifária em alguns Acordos comerciais do Brasil/ Mercosul, para importações provenientes de Israel, Egito, Peru, Equador, Bolívia, Colômbia, Chile, Cuba, entre outros.

25. Ressalta-se, ainda, que o produto objeto do pleito está submetido a medida de defesa comercial em vigor no Brasil, conforme Resolução Gecex nº 431/2022, que "*Aplica direito compensatório definitivo, por um prazo de até cinco anos, às importações brasileiras de produtos laminados de alumínio, comumente classificadas nos subitens 7606.11.90, 7606.12.90, 7606.91.00,* ***7606.92.00,*** *7607.11.90 e 7607.19.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da China, e suspende sua aplicação, até 31 de março de 2023, em razão de interesse público*" .

Do Escalonamento Tarifário

26. Recorda-se que, em geral, a estrutura da Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC) é progressiva, de forma que as tarifas de importação tendem a ser proporcionais ao grau de transformação dos produtos. Nesse sentido, produtos industrializados e com maior grau de transformação contam, em geral, com tarifas de importação mais elevadas do que as tarifas de bens primários e insumos básicos.

27. No caso em questão, a alíquota do Imposto de Importação aplicada na LETEC - NCM cheia - ao produto objeto do pleito seria de 0%, e ao elo seguinte da cadeia, de 14,4% conforme pode ser observado no Quadro 2. Desse modo, verifica-se que eventual redução tarifária do produto objeto do pleito não resulta em efeitos corretivos no escalonamento tarifário da cadeia produtiva a jusante.

Do Impacto Econômico

28. A pleiteante solicitou uma quota de importação de 1.400 toneladas para um período de 12 meses. Dessa forma, e conforme demonstrado no quadro abaixo, tem-se que o impacto econômico nominal estimado da medida seria de cerca de US$ [redacted] **[CONFIDENCIAL]** – abaixo, portanto, do valor considerado como referência nas análises de pleitos de inclusão na LETEC.

Quadro 9 - Impacto Econômico [CONFIDENCIAL]

Economia no Custo de Internação (US$/Kg) (Taxa de Câmbio em 24/04/25 - US$ 1 = R$ 5,67)	[redacted] **[CONFIDENCIAL]**
Quota solicitada (Kg) - 12 meses	1.400.000
Impacto econômico nominal (US$)	[redacted] **[CONFIDENCIAL]**

Fonte: Pleito Elaboração: STRAT

V - DA CONCLUSÃO

29. Diante do exposto na presente Nota Técnica e considerando que:

a) a pleiteante solicitou a redução da alíquota do Imposto de Importação de 10,8% para 0% do produto objeto do pleito, sob a justificativa de incapacidade de fornecimento nacional e regional do produto com as especificações necessárias;

b) o produto é usado na fabricação de palhetas de alumínio, e essas são utilizadas somente na produção de persianas de enrolar, com acabamentos decorativos para que possam atender às características definidas nos projetos arquitetônicos.

c) a pleiteante apresentou pleito, em junho de 2024, solicitando redução tarifária para o mesmo produto, para o mecanismo de desabastecimento (Resolução GMC nº 49/196), mas classificando-o em uma diferente NCM da atual (NCM 7606.12.90). O pleito foi indeferido na 218ª Reunião Ordinária do GECEX, em setembro de 2024 (conforme Ata Doc SEI 47153887). Destaca-se que a descrição do Ex-tarifário em ambos os pleitos são bastante semelhantes. No caso de aprovação do pleito em tela, far-se-ia necessário checar com a Receita Federal do Brasil qual NCM seria a mais adequada ao produto.

d) a participação do produto objeto do pleito no valor do bem final é de cerca de [redacted] **[CONFIDENCIAL],** valor alto que impactaria o custo do bem a jusante;

e) foram recebidas três manifestações de oposição ao pleito: a da Associação Brasileira do Alumínio (ABAL), e das empresas Huehoco e Tekno, todas alegando a existência de produção nacional do referido produto;

f) ao menos 96% das importações brasileiras registradas em 2023 para o código NCM 7606.92.00, no qual se inclui o produtos objeto do pleito, não gozaram de preferência tarifária, em razão da inexistência de acordos comerciais que regulem a matéria com alguns dos principais países fornecedores para o Brasil;

g) a referida NCM possui preferência tarifária em alguns Acordos comerciais do Brasil/ Mercosul, para importações provenientes de Israel, Egito, Peru, Equador, Bolívia, Colômbia, Chile, Cuba, entre outros.

h) o produto objeto do pleito está submetido a medida de defesa comercial em vigor no Brasil , conforme Resolução Gecex nº 431/2022, para importações provenientes da China;

i) mesmo considerando a quota solicitada, que consideramos superestimada em relação ao consumo nacional de 2024, o impacto econômico estimado no caso de eventual adoção da medidas seria inferior a US$ 1.000.000, valor considerado como referência nas análises de pleitos;

j) o atendimento ao pleito ora em análise implicaria a ocupação de nova vaga na LETEC, que atualmente não possui vagas disponíveis;

esta SE-CAMEX manifesta-se pelo

INDEFERIMENTO do pleito de redução do imposto de importação de 10,8% para 0%, do produto "Outras chapas e tiras, de alumínio, de espessura superior a 0,2 mm.", classificado no código NCM 7606.92.00, ao amparo da Lista de Exceções à TEC - LETEC.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

DANIELLA MARIANO S. ROCHA

Analista de Comércio Exterior

De acordo. Encaminhe-se à Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais.

Documento assinado eletronicamente

CAROLINE LEITE NASCIMENTO

Coordenadora-Geral de Temas Tarifários

De acordo. Encaminhe-se ao Comitê de Alterações Tarifárias.

Documento assinado eletronicamente

HELOÍSA PEREIRA

Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais

Documento assinado eletronicamente

RODRIGO ZERBONE LOUREIRO

Secretário-Executivo da SE-CAMEX

Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Pereira Chikusa**, **Subsecretário(a)**, em 16/06/2025, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Leite Nascimento**, **Coordenador(a)-Geral**, em 16/06/2025, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

Documento assinado eletronicamente por **Daniella Mariano de Souza Rocha**, **Analista de Comércio Exterior**, em 16/06/2025, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Zerbone Loureiro**, **Secretário(a) Executivo(a)**, em 23/06/2025, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

[redacted]

Referência: Processo nº 19971.000462/2025-34. SEI nº 50541695

Nota Técnica SEI nº 612/2025/MDIC

Assunto: **Aparelhos para preparação de café ou de chá. NCM 8516.71.00 – Pleito novo. Criação de Ex-tarifário. Resolução GMC Nº 49/19 (Desabastecimento). Pleito de redução temporária da alíquota do Imposto de Importação de 18,0% para 0%. Processo SEI nº 19971.000101/2025-98 (Público) e 19971.000102/2025-32 (Restrito).**

I - DO PLEITO

1. A presente Nota Técnica tem como objetivo analisar pleito de redução tarifária protocolado pela empresa Café Três Corações S.A. em 7 de fevereiro de 2025, para o produto "Aparelhos para preparação de café ou de chá.", com criação de Ex-tarifário, classificado no código da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM 8516.71.00, que visa à redução de 18% para 0%, da alíquota do Imposto de Importação do referido produto específico, ao amparo da Resolução nº 49/19 do Grupo Mercado Comum do Mercosul, o qual apresenta as seguintes características:

a) Alíquota pretendida: 0%;

b) Período de vigência da medida: 12 meses;

c) Quota a ser importada durante o período de vigência: 2.000.000 unidades;

d) Cronograma de importações: não informado

e) Justificativa da necessidade de aplicação da medida: Em resumo, a pleiteante justificou que não existe produção nacional ou regional de máquinas de café e esse produto é parte essencial do plano de negócio de expansão do mercado de café em cápsulas monodose pela empresa.

f) Situação do Art. 2º em que se enquadra a solicitação: Inciso 1 - Inexistência temporária de produção regional do bem.

g) Produção nacional ou regional: a pleiteante informou inexistência de produção nacional para o referido produto.

h) Consumo nacional e regional:

Quadro 01 - Consumo Nacional do Produto objeto do pleito (Em unidades físicas)
[CONFIDENCIAL]

Ano do Consumo	Consumo Nacional
2021	[redacted]
2022	

2023	[redacted]
2024	

i) Investimentos da indústria doméstica já feitos ou previstos e empregos gerados na linha de produção de produtos que utilizam o produto objeto do pleito como insumo: Em resumo, a pleiteante destacou sua consolidação como uma das principais referências no mercado brasileiro de cápsulas de café monodose, setor que vem registrando crescimento contínuo na última década. Informou que originalmente este setor era dominado por produtos importados, e que começou a ganhar força nacional com a entrada de companhias como a 3Corações, pioneira na fabricação nacional de cápsulas.

Além disso, a 3Corações informou que esse mercado foi impulsionado por uma sequência planejada de investimentos iniciados em 2014, com a criação da 3CAFFI e a implantação de uma nova unidade industrial. Desde então, a empresa expandiu sua capacidade de produção, incorporando cápsulas de plástico e, posteriormente, de alumínio. Informou também que os aportes, de **[CONFIDENCIAL]**[redacted] continuaram até 2023, sempre com o objetivo de fortalecer a produção nacional, gerar empregos locais e ampliar sua fatia de mercado.

Como reflexo desses esforços, a pleiteante assumiu a liderança no mercado nacional de cápsulas nos últimos anos. As suas projeções apontam um crescimento expressivo no volume de vendas em relação a 2017, sinalizando uma forte receptividade do consumidor ao produto nacional. Nesse cenário, a pleiteante defende que a redução tarifária é um instrumento importante para manter sua competitividade e fomentar ainda mais seu crescimento, considerando o dinamismo e o potencial de expansão do setor de café em cápsulas no Brasil.

j) Eventuais práticas sustentáveis que a peticionária tiver indicado no processo: Em resumo, a pleiteante informou que seu avanço no mercado tem sido acompanhado pela consolidação de um modelo de negócio pautado na sustentabilidade ambiental e social. Informou, ainda, que implantou uma estrutura de logística reversa para o recolhimento de cápsulas usadas, que atualmente conta com cerca de 800 pontos de coleta espalhados pelo país.

Outro ponto mencionado foi o uso de energia: segundo a empresa, 98% da eletricidade consumida nas fábricas do grupo provém de fontes renováveis, sendo que doze unidades já operam exclusivamente com energia limpa.

Por fim, ressaltou a obtenção do selo de sustentabilidade da Rainforest Alliance e citou iniciativas de impacto social e ambiental, como o Projeto Florada — premiado pela ONU e voltado ao apoio a mulheres produtoras de café — e o Projeto Tribos, que incentiva o cultivo sustentável por 150 famílias indígenas nas terras Sete de Setembro e Rio Branco, em Rondônia.

k) Histórico do Ex-tarifário 001 da NCM 8516.71.00: Na 223ª Reunião Ordinária do Comitê-Executivo de Gestão (GECEX) no dia 20 de fevereiro de 2025 foi aprovada uma quota de 1.650.000 unidades ao Ex 001 da NCM em apreço, para envio ao mecanismo de Desabastecimento do Mercosul, com o texto "Ex 001 - Aparelhos eletrotérmicos de uso doméstico para preparação instantânea de bebidas, em doses individuais, a partir de cápsulas ou grãos de café torrado" e atualmente está em análise na Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), com prazo de análise pelos Estados-Partes até o final de maio de 2025, com previsão de entrada em vigor em junho para a quota indicada. Cumpre recordar que o pleito original havia sido para 2.415.000 unidades, e após debates no Gecex, optou-se pela quota citada.

Dessa forma, segue abaixo um comparativo da medida aprovada com essa nova medida em análise:

Quadro 2 – Comparativo de Ex-tarifários

19971.001194/2024-97 (Renovação) - Em análise na CCM	19971.000101/2025-98 Ex- objeto desta análise
Aparelhos eletrotérmicos de uso doméstico para **preparação instantânea de bebidas**, em doses individuais, a partir de cápsulas **ou grãos de café torrado.**	Aparelhos eletrotérmicos de uso doméstico para preparação de bebidas, **de cafés ou chás**, em doses individuais, a partir de cápsulas termoformadas de plásticos com **peso mínimo de 7 (sete) gramas** (Máquinas de Café)

2. Os dados básicos do pleito encontram-se referenciados no quadro abaixo.

Quadro 3 - Resumo do pleito

Processos SEI	Descrição do Ex-tarifário	NCM	Redução de II	Quota (unidades)	Prazo
19971.000101/2025-98 (Público) e 19971.000102/2025-32 (Restrito)	Aparelhos eletrotérmicos de uso doméstico para preparação de bebidas, de cafés ou chás, em doses individuais, a partir de cápsulas termoformadas de plástico com peso mínimo de 7 (sete) gramas (Máquinas de Café)	8516.71.00	De 18% para 0%	2.000.000	12 meses

II - DO PRODUTO

3. No que diz respeito ao produto, as seguintes informações foram aportadas pela empresa pleiteante:

a) Nome Comercial ou Marca: Máquinas de café.

b) Nome Técnico ou Científico: Aparelhos eletrotérmicos de uso doméstico.

c) Códigos NCM e Descrição: NCM 8516.71.00 – --Aparelhos para preparação de café ou de chá.

d) Descrição Específica (novo Ex-tarifário solicitado): Aparelhos eletrotérmicos de uso doméstico para preparação de bebidas, de cafés ou chás, em doses individuais, a partir de cápsulas termoformadas de plástico com peso mínimo de 7 (sete) gramas (Máquinas de Café).

e) Informação Geral sobre o Produto Objeto do Pleito:

Função principal: Aparelhos eletrotérmicos de uso doméstico para preparação de bebidas, de cafés ou chás, em doses individuais, a partir de cápsulas termoformadas de plástico com peso mínimo de 7 (sete) gramas.;

Processo de obtenção: Em resumo, a empresa informou que **[CONFIDENCIAL]** [redacted]

4. Por fim, vale informar que, uma eventual aprovação no pleito, não resultaria a ocupação de uma nova vaga no mecanismo, caso a outra medida já enviada ao Ex 001 seja de fato aprovada em Desabastecimento.

III - DA PUBLICIDADE DO PLEITO E DAS MANIFESTAÇÕES

5. Registra-se que, conforme o disposto no Art. 5º, inciso II, do Decreto nº 10.242, de 2020, a Subsecretaria de Articulação em Temas Comerciais (STRAT) da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (SE-CAMEX) dá ampla publicidade quanto ao recebimento e ao estágio de processamento dos pleitos de alterações tarifárias recebidos, por meio da disponibilização destes em seu endereço eletrônico. Com isso, faculta-se a quaisquer interessados a possibilidade de manifestação nos autos do processo.

6. Em 4 de abril de 2025, a SEB do Brasil Produtos Domésticos Ltda. ("SEB") protocolou manifestação de oposição ao pleito. A empresa argumentou (i) limita o escopo do pleito para máquinas que produzem café ou chá; (ii) limita o material das cápsulas ao plástico apenas e ao peso mínimo de 7g; e (iii) exclui as máquinas que contemplam a moagem de café em grãos para a produção de café, características que além de limitar o benefício a parte à pleiteante.

7. A companhia também ressaltou que apoiou o pleito anterior, apresentado em 2024 e atualmente em avaliação no âmbito do Mercosul. Defende, portanto, que esse pedido seja mantido e implementado, por ter sido construído com ampla participação do setor, contando com o respaldo de entidades como Nestlé, ABIC e ELETROS.

8. A empresa reiterou ainda que não há fabricação nacional ou regional de máquinas de café em cápsulas, considerando que o desenvolvimento local é economicamente inviável, devido à complexidade técnica e ao alto investimento necessário. Diante disso, argumenta que a importação com alíquota reduzida é fundamental para o abastecimento do mercado.

9. Por fim, caso haja o deferimento do pleito em análise, sugeriu uma nova redação para o Ex tarifário: "Aparelhos eletrotérmicos de uso doméstico para preparação instantânea de bebidas, em doses individuais, a partir de cápsulas para máquinas de café e outras bebidas. Segue abaixo um comparativo dos textos do Ex-tarifários:

Quadro 4 – Comparativo de Ex-tarifários

19971.001194/2024-97 (Renovação) - Em análise na CCM	**19971.000101/2025-98 Ex-objeto desta análise**	**Proposta SEB**
Aparelhos eletrotérmicos de uso doméstico para **preparação instantânea de bebidas**, em doses individuais, a partir de cápsulas **ou grãos de café torrado.**	Aparelhos eletrotérmicos de uso doméstico para preparação de bebidas, **de cafés ou chás**, em doses individuais, a partir de cápsulas termoformadas de plásticos com **peso mínimo de 7 (sete) gramas** (Máquinas de Café)	Aparelhos eletrotérmicos de uso doméstico para **preparação instantânea de bebidas**, em doses individuais, a partir de cápsulas para **máquinas de café e outras bebidas**.

10. No mesmo período, a Nestlé Brasil ("Nestlé") protocolou manifestação de oposição ao pleito. A empresa apresentou argumentos semelhantes aos apresentados pela SEB e acrescentou que a descrição apresentada pela pleiteante pode desincentivar o uso de materiais mais sustentáveis, como cápsulas biodegradáveis ou reutilizáveis. Além disso, informou que a limitação do ex-tarifário a um único tipo de cápsula (plástico termoformado de 7g) inibe o desenvolvimento de alternativas ecológicas e prejudica a competitividade de outras empresas inovadoras.

IV - DA ANÁLISE

11. A análise apresentada a seguir, se baseia em dados do comércio exterior extraídos do Comex Stat, abrangendo informações sobre importações, exportações e importações e a origem das importações. Isso proporciona uma visão geral da evolução desses indicadores, considerando a totalidade do código NCM analisado.

12. Cumpre ressaltar a impossibilidade de obter dados estatísticos exclusivamente para o produto objeto do pleito, tendo em vista que este consiste em Ex-tarifário que representa apenas parte dos produtos classificados no código NCM 8516.71.00.

Das Importações

13. O quadro abaixo apresenta a evolução das importações referentes ao código NCM 8516.71.00, em valor e em quantidade, nos períodos de 2021 a 2024 (jan-dez) e 2025 (jan-mar), bem como a evolução do preço médio dessas importações.

Quadro 5 - Importações - NCM 8516.71.00

Ano	Importações (US$ FOB)	Δ Importações (US$ FOB) (%)	Importações (Kg)	Δ Importações (Kg) (%)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Δ Preço médio (US$ FOB/Kg) (%)
2021	86.437.979	-	7.806.799	-	11,07	-
2022	112.186.714	29,8%	8.091.710	3,6%	13,86	25,2%
2023	87.638.179	-21,9%	6.557.850	- 19,0%	13,36	- 3,6%
2024	112.066.464	27,9%	9.679.577	47,6%	11,58	- 13,3%
2025	26.622.600	-	2.851.175	-	9,34	-

Elaboração: STRAT / Fonte: Comex Stat

14. No que se refere às importações do produto objeto do pleito, em 2024, observou-se um aumento no valor total das importações em relação à média dos anos anteriores. O valor importado em 2024 foi de US$ 112,1 milhões, enquanto a média de 2021 a 2023 foi de US$ 95,4 milhões, representando um incremento de 17,4%.

15. Em relação à quantidade importada, também registrou um aumento. Em 2024, foram importadas 9,7 mil toneladas, em comparação à média de 7,5 mil toneladas dos anos anteriores, indicando um aumento de 29,3%.

16. Paralelamente, observou-se a média de preços entre 2021 e 2023 foi de US$ 12,76/kg, enquanto, em 2024, esse valor reduziu para US$ 11,58/kg, representando uma redução de 9,3%.

Das Exportações

17. O quadro a seguir apresenta a evolução das exportações de produtos classificados no código NCM 8516.71.00, em valor e em quantidade, nos períodos de 2020 a 2024 (jan-dez) e 2025 (jan-mar), bem como a evolução do preço médio dessas exportações.

Quadro 6 - Exportações - NCM 8516.71.00

Ano	Exportações (US$ FOB)	Δ Exportações (US$ FOB) (%)	Exportações (Kg)	Δ Exportações (Kg) (%)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Δ Preço médio (US$ FOB/Kg) (%)
2021	467.058	-	43.701	-	10,69	-
2022	1.193.886	155,6%	27.990	-36,0%	42,65	299,1%
2023	395.022	-66,9%	16.042	-42,7%	24,62	-42,3%
2024	642.202	62,6%	24.529	52,9%	26,18	6,3%
2025	75.614	-	4.011	-	18,85	-

Elaboração: STRAT / Fonte: Comex Stat

18. No que se refere às exportações, observa-se que, entre 2021 e 2024, houve uma elevação de 37,5% no valor exportado, passando de US$ 467.058,00 para US$ 642.202,00. Em relação à quantidade exportada, houve uma redução de 43,9% entre 2021 e 2024, passando de 43,7 toneladas para 24,5 toneladas.

19. Por oportuno, destaca-se que, de 2021 a 2024, observou-se um aumento do preço médio. Em 2021, o preço médio era de US$ 10,69/Kg, enquanto em 2024 foi de US$ 26,18/kg, representando um incremento de 144,9%.

20. Por último, é importante destacar que o saldo do comércio exterior para a NCM 8516.71.00 foi negativo no período analisado, o que resultou em déficit na balança comercial de US$ 395.631.168 entre os anos de 2021 e 2024.

Das Políticas Comerciais que afetam as Importações

21. No que tange às origens das importações brasileiras de produtos classificados sob o código NCM 8516.71.00, destaca-se a China como o principal fornecedor, com uma contribuição de 77,31% da quantidade total importada no ano de 2024. Em sequência, aparece: Indonésia (11,4%), Hungria (4,6%), Ucrânia (4,3%), além de outras nações (2,0%).

Quadro 7 - Importações por origem em 2024 - NCM 8516.71.00

País	Importações (US$ FOB)	Importações (Kg)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Participação/Total (%)	Preferência Tarifária (%)
China	67.997.265	7.482.996	9,09	77,3%	0%
Indonésia	16.704.501	1.103.858	15,13	11,4%	0%
Hungria	11.841.663	447.582	26,46	4,6%	0%
Ucrânia	6.579.058	418.819	15,71	4,3%	0%
Outros	8.943.977	226.322	39,52	2,3%	-
Total	112.066.464	9.679.577	11,58	100,00%	-

Elaboração: STRAT / Fonte: Comex Stat.

22. Ressalta-se, ainda, que o produto objeto do pleito não está submetido a medida de

defesa comercial em vigor no Brasil e não é objeto de investigação de defesa comercial.

Do Escalonamento Tarifário

23. Recorda-se que, em geral, a estrutura da Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC) é progressiva, de forma que as tarifas de importação tendem a ser proporcionais ao grau de transformação dos produtos. Nesse sentido, produtos industrializados e com maior grau de transformação contam, em geral, com tarifas de importação mais elevadas do que as tarifas de bens primários e insumos básicos.

24. No caso em questão, a alíquota do Imposto de Importação aplicada para o produto objeto do pleito é de 18%, e, segundo a pleiteante, não é necessariamente um insumo. Portanto, não se verifica impacto no escalonamento tarifário.

Do Impacto Econômico

25. Considerando uma quota de 2.000.000 unidades por um período de 365 dias, tem-se que o impacto econômico nominal estimado da medida seria de **[CONFIDENCIAL]** [redacted] Este valor é superior a US$ 1.000.000,00, valor de referência utilizado nas análises de pleitos de desabastecimento, conforme indicado no quadro abaixo.

Quadro 8 - Impacto Econômico [CONFIDENCIAL]

Economia no Custo de Internação (US$/unidade)	[redacted]
Quota considerada (365 dias)	2.000.000
Impacto econômico nominal (US$)	[redacted]

Elaboração: STRAT. Fonte: Pleiteante.

V - DA CONCLUSÃO

26. Diante do exposto na presente análise, e tendo como parâmetro as disposições estabelecidas pela Resolução GMC Nº 49/19, e, ainda, **considerando que**:

a) a pleiteante indicou que a pedido de redução temporária pleiteada, de 20% para 0%, para uma quota de 2.000.000 unidades, pelo período de um ano, se justifica pela inexistência temporária de produção regional do produto objeto do pleito, conforme o inciso I do Art. 2º do Anexo da Resolução GMC 49/19;

b) durante a consulta pública, a SEB apresentou manifestação de oposição e, caso deferido, sugeriu que houvesse ajuste da redação do Ex-tarifário. Segundo a empresa, a versão atual do texto favorece exclusivamente a pleiteante. Além disso, reforçou seu apoio ao pleito anterior, destacando que este foi construído com ampla participação do setor e contou com o respaldo de entidades representativas, como a Nestlé, ABIC e ELETROS;

c) a Nestlé também apresentou uma manifestação contrária, reafirmando que a concessão do ex-tarifário não representa o interesse geral do setor e que a redação proposta pode desincentivar iniciativas voltadas à inovação e à sustentabilidade;

d) em 2024, 100% das importações brasileiras de produtos classificados no código NCM 8516.71.00 não gozaram de preferências tarifárias;

e) tanto o Ex-tarifário objeto do pleito em questão quanto o proposto pela empresa SEB estão contemplados no escopo do Ex-tarifário 001 da NCM 8516.71.00, cujo pedido encontra-se em análise pela CCM, após aprovação na 223ª reunião do Gecex, em 20 de fevereiro de 2025;

Esta SE-CAMEX manifesta-se pelo

INDEFERIMENTO do pleito de redução tarifária da alíquota do Imposto de Importação, de 18% para 0%, ao produto "Aparelhos eletrotérmicos de uso doméstico para preparação de bebidas, de cafés ou chás, em doses individuais, a partir de cápsulas termoformadas de plástico com peso mínimo de 7 (sete) gramas (Máquinas de Café)", classificado no código NCM 8516.71.00, ao amparo da Resolução GMC Nº 49/19, pois já há medida em análise na Comissão de Comércio do Mercosul em consonância com recente decisão do Gecex

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente
PEDRO VICENTE DA SILVA NETO
Chefe de divisão

De acordo. Encaminhe-se à Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais.

Documento assinado eletronicamente
CAROLINE LEITE NASCIMENTO
Coordenadora-Geral de Temas Tarifários

De acordo. Encaminhe-se ao Comitê de Alterações Tarifárias.

Documento assinado eletronicamente
HELOÍSA PEREIRA
Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais

Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Pereira Chikusa**, **Subsecretário(a)**, em 16/04/2025, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Pedro Vicente da Silva Neto**, **Chefe(a) de Divisão**, em 16/04/2025, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Leite Nascimento**, **Coordenador(a)-Geral**, em 17/04/2025, às 07:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

[redacted]

Nota Técnica SEI nº 1219/2025/MDIC

Assunto: Análise de pleito da Abralatas e do Sindicerv para redução da alíquota do imposto de importação de chapas de liga de alumínio para corpo de latas (CBS), classificadas na NCM 7606.12.90, por meio da inclusão na LETEC. Processos SEI nº 19971.002293/2024-96 (Público) e 19971.002294/2024-31 (Restrito).

Senhor(a) Secretário,

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de análise do pleito de inclusão, na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (Letec), do produto chapas de liga de alumínio, em bobinas, para corpo de latas (Can Body Stock – CBS), classificado no código NCM 7606.12.90, com destaque ex-tarifário. O pedido, apresentado pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alumínio – Abralatas e pelo Sindicato Nacional da Indústria Cervejeira – Sindicerv [Processos SEI nº 19971.002293/2024-96 (Público) e nº 19971.002294/2024-31 (Restrito)], visa reduzir a alíquota do Imposto de Importação de 10,8 % para 0 %, pelo prazo de 36 meses, sem quota.

2. A Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (SE-CAMEX/MDIC), por meio da Nota Técnica SEI nº 432/2025, recomendou indeferir o pleito, amparada nos seguintes fundamentos principais:

- existência de produção regional pela Novelis, única fabricante de CBS no Mercosul, com capacidade instalada de 720 mil toneladas/ano, suficiente para atender a demanda regional estimada em 570 mil toneladas/ano;
- baixo aproveitamento (≈ 5%) das quotas de 25 mil toneladas concedidas em 2022/2023 no mecanismo de desabastecimento;
- impacto econômico potencial inferior a US$ 1 milhão e manutenção da coerência do escalonamento tarifário da cadeia (alumínio primário 5,4% < CBS 10,8% < lata 14,4%);
- risco de desestruturação da cadeia de reciclagem de latas, cujo índice nacional é de 99,7% em 2023.

3. Em sentido diverso, o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), por meio da Nota Técnica nº 8/2025/DNAC/SCRI/MAPA, propôs deferimento parcial com quota de 40.000 toneladas por 12 meses, alegando necessidade de diversificar o suprimento e mitigar suposto poder de mercado da Novelis.

4. À vista da evidência de capacidade produtiva nacional ampla, da inexistência de desabastecimento e dos possíveis efeitos adversos sobre a indústria de alumínio primário, a cadeia de reciclagem e o escalonamento tarifário, a SDIC acompanha a recomendação da SE-CAMEX e manifesta-se pelo indeferimento do pleito.

PLEITO

5. A Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alumínio (Abralatas) e o Sindicato Nacional da Indústria Cervejeira (Sindicerv) solicitaram a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) das chapas de alumínio utilizadas para fabricação do CBS para 0%, sem quota, pelo prazo de 36 meses, sob o argumento de assegurar a continuidade de fornecimento e estimular maior competição interna.

6. O código NCM 7606.12.90 (outras chapas e tiras, de ligas de alumínio, de espessura superior a 0,2 mm, de forma quadrada ou retangular) não é objeto de medida vigente na Letec, de modo que eventual concessão do pleito implicará na ocupação de nova vaga.

7. Por se tratar de código tarifário cuja descrição abarca "outras chapas ligadas de alumínio...", os peticionários propuseram a criação de Ex-tarifário para que o pleito de redução da tarifa alfandegária contemple apenas a descrição das "chapas CBS – can body stock", conforme a seguinte descrição: *"Chapas de liga de alumínio, em bobinas, com teores, em peso, de magnésio superior ou igual a 0,8% e inferior ou igual a 1,3%, de manganês superior ou igual a 0,8% e inferior ou igual a 1,5%, de ferro inferior ou igual a 0,8%, de silício inferior ou igual a 0,6%, de cobre superior ou igual a 0,05% e inferior ou igual a 0,25%, e de outros metais, em conjunto, inferior ou igual a 0,60% e de espessura inferior ou igual a 0,3mm e largura superior ou igual a 1.450 mm, e camada de lubrificante em ambas as faces".*

8. Cumpre ressaltar que, entre 25 de julho de 2022 e 24 de julho de 2023, esse mesmo produto foi incluído no mecanismo de desabastecimento com duas quotas de 25.000 toneladas a alíquota zero, conforme Resoluções Gecex nº 365/2022 e nº 369/2022. Porém, houve baixo aproveitamento efetivo das quotas, de cerca de 5% de cada quota.

9. Houve diversas manifestações nos processos, predominando apoios ao pleito; por outro lado, entidades da indústria de alumínio se opuseram, destacando capacidade excedente doméstica. As Notas Técnicas nº 432/2025/MDIC (SEI nº 48927775) e nº 8/2025/DNAC/SCRI/MAPA (SEI nº 50908904) apresentam breve relato das manifestações de apoio e oposição ao pleito.

PRODUTO E INDÚSTRIA DOMÉSTICA

10. **Descrição do produto:** A chapa CBS é um laminado de liga de alumínio, fornecido em bobinas de grande

largura e baixa espessura (≤ 0,30 mm), destinado à fabricação do corpo de latas de bebidas. Representa cerca de 70% do custo da lata acabada.

11. **Capacidade produtiva nacional:** O Brasil e o Mercosul dependem de um único produtor de CBS – a Novelis do Brasil – com capacidade instalada de aproximadamente 720.000 toneladas/ano em Pindamonhangaba (SP). A demanda regional totaliza cerca de 570.000 toneladas/ano, de modo que há excedente potencial superior a 150.000 toneladas/ano para atender incrementos de consumo ou substituir eventuais importações.

12. **Estrutura de mercado e preços:**

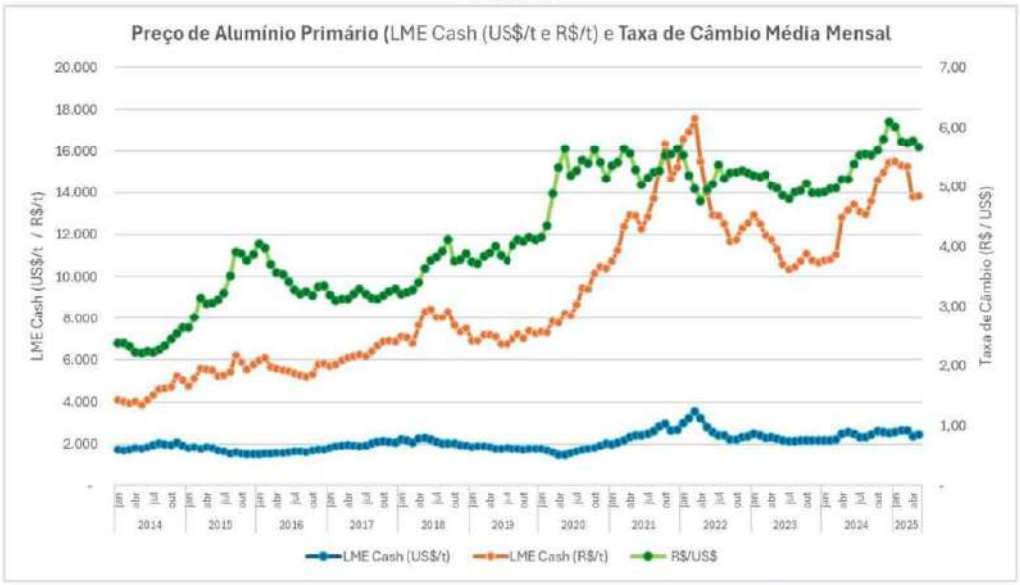
- A concentração da oferta em um único produtor é mitigada por contratos de longo prazo firmados entre a Novelis e cinco "can makers" (fabricantes de latas de alumínio) instalados no país.
- Análises de margens financeiras e comparação de preços demonstram alinhamento dos valores domésticos com referenciais internacionais, sem evidências de sobrepreço.
- Os preços internos mostraram volatilidade menor que os preços de bobinas importadas, reduzindo exposição de compradores a oscilações externas.

13. **Reciclagem:** a cadeia brasileira de latas detém taxa de reciclagem superior a 95%, com retorno da sucata para refusão de alumínio secundário e laminação. A demanda por sucata de latas de alumínio depende, em grande medida, da atividade da Novelis; redução da produção local de CBS impactaria negativamente essa logística reversa e a renda de milhares de catadores.

INFLUÊNCIA DO LME E DO CÂMBIO NOS PREÇOS DOMÉSTICOS DE TRANSFORMADOS DE ALUMÍNIO

14. Os preços do alumínio primário negociados na London Metal Exchange (LME) funcionam como referência global para metal e, por consequência, exercem influência direta sobre o preço de todos os produtos transformados de alumínio - chapas, perfis extrudados, folhas, bobinas, entre outros.

Gráfico 1



Fonte: ABAL (LME Cash); BACEN (Taxa de Câmbio) | Elaboração: CGIM/DINTE/SDIC/MDIC

15. No gráfico 1 acima, é ilustrado o preço da "LME cash" do alumínio primário em dólares (linha azul), o mesmo preço "LME cash" convertido em reais (linha laranja) e a taxa de câmbio média mensal R$/US$ (linha verde), para o período jan/2014–abr/2025.

16. Em dólar, o preço "LME cash" do alumínio primário caminhou entre US$ 1.500–2.200/t até o primeiro trimestre de 2021; ocorreu o "boom" de commodities, iniciado na pandemia do Covid-19, mas o início da guerra na Ucrânia, em fevereiro de 2022, causou um aumento significativo nos preços do alumínio na London Metal Exchange (LME), pois a invasão russa desencadeou uma onda de incertezas e preocupações sobre o fornecimento global, especialmente porque a Rússia é um importante produtor de alumínio, com o preço do alumínio atingindo um pico histórico de US$ 3.552 por tonelada na LME em 2 de março de 2022; a partir desse período, o preço recuou para cerca de US$ 2.200–2.500/t, sem oscilações significativas.

17. Já em reais, o comportamento do "LME cash" é dividido em seis fases:

(i) 2014–meados de 2017: relativa estabilidade em R$ 4.000–6.000/t;
(ii) meados de 2017-meados de 2018: elevação até atingir R$ 8.400/t;
(iii) meados de 2018-final de 2019: leve correção para R$ 7.350/t;
(iv) 2020–1º trimestre 2022: disparada até R$ 17.500/t, combinando pico em dólar e desvalorização cambial;
(v) 2º trimestre 2022-final 2023 : acomodação e retração para R$ 10.600/t; e
(vi) 2024-maio/2025: novos avanços em duas etapas, para R$ 13.400/t em jun/2024 e para R$ 15.400/t em dez/2024, seguidos de queda para R$ 13.800/t em mai/2025, refletindo os movimentos na taxa de câmbio no período.

18. Essa evolução evidencia que, embora as cotações internacionais ("LME cash" em US$/t) tenham passado por altas e baixas, foi a trajetória do câmbio - sobretudo a desvalorização do real frente ao dólar - que determinou, em última instância, a formação dos preços em reais.

19. Vale lembrar, porém, que o custo final dos produtos transformados não se resume ao preço do metal: ele resulta da soma de (i) LME + prêmio do metal, (ii) prêmio de conversão e (iii) margem do transformador.

20. A análise do "LME cash" em reais, portanto, constitui apenas a referência básica para os preços finais, evidenciando a importância do câmbio na definição do custo dos produtos transformados de alumínio no mercado doméstico (e em outras regiões, que precisam efetuar a conversão cambial).

VENDAS DA INDÚSTRIA NACIONAL E CONSUMO NACIONAL APARENTE

21. A partir de dados da Nota Fiscal eletrônica da Receita Federal do Brasil, processados e disponibilizados pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), estima-se que, em 2023, as vendas internas dos produtos classificados na NCM 7606.12.90 (Outras chapas e tiras, de ligas alumínio, espessura > 0.2mm) somaram [**CONFIDENCIAL**] [redacted] toneladas, e as importações atingiram 69,8 mil toneladas, resultando em um Consumo Nacional Aparente (CNA) de [**CONFIDENCIAL**] [redacted] toneladas, com crescimento de 8,1% em relação a 2022. O coeficiente de importação ficou em [**CONFIDENCIAL**] [redacted].

Tabelas - Vendas da Industrial Nacional e Consumo Nacional Aparente [**CONFIDENCIAL**]

Vendas da Indústria Nacional - NCM 7606.12.90

Ano	Vendas Totais (Kg)	Δ Vendas Totais (%)	Vendas internas (KG)	Δ Vendas Internas (%)	Exportações (Kg)	Δ Exportações (%)
2016	[redacted]					
2017						
2018						
2019						
2020						
2021						
2022						
2023						

Fonte: ComexStat (MDIC) e RFB (MF) | Elaboração própria, partir das informações fornecidas pela SECEX/MDIC

Consumo Nacional Aparente - NCM 7606.12.90

Ano	Vendas Internas (KG)	Δ Vendas Internas (%)	Importações (Kg)	Δ Importações (%)	CNA (Kg)	Δ CNA (%)	Coeficiente de Importação (%)
2016	[redacted]						
2017							
2018							
2019							
2020							
2021							
2022							
2023							

Fonte: ComexStat (MDIC) e RFB (MF) | Elaboração própria, partir das informações fornecidas pela SECEX/MDIC

22. Ressalte-se que as informações contidas nessas duas tabelas – assim como a maioria dos demais dados estatísticos constantes nesta Nota Técnica - contemplam todas as chapas classificadas no código tarifário 7606.12.90. Não é possível estratificar apenas dados estatísticos das "chapas de alumínio CBS – can body stock", objeto do pleito (ex-tarifário) apresentado pelas peticionárias.

23. Ademais, cabe destacar que os dados de Vendas da Indústria Nacional e Consumo Nacional Aparente apresentados anteriormente podem divergir dos dados de comércio exterior reportados pelo ComexStat, em função de diferenças metodológicas nos critérios de registro. As informações sobre vendas internas, exportações e consumo nacional aparente da indústria nacional têm como última referência o ano de 2023, sendo estimadas com base nos códigos CFOP (Código Fiscal de Operações e Prestações) informados pelos emissores de Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e), conforme dados disponibilizados ao MDIC pela Receita Federal do Brasil (RFB), por meio de convênio da SECEX com o Ministério da Fazenda.

DADOS DE COMÉRCIO EXTERIOR (2020 – 2025) - NCM 7606.12.90

24. Os dados estatísticos de comércio exterior (importações, exportações, preços médios, etc.) para o período 2010 a mai/2025 constam do Anexo a esta Nota Técnica.

25. Entre 2020 e 2024, as exportações brasileiras da NCM 7606.12.90 (outras chapas e tiras, de ligas de alumínio, de espessura superior a 0,2 mm, de forma quadrada ou retangular) apresentaram trajetória de crescimento, passando de 60 mil toneladas em 2020 para 101 mil toneladas em 2024, com variação positiva de 68,2% nesse período. Em valor, as exportações cresceram de US$ 164 milhões para US$ 337,6 milhões, o que corresponde a um incremento de 106% no período.

26. O preço médio das exportações oscilou entre US$ 2.730/ton em 2020 e US$ 3.338/ton em 2024, atingindo pico de US$ 3.949/ton em 2022.

27. O Brasil foi exportador líquido de chapas de alumínio classificadas na NCM 7606.12.90 em todos os anos do período 2020-2024, acumulando superávit constante. Em 2024, o saldo comercial foi positivo em cerca de US$ 92,6 milhões.

Quadro resumo das Exportações

Ano	Exportações (US$ FOB)	Var. (%) Exp (US$ FOB)	Exportações (kg)	Var. (%) Exp (kg)	Preço médio Exp (US$ FOB/Ton)	Var. (%) Preço médio Exp
2020	164.009.669	-26,79%	60.095.629	-22,05%	2.729,14	-6,08%
2021	160.672.568	-2,03%	47.992.190	-20,14%	3.347,89	22,67%
2022	367.643.281	128,82%	93.103.322	94,00%	3.948,77	17,95%
2023	288.695.484	-21,47%	82.819.507	-11,05%	3.485,84	-11,72%
2024	337.575.515	16,93%	101.125.299	22,10%	3.338,19	-4,24%
2024 (Até mês 05)	174.135.428		54.012.903		3.223,96	
2025 (Até mês 05)	142.897.027	-17,94%	39.323.739	-27,20%	3.633,86	12,71%

Fonte: Comex Stat/MDIC | Elaboração: CGIM/DINTE/SDIC/MDIC.

28. No mesmo intervalo, as importações também cresceram: o volume físico importado passou de 42,4 mil toneladas para 85,4 mil toneladas, com aumento de 101,4%. Em valor, as importações subiram de US$ 111 milhões em 2020 para US$ 245 milhões em 2024 (+120,7%).

29. O preço médio das importações variou de US$ 2.618/ton (2020) para US$ 2.870/ton (2024), com pico de US$ 3.344/ton em 2022.

Quadro resumo das Importações

Ano	Importações (US$ FOB)	Var. (%) Imp (US$ FOB)	Importações (kg)	Var. (%) Imp (kg)	Preço médio Imp (US$ FOB/Ton)	Var. (%) Preço médio Imp
2020	111.019.647	-45,46%	42.399.808	-38,89%	2.618,40	-10,76%
2021	158.385.774	42,66%	58.859.156	38,82%	2.690,93	2,77%
2022	245.754.581	55,16%	73.489.563	24,86%	3.344,07	24,27%
2023	199.519.601	-18,81%	69.759.712	-5,08%	2.860,10	-14,47%
2024	245.017.558	22,80%	85.385.623	22,40%	2.869,54	0,33%
2024 (Até mês 05)	94.800.906		33.294.196		2.847,37	
2025 (Até mês 05)	121.737.042	28,41%	41.376.189	24,27%	2.942,20	3,33%

Fonte: Comex Stat/MDIC | Elaboração: CGIM/DINTE/SDIC/MDIC

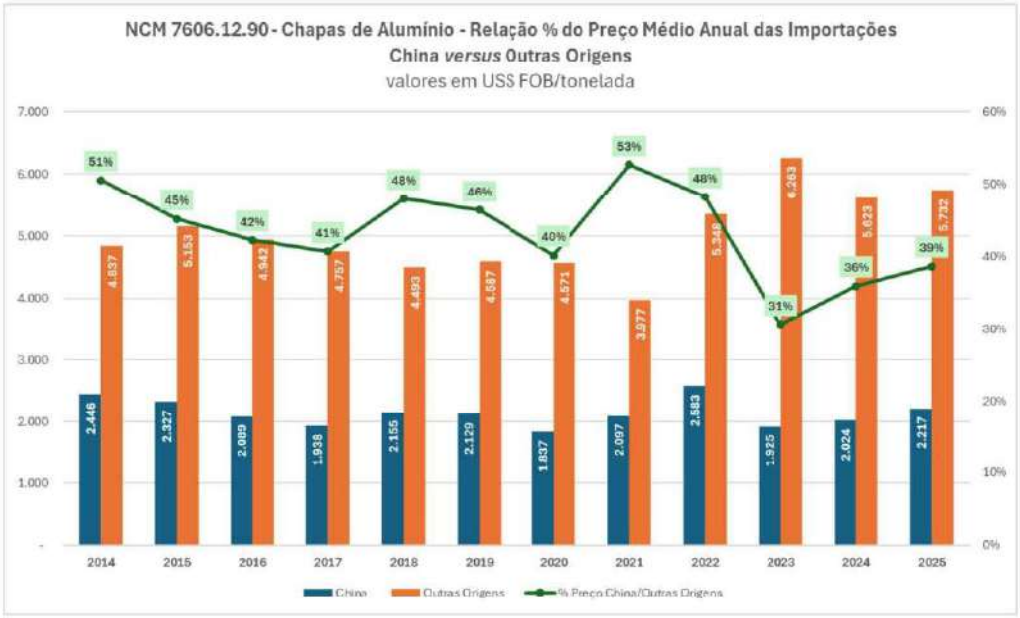
Quadro resumo do saldo comercial

Ano	Balança Comercial (FOB)	Balança Comercial (KG)
2020	52.990.022	17.695.821
2021	2.286.794	-10.866.966
2022	121.888.700	19.613.759
2023	89.175.883	13.059.795
2024	92.557.957	15.739.676
2024 (Até mês 05)	79.334.522	20.718.707
2025 (Até mês 05)	21.159.985	-2.052.450

Fonte: Comex Stat/MDIC | Elaboração: CGIM/DINTE/SDIC/MDIC

30. Em 2024, a China foi responsável por 76,5% das origens do volume importado pelo Brasil das chapas classificadas na NCM 7606.12.90, seguida por África do Sul (6,9%), Alemanha (3,9%) e Estados Unidos (3,2%). O preço médio do produto chinês foi US$ 2.024/tonelada, inferior ao das demais origens, o que reforça seu peso nas compras brasileiras. Em valor (US$ FOB), a China a origem de 53,95% das importações em 2024, seguida da África do Sul (9,64%), Alemanha (9,20%) e Estados Unidos (9,18%).

Gráfico 2

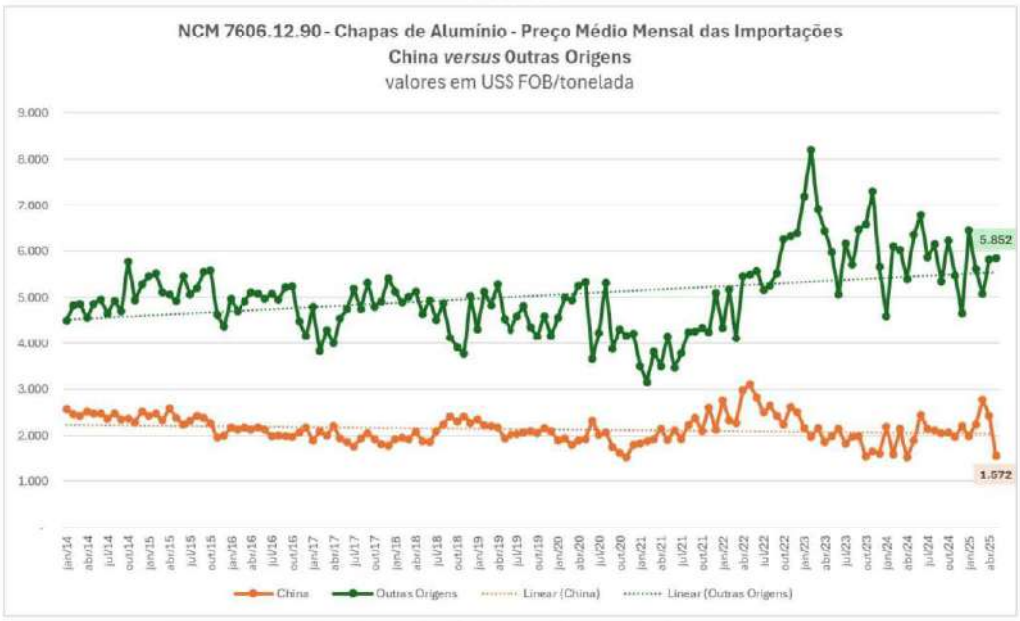


Fonte: ComexStat (MDIC) | Elaboração: CGIM/DINTE/SDIC/MDIC

31. No gráfico 2 acima é ilustrado o comparativo do preço médio anual das importações brasileiras – origem China versus Demais Origens - das chapas classificadas na NCM 7606.12.90. Em toda a série, o preço chinês ficou bem abaixo do preço das demais origens.

32. Ao analisar uma série histórica mais longa dos preços médios mensais de importação (China versus Demais Origens), fica claro, para todo o período analisado (jan-2014 a mai-2025), os baixos preços praticados pela China em relação aos demais fornecedores, conforme ilustrado no gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3



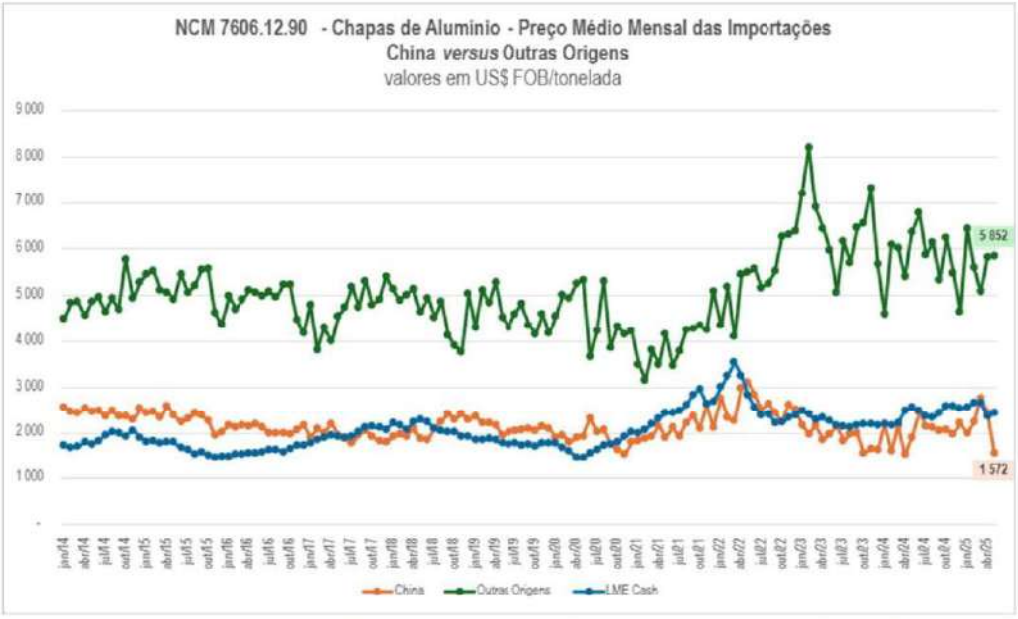
Fonte: ComexStat (MDIC) | Elaboração: CGIM/DINTE/SDIC/MDIC

33. Em maio/2025, o preço médio origem China das importações brasileiras da NCM 7606.12.90 foi de US$ 1.572/ton, ao passo que o preço médio das demais origens foi de U$S 5.852/ton.

34. A predominância das importações originárias da China das chapas classificadas na NCM 7606.72.90 com baixos preços acaba por influenciar, para baixo, o preço médio total das importações brasileiras dessas chapas de alumínio.

35. Ao acrescentar na análise de preços médios mensais das importações o comportamento do preço mensal do alumínio primário na LME (London Metal Exchange), que, como já informado nos parágrafos 14 a 20 desta Nota, serve de referência básica para produtos de alumínio, percebe-se, como ilustrado no gráfico 4 abaixo, que os preços das importações brasileiras de chapas classificadas na NCM 7606.12.90 originárias da China são muito próximos aos preços da LME.

Gráfico 4

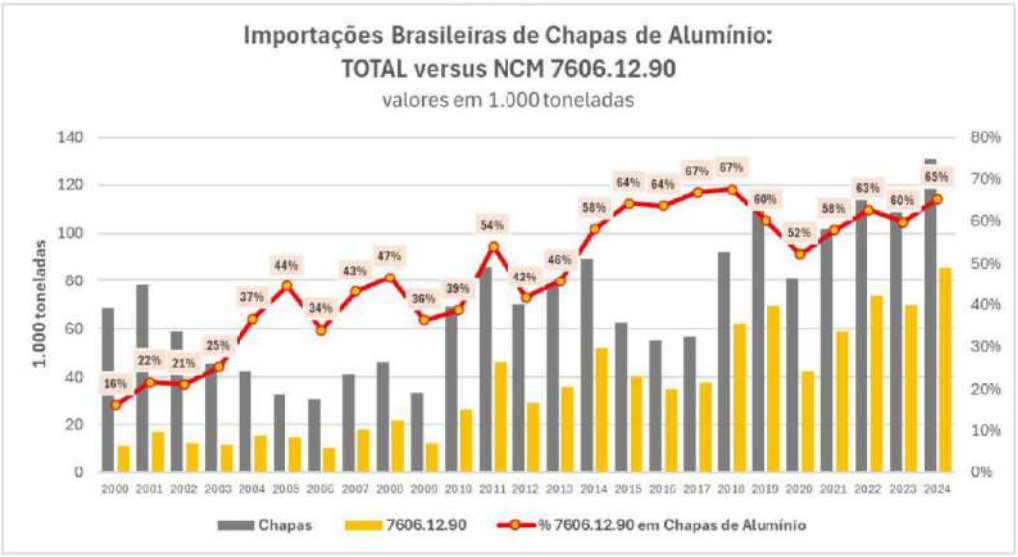


Fonte: ComexStat (MDIC); ABAL (LME Cash) | Elaboração: CGIM/DINTE/SDIC/MDIC

36. Aparentemente, ao menos para as exportações dessas chapas classificadas na NCM 7606.12.90, a China não cobra adição de valor pela conversão do alumínio primário em chapas de alumínio ligados, o que sugere uma prática para tentar deslocar os competidores das demais origens das importações brasileiras.

37. O gráfico 5 abaixo mostra a evolução (período 2000 até 2024) do volume das importações brasileiras totais de chapas de alumínio (posição 7606) comparativamente ao volume importado das chapas classificadas na NCM 7606.12.90. A representatividade das chapas de alumínio classificadas na NCM 7606.12.90 no total de chapas de alumínio subiu de 16% no ano 2000 para 65% no ano 2024.

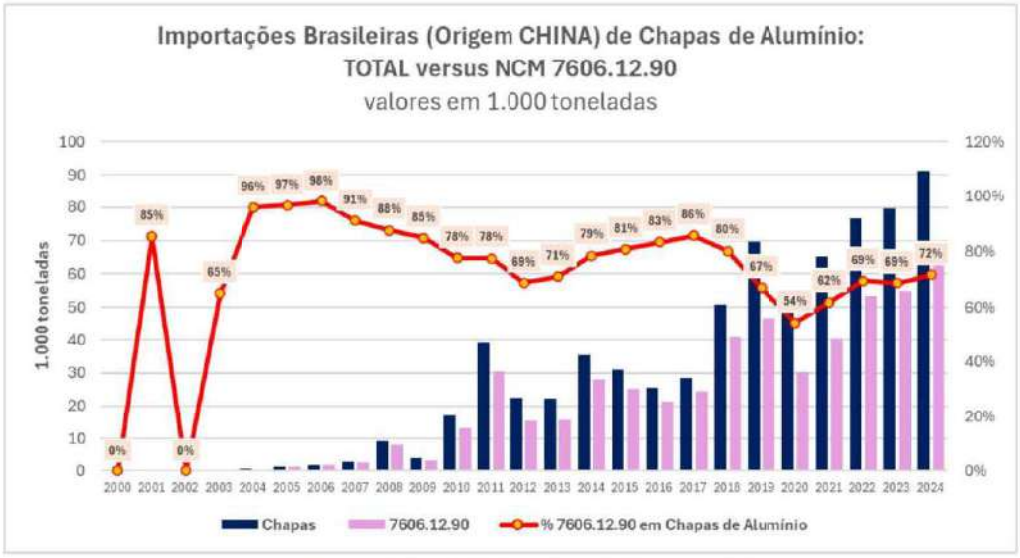
Gráfico 5



Fonte: ComexStat (MDIC) | Elaboração: CGIM/DINTE/SDIC/MDIC

38. No gráfico 6 abaixo é efetuado o recorte da origem China da evolução (período 2000 até 2024) do volume das importações brasileiras totais de chapas de alumínio (posição 7606) comparativamente ao volume importado das chapas classificadas na NCM 7606.12.90. O gráfico mostra que as importações originárias da China desses produtos eram praticamente nulas no início da série, mas foram subindo consistentemente a partir de 2010 até atingirem 91 mil toneladas de chapas totais em 2024 e 65 mil toneladas de chapas classificadas na NCM 7606.12.90. A representatividade das chapas de alumínio classificadas na NCM 7606.12.90 no total de chapas de alumínio importadas da China atingiu 72% no ano 2024.

Gráfico 6



Fonte: ComexStat (MDIC) | Elaboração: CGIM/DINTE/SDIC/MDIC

A RELEVÂNCIA DA CHINA NO MERCADO DE ALUMÍNIO

Produção de Alumínio Primário

39. No gráfico 7 abaixo, é ilustrada a evolução da produção mundial de alumínio primário, com destaque para o crescimento da produção na China versus resto do mundo.

Gráfico 7



Fonte: ABAL; e IAI: https://international-aluminium.org/ | Elaboração: CGIM/DINTE/SDIC/MDIC

40. No período 2000-2024, a produção de alumínio primário na China cresceu 1.439%, saltando de 2,8 milhões de toneladas em 2000 para 43,5 milhões de toneladas em 2024, com taxa de crescimento anual composta (CAGR) de 12,06%. Com isso, a representatividade do país asiático na produção mundial de alumínio primário se elevou de 11% no ano 2000 para 60% em 2024.

41. A título comparativo, a produção de alumínio primário de todos os demais países (resto do mundo) cresceu 35% no período analisado, saltando de 21,8 milhões de toneladas no ano 2000 para 29,5 milhões de toneladas em 2024, com taxa de crescimento anual composta (CAGR) de 1,26%.

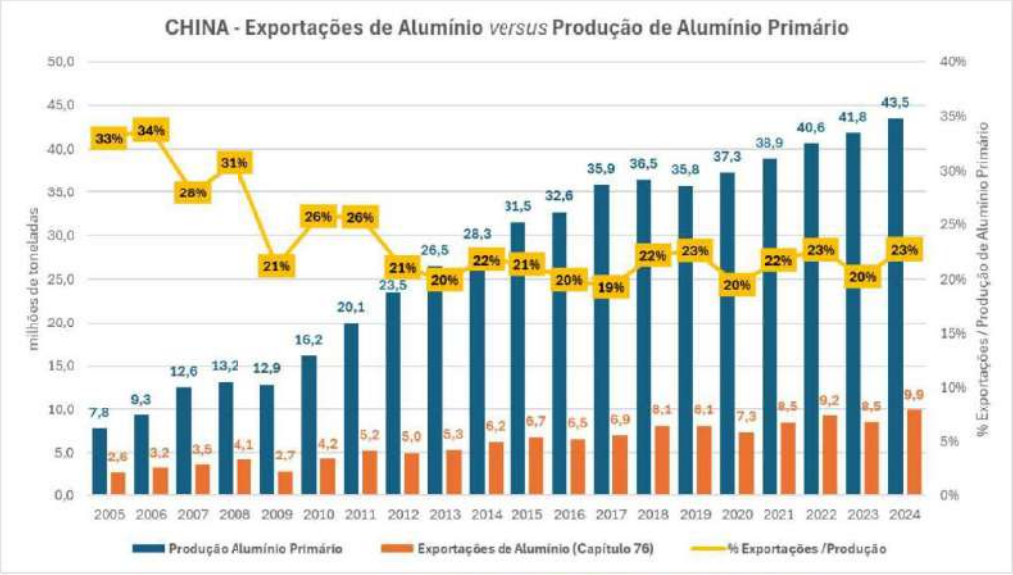
42. Estima-se que a produção atual de alumínio secundário (sucata de alumínio recuperada) mundial seja um volume em torno de 50% da produção de alumínio primário, ou seja, cerca de 36,5 milhões de toneladas. De acordo com as estimativas, este percentual já foi maior no final da década de 90/início da década 2000, quando - no ano 2001 - as estimativas da produção atual de alumínio secundário atingiram 69,1% do volume de alumínio primário.

43. No entanto, há tendência de novo crescimento da produção de alumínio secundário (sucata de alumínio recuperada) para os próximos anos, pois existe uma importância estratégica na reciclagem deste metal. Reciclar alumínio é fundamental porque, ao reaproveitá-lo, utiliza-se apenas 5% da energia necessária para produzir alumínio novo a partir do minério — o que gera uma grande economia de eletricidade e reduz significativamente as emissões de gases de efeito estufa.

Visão das Exportações Chinesas de Alumínio (2005-2024):

44. Avaliando os dados disponibilizados pelo TradeMap/INTRACEN, que contempla o período 2005 a 2024, verifica-se que a parcela das exportações chinesas de alumínio (todo o capítulo 76) em relação à sua produção de alumínio primário tem uma tendência de queda até 2013; representava 33% em 2005 e reduziu-se para 20% em 2013, mantendo-se no patamar que oscila entre 19% e 23% a partir de então. Essas informações são ilustradas no gráfico 8 abaixo.

Gráfico 8



Fonte: Produção de Alumínio Primário (ABAL; e IAI: https://international-aluminium.org/); Exportações de Alumínio (TradeMap/INTRACEN) | Elaboração: CGIM/DINTE/SDIC/MDIC

45. No caso específico das chapas de alumínio (posição SH 7606), é a principal categoria de alumínio exportada pela China para o mundo, tendo representado 35% das exportações chinesas totais do Capítulo SH 76 em 2024. O gráfico 9 abaixo ilustra a evolução do volume das exportações anuais chinesas de chapas de alumínio (posição SH 7606) para o mundo no período de 2005 a 2024.

Gráfico 9



Fonte: TradeMAP/INTRACEN | Elaboração: CGIM/DINTE/SDIC/MDIC

46. De 2005 a 2024, as exportações chinesas de chapas de alumínio passaram de 0,2 Mt a 3,4 Mt. Exibiram inicialmente forte crescimento com volatilidade até 2012 (picos em 2008 e quedas em 2009 e em 2012), seguida de avanço moderado entre 2013 e 2015, com queda em 2016, e, por fim, retomada de aceleração acentuada a partir de 2017 até 2024 com algumas oscilações nesse último período, refletindo tanto ajustes conjunturais quanto consolidação da China como principal exportadora global.

ANÁLISE

Capacidade Nacional Excedente e Atendimento à Demanda:

47. Os dados apresentados demonstram claramente que a indústria nacional possui capacidade instalada e produção efetiva suficientes para abastecer o mercado interno de CBS, não se configurando situação de desabastecimento.

48. Como já informado anteriormente, a Novelis possui capacidade instalada de 720 mil toneladas/ano, enquanto a demanda total do Mercosul por CBS é de aproximadamente 570 mil toneladas/ano de chapas para corpo, anel e tampa da lata. Portanto, há uma capacidade excedente de 150 mil toneladas/ano, suficiente para suprir a totalidade do mercado regional sem risco de desabastecimento, inclusive para suprir eventuais aumentos de demanda interna ou mesmo substituir importações adicionais.

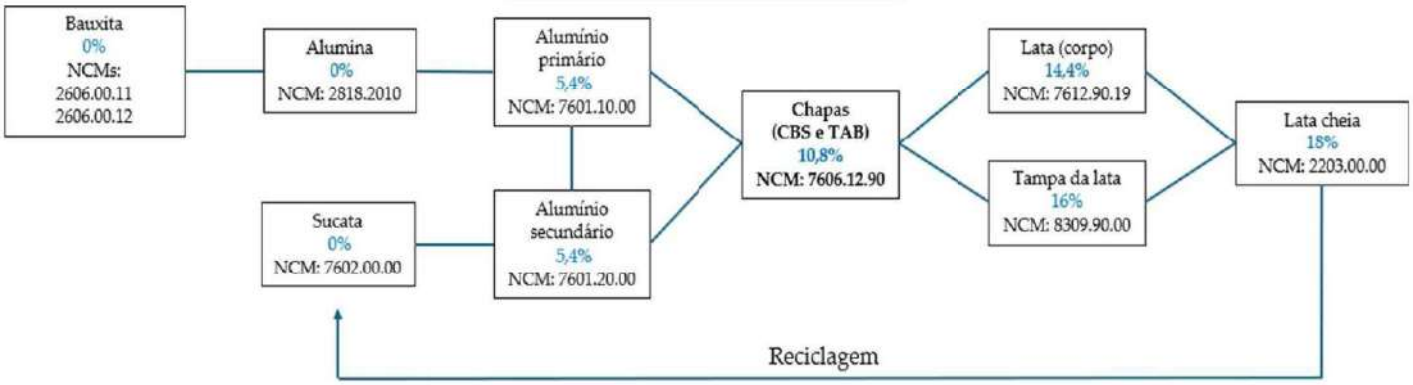
49. Além disso, segundo a Novelis, estão em curso investimentos de R$ 450 milhões para expansão para 750 mil toneladas/ano, e em estudo um projeto de R$ 7 bilhões para atingir 1,2 milhão de toneladas/ano de capacidade de laminação total (atualmente na fase de licenciamento ambiental).

50. De acordo com a Abralatas, a Novelis, única fabricante de CBS no Brasil e no Mercosul, abastece praticamente toda a demanda das *can makers*, visto que, entre 2020 e 2023, as importações de CBS não ultrapassaram **[CONFIDENCIAL]** do consumo nacional.

51. Desse modo, considerando a capacidade instalada já disponível, o excedente produtivo e os investimentos realizados, verifica-se que a Novelis possui plenas condições de suprir, de forma continuada e segura, toda a demanda doméstica e regional por CBS. Não há, portanto, desequilíbrio estrutural ou conjuntural na oferta nacional que ampare a utilização da LETEC como instrumento para a redução da alíquota de importação.

Escalonamento Tarifário

52. A redução da tarifa do CBS para 0% romperia a lógica do escalonamento tarifário atualmente vigente, que tem como objetivo incentivar a agregação progressiva de valor doméstico. Atualmente, as matérias-primas básicas (alumínio primário) têm alíquota do Imposto de Importação de 5,4%, os laminados intermediários (CBS) 10,8%, as latas prontas 14,4% e o conteúdo final (cerveja) 18%.



Fonte da imagem: Novelis.

53. A eventual redução a zero da tarifa de importação do CBS desorganizaria essa lógica, gerando um incentivo inverso à agregação de valor no território nacional e risco de desvio de comércio a favor de produtos intermediários chineses. Tal situação desestimularia investimentos produtivos locais em laminação, podendo inclusive incentivar exportações de alumínio primário para processamento no exterior, resultando em desvio de comércio em benefício de fornecedores externos.

Coerência da tarifa atual com outros mercados

54. Além de possuir escalonamento tarifário coerente com seus insumos e produtos finais, a tarifa vigente de 10,8% para o produto chapas de liga de alumínio, em bobinas, para corpo de latas (Can Body Stock – CBS) é coerente com a estrutura tarifária setorial, sendo essa a tarifa padrão aplicada na Tarifa Externa Comum (TEC) a barras e perfis de alumínio, fios de alumínio, chapas e tiras de alumínio, e folhas e tiras de alumínio (posições 7604, 7605 e 7606 da Nomenclatura Comum do Mercosul), garantindo isonomia entre itens de transformação equivalente.

55. Do ponto de vista multilateral, a alíquota brasileira está abaixo do teto consolidado na OMC para laminados de alumínio (20%). Os países da União Europeia aplicam tarifa NMF de 7,5% para a posição SH 7606.12, com medidas antidumping ou compensatórias adicionais aplicando-se a alguns tipos de laminados planos chineses. Já os Estados Unidos enquadram as chapas de alumínio, inclusive para corpo de latas (CBS) na majoração tarifária incidente sobre artigos de alumínio no âmbito da Seção 232, além da alíquota base NMF (3%). Em 10 de fevereiro de 2025, os EUA anunciaram elevação da alíquota de 10% para 25% (Seção 232) e, em 4 de junho de 2025, anunciaram que a sobretaxa pode chegar a 50% (salvo exceções como o Reino Unido).

Preço e competição

56. A justificativa dos pleiteantes de que a redução tarifária aumentaria a competição no mercado doméstico parte da premissa de que a concorrência externa estaria significativamente limitada pela tarifa atual de 10,8%. Conforme ressaltado anteriormente, essa alíquota está abaixo do teto consolidado na Organização Mundial do Comércio (OMC), que é de 20%, e encontra-se alinhada à estrutura tarifária brasileira, que adota escalonamento progressivo conforme o grau de transformação dos bens..Desse modo, a tarifa vigente no Brasil não é considerada excessiva ou impeditiva das importações.

57. A petição da Novelis argumenta que questões relativas à negociação comercial e preços não deveriam influenciar diretamente o processo de decisão sobre redução tarifária. Ainda assim, a Novelis expõe que suas práticas comerciais mantêm estratégias competitivas consistentes com as melhores práticas do mercado.

58. **[CONFIDENCIAL]** [redacted] **[CONFIDENCIAL]** [redacted]. Além disso, a empresa apresenta estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) que compara as margens operacionais da Novelis com fabricantes de latas no Mercosul, e que evidenciam que suas margens são compatíveis ou até mesmo inferiores às desses produtores, contrariando a alegação de margens excessivas.

59. **[CONFIDENCIAL]** [redacted] **[CONFIDENCIAL]** [redacted].

60. Por fim, a Novelis também argumenta, por meio da evolução da participação de mercado das latas de alumínio

em relação ao vidro, que seus produtos são competitivos. A participação da lata cresceu significativamente, [**CONFIDENCIAL**] [redacted], o que evidencia não haver distorções relevantes nos preços praticados.

61. Assim, do ponto de vista concorrencial, não se verifica distorção que justifique intervenção tarifária para redução da alíquota do Imposto de Importação incidente sobre as chapas de alumínio para corpo de latas (CBS).

Efeitos Irrelevantes sobre o Preço ao Consumidor

62. As simulações apresentadas pela indústria indicam que, mesmo em um cenário extremo de substituição total da produção doméstica por importações de chapas para corpo de latas (CBS) com alíquota zero, o impacto da redução tarifária sobre o preço final da cerveja seria mínimo — entre **[CONFIDENCIAL]**[redacted] por unidade, assumindo-se o repasse integral da economia ao consumidor final. Tal efeito, além de pouco provável, é economicamente irrelevante diante da estrutura de custos da cadeia.

63. Cabe destacar que o CBS representa, em média, apenas **[CONFIDENCIAL]**[redacted] do custo total da cerveja, conforme informaram a Novelis e Nota Técnica FGV. O preço final ao consumidor depende majoritariamente de outros fatores, como insumos, logística, margem de distribuição e tributação sobre o produto final. Assim, mesmo com a eliminação da tarifa de 10,8% sobre o CBS, o efeito agregado sobre a inflação medida pelo IPCA seria nulo ou estatisticamente insignificante.

64. Com a quota de 40 000 t proposta – equivalente a cerca de 9% do consumo nacional aparente (cerca de 440.000 t, segundo a Abralatas/Sindicerv) –, o impacto sobre os preços torna-se ainda mais irrelevante: a queda média no preço da bebida em lata seria de **[CONFIDENCIAL]** [redacted] em uma lata de R$ 4,00. No IPCA, isso representa **[CONFIDENCIAL]** [redacted] ponto percentual, muito aquém do arredondamento de duas casas decimais usado pelo IBGE, ficando o índice oficial de inflação inalterado.

65. A tabela abaixo resume três cenários de alcance do benefício tarifário:

a) 9% do consumo nacional aparente (CNA) beneficiado (quota de 40.000t);

b) 50% do CNA beneficiado pela redução tarifária;

c) 100% do CNA beneficiado pela redução tarifária.

66. Mesmo no último caso, em que todas as chapas de alumínio para corpo de lata (CBS) fossem importadas com benefício tarifário, ainda assim o impacto ao preço ao consumidor de cervejas e refrigerantes em lata e no IPCA é estatisticamente nulo. Trata-se, portanto, de um pleito que não se justifica sob a ótica da defesa do consumidor ou do controle inflacionário, sobretudo diante dos riscos que impõe à cadeia produtiva nacional.

Tabela – Impactos nos preços e na inflação **[CONFIDENCIAL]**

Impactos nos preços de cada produto e na inflação	Cenários de alcance do benefício tarifário								
	9% de CBS importada com alíquota 0%[1]			50% de CBS importada com alíquota 0%[2]			100% de CBS importada com alíquota 0%[3]		
	Var. Preço ao Consumidor (%)	Peso (p.p.)	Impacto no IPCA	Var. Preço ao Consumidor (%)	Peso (p.p.)	Impacto no IPCA	Var. Preço ao Consumidor (%)	Peso (p.p.)	Impacto no IPCA
Refrigerantes	[redacted]	0,0499	[redacted]	[redacted]	0,0499	[redacted]	[redacted]	0,0499	[redacted]
Cervejas	[redacted]	0,3863	[redacted]	[redacted]	0,3863	[redacted]	[redacted]	0,3863	[redacted]
(Refrigerante + Cerveja)	[redacted]	**0,4362**	[redacted]	[redacted]	**0,4362**	[redacted]	[redacted]	**0,4362**	[redacted]

Observação (1): Supõe-se que 9% do volume de chapas de alumínio para CBS usadas pelos fabricantes de lata seja beneficiado com a redução de custo. (40.000 toneladas de ~440.000 toneladas do CNA brasileiro)
(2): Supõe-se que 50% do volume de chapas de alumínio para CBS usadas pelos fabricantes de lata seja beneficiado com a redução de custo.
(3): Supõe-se que 100% do volume de chapas de alumínio para CBS usadas pelos fabricantes de lata seja beneficiado com a redução de custo)

Elaboração: CGIM/DINTE/SDIC/MDIC

Parâmetros adotados:

Peso "Refrigerante e água mineral" (dentro/fora do domicílio): 0,648 (média dos últimos 12 meses (jun/2024 a maio/2025). Fonte: IBGE;

Peso "cerveja" (dentro/fora do domicílio): 0,690 (média dos últimos 12 meses (jun/2024 a maio/2025). Fonte: IBGE;

Participação do subitem "Refrigerantes" no item "Refrigerantes e água mineral": **[CONFIDENCIAL]**[redacted]. Fonte: Nota Técnica FGV;

Parcela vendida em lata de alumínio: **[CONFIDENCIAL]**[redacted] para refrigerante; [redacted] para cerveja. Fonte: Nota Técnica FGV/Novelis

Custo do corpo da lata (CBS) nos preços finais das bebidas: **[CONFIDENCIAL]**[redacted]. Fonte: Nota Técnica FGV e Novelis.

Riscos de Desvio de Comércio e Competição Desleal

67. A eventual redução da alíquota do Imposto de Importação sobre chapas de alumínio do tipo CBS ampliaria de forma significativa o risco de desvio de comércio em favor do mercado brasileiro, especialmente em um contexto de sobrecapacidade global no setor, especialmente da China, cuja participação no mercado mundial de alumínio vem despertando preocupações e já motivou medidas de defesa comercial por parte dos Estados Unidos, da União Europeia e outros países.

68. Atualmente, a China já responde por mais de 75% do volume de CBS importado pelo Brasil. Diferentemente

de outros laminados, o ex-tarifário pretendido não se encontra abrangido pela medida de defesa comercial (direito compensatório) vigente contra produtos chineses (Resolução GECEX nº 431/2022), tornando-se ainda mais vulnerável à concorrência desleal. Em paralelo, mercados como os Estados Unidos e a União Europeia adotaram barreiras tarifárias e regulatórias rigorosas para conter a entrada de chapas chinesas — o que tende a redirecionar o excedente exportável para países com acesso facilitado, como o Brasil.

69. A eventual redução da alíquota para 0% tornaria o mercado brasileiro um destino preferencial para esse excedente, aprofundando a dependência externa e ameaçando diretamente a sustentabilidade da produção doméstica. Tal cenário comprometeria os investimentos em curso e colocaria em risco empregos, arrecadação e a capacidade instalada nacional.

Risco à Reciclagem

70. Outro impacto particularmente sensível diz respeito à cadeia nacional de reciclagem de alumínio. O Brasil possui um sistema consolidado e internacionalmente reconhecido de logística reversa para latas de alumínio, com taxa de reciclagem de 99,7% em 2023. Nesse modelo, a sucata coletada retorna às laminadoras domésticas (especialmente a Novelis) para refundição e produção de novos laminados, inclusive CBS. A Novelis opera a maior estrutura de reciclagem da América Latina, com 15 centros próprios de coleta e capacidade de 500 mil ton/ano.

71. A viabilidade econômica desse sistema depende diretamente da demanda doméstica por alumínio reciclado. Com a redução da demanda por chapa nacional, provocada pela eventual redução da tarifa alfandegária aqui analisada, cairia a demanda nacional por sucata, prejudicando diretamente mais de 800 mil catadores e cooperativas. Ou seja, a abertura à importação de chapas baratas poderia desvalorizar a sucata coletada, comprometendo a renda de cooperativas e milhares de catadores envolvidos nessa atividade.

72. Assim, a redução tarifária pleiteada apresenta riscos relevantes de externalidades negativas, prejudicando uma atividade em que o Brasil é referência global e envolvendo diretamente milhares de trabalhadores e cooperativas em todas as regiões do país.

Desestímulo à Sustentabilidade e à Política Industrial

73. Além disso, a redução tarifária poderia gerar retrocessos significativos nas metas ambientais e de descarbonização do país, dado que chapas importadas de países com matriz energética mais intensiva em carbono ou menor conteúdo reciclado substituiriam parcialmente a produção nacional de alumínio secundário. Importante lembrar que a China utiliza predominantemente energia elétrica a partir de fontes fósseis, notadamente de térmicas a carvão.

74. A produção nacional de alumínio, notadamente aquela destinada à fabricação de chapas do tipo CBS, destaca-se no cenário internacional por sua elevada eficiência energética e baixa emissão de gases de efeito estufa. O alumínio brasileiro apresenta pegada de carbono até 3,3 vezes inferior à média global, resultado direto do uso predominante de energia elétrica renovável na cadeia produtiva.

75. A eventual substituição da produção nacional por chapas importadas, especialmente de origem chinesa, representaria um retrocesso ambiental significativo, ao elevar substancialmente a pegada de carbono da cadeia da lata de alumínio. Conforme argumenta a ABAL, grande parte dos produtos chineses não detém os padrões de sustentabilidade do produto brasileiro, de baixos níveis de emissões de carbono e um sistema robusto de certificação ambiental. Portanto, o movimento pretendido pela Abralatas e Sindicerv contraria os compromissos climáticos assumidos pelo Brasil no âmbito da transição energética e da descarbonização da indústria.

76. Ademais, as diretrizes do programa Nova Indústria Brasil (NIB) tem como um de seus pilares o estímulo à produção nacional de bens industriais sustentáveis e com maior adensamento nas suas cadeias produtivas.

77. Reduzir a proteção tarifária sobre um insumo estratégico e de alta performance ambiental enfraquece os incentivos à agregação de valor local e corrói a previsibilidade necessária para novos investimentos no setor de alumínio de baixa emissão de carbono.

CONCLUSÃO

78. Em síntese, esta análise não identificou falhas de mercado ou evidências robustas que sustentem o deferimento do pleito de inclusão das chapas de alumínio CBS na Letec com alíquota zero, nem mesmo no caso da cota de 40.000 toneladas anuais, com alíquota reduzida a 2%, proposta pelos peticionários no decorrer da análise e endossada pela Nota Técnica nº 8/2025/DNAC/SCRI/MAPA, do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA.

79. Ao contrário, os elementos apurados indicam claramente que:

- (i) Não há escassez ou desabastecimento do produto: a oferta nacional supre a quase totalidade da demanda, com capacidade produtiva excedente significativa;
- (ii) A tarifa vigente de 10,8% é moderada e coerente com padrões internacionais e com a estrutura tarifária setorial, não representando barreira excessiva à concorrência externa;
- (iii) A redução tarifária pleiteada poderia causar danos consideráveis à indústria doméstica, ao escalonamento tarifário e à cadeia de reciclagem, com benefícios marginais apenas aos fornecedores externos e aos can makers nacionais;
- (iv) Não há evidências objetivas de práticas abusivas ou supracompetitivas nos preços domésticos praticados pelo fornecedor nacional.

80. Portanto, ante todo o exposto, **recomenda-se o INDEFERIMENTO** do pleito da Abralatas e Sindicerv para redução da alíquota do imposto de importação de chapas de liga de alumínio para corpo de latas (CBS), classificadas na NCM 7606.12.90, por meio da inclusão na LETEC.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente
ANTONIO JOÃO GONÇALVES DE AZAMBUJA
Chefe de Divisão

Documento assinado eletronicamente
RICARDO DEBIAZI ZOMER
Chefe de Divisão

Documento assinado eletronicamente
PEDRO HENRIQUE DE A. RECKZIEGEL
Coordenador

Documento assinado eletronicamente
TÓLIO EDEO RIBEIRO
Coordenador-Geral das Indústrias de Metalurgia e de Base Florestal

De acordo. À consideração superior.

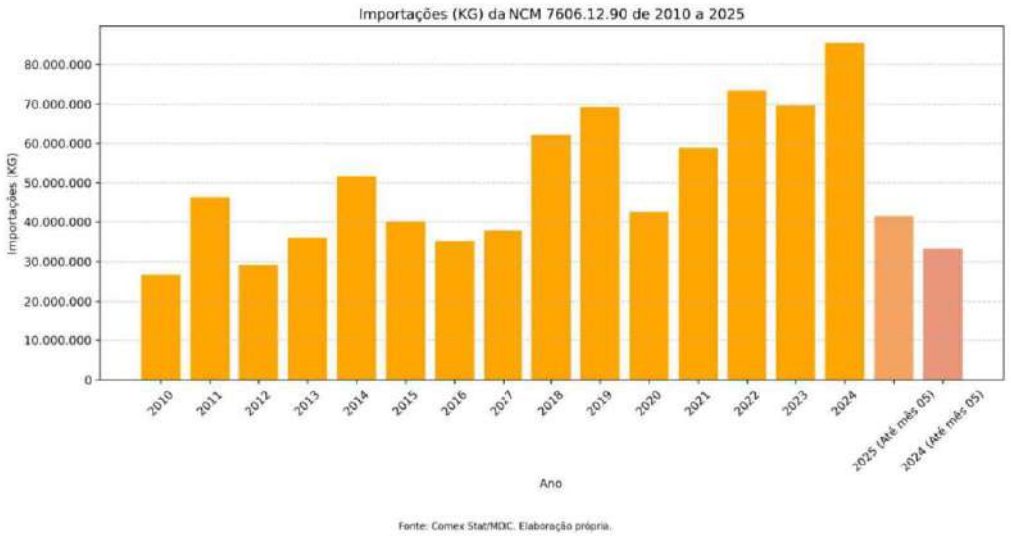
Documento assinado eletronicamente
CARLOS LEONARDO TEÓFILO DURANS
Diretor do Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Insumos e Materiais Intermediários

De acordo. Encaminhe-se à Secretaria-Executiva da CAMEX.

Documento assinado eletronicamente
LUÍS FELIPE GIESTEIRA
Secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços substituto

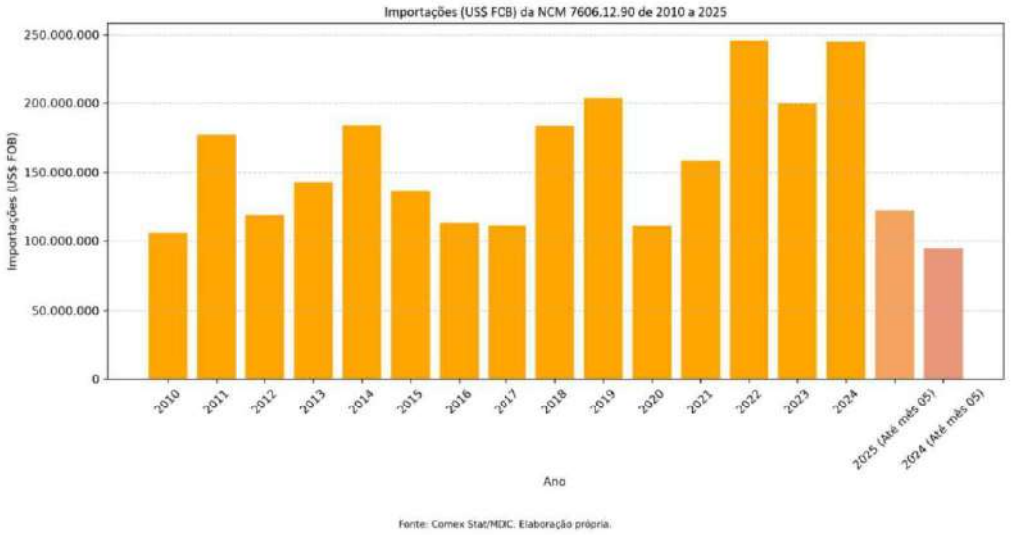
ANEXOS

Gráfico - Importações (KG) da NCM 7606.12.90



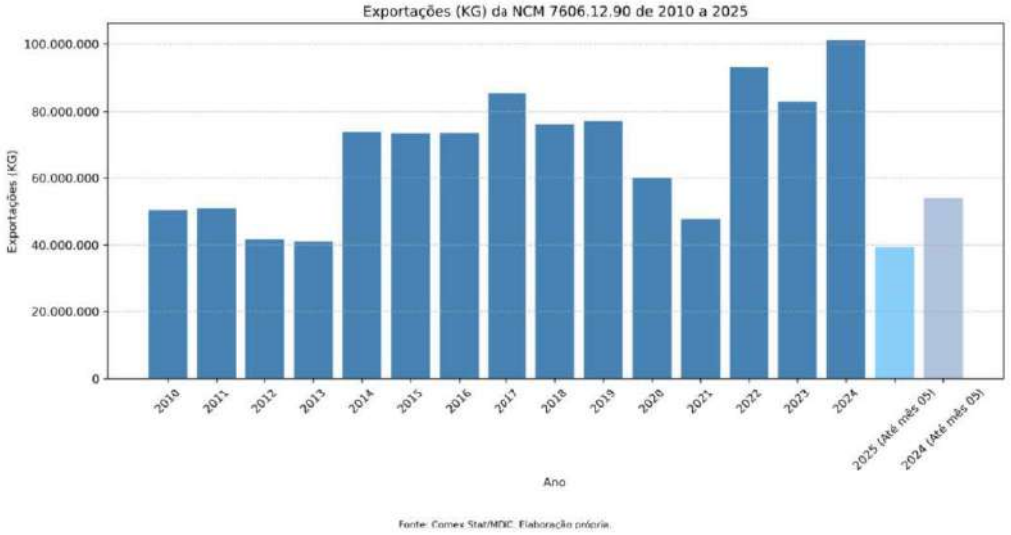
Fonte: Comex Stat/MDIC. Elaboração própria.

Gráfico - Importações (US$ FOB) da NCM 7606.12.90



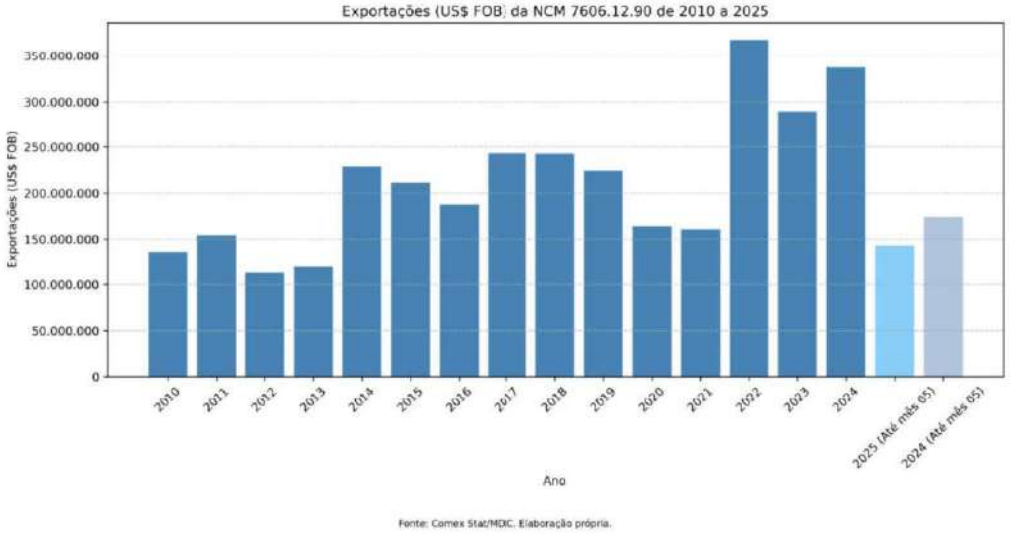
Fonte: Comex Stat/MDIC. Elaboração própria.

Gráfico - Exportações (KG) da NCM 7606.12.90



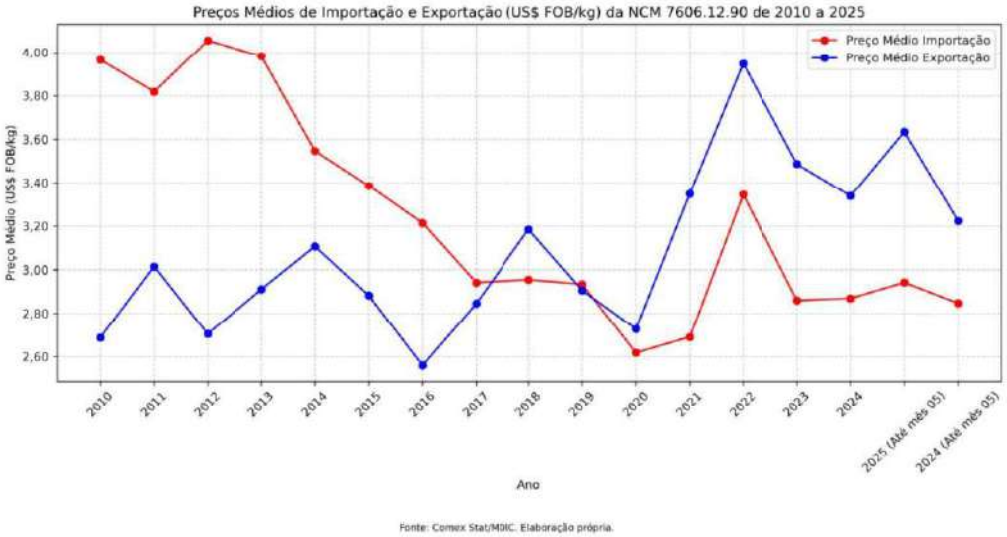
Fonte: Comex Stat/MDIC. Elaboração própria.

Gráfico - Exportações (US$ FOB) da NCM 7606.12.90



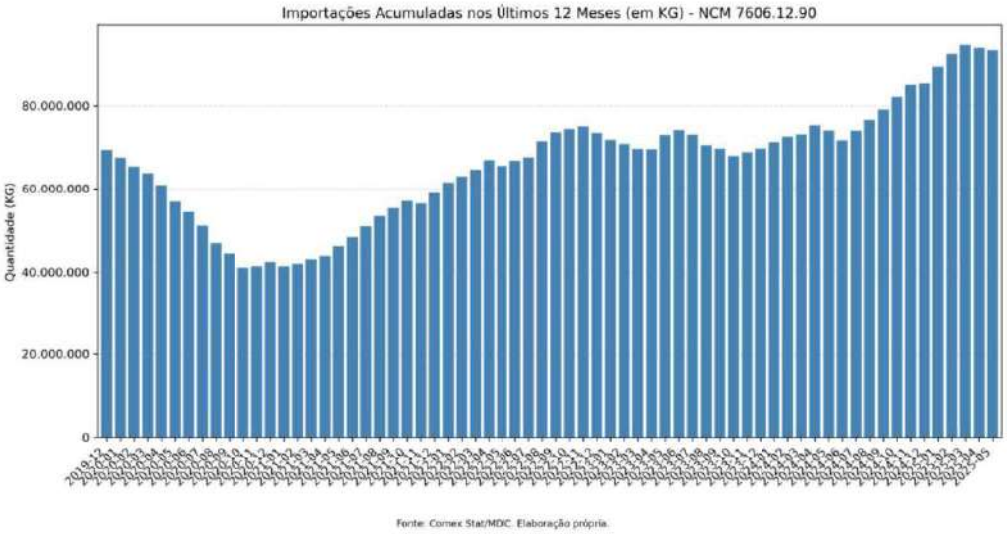
Fonte: Comex Stat/MDIC. Elaboração própria.

Gráfico - Preços Médios de Importação e Exportação (US$ FOB/kg)



Fonte: Comex Stat/MDIC. Elaboração própria.

Importações Acumuladas nos Últimos 12 Meses (em KG) da NCM 7606.12.90



Fonte: Comex Stat/MDIC. Elaboração própria.

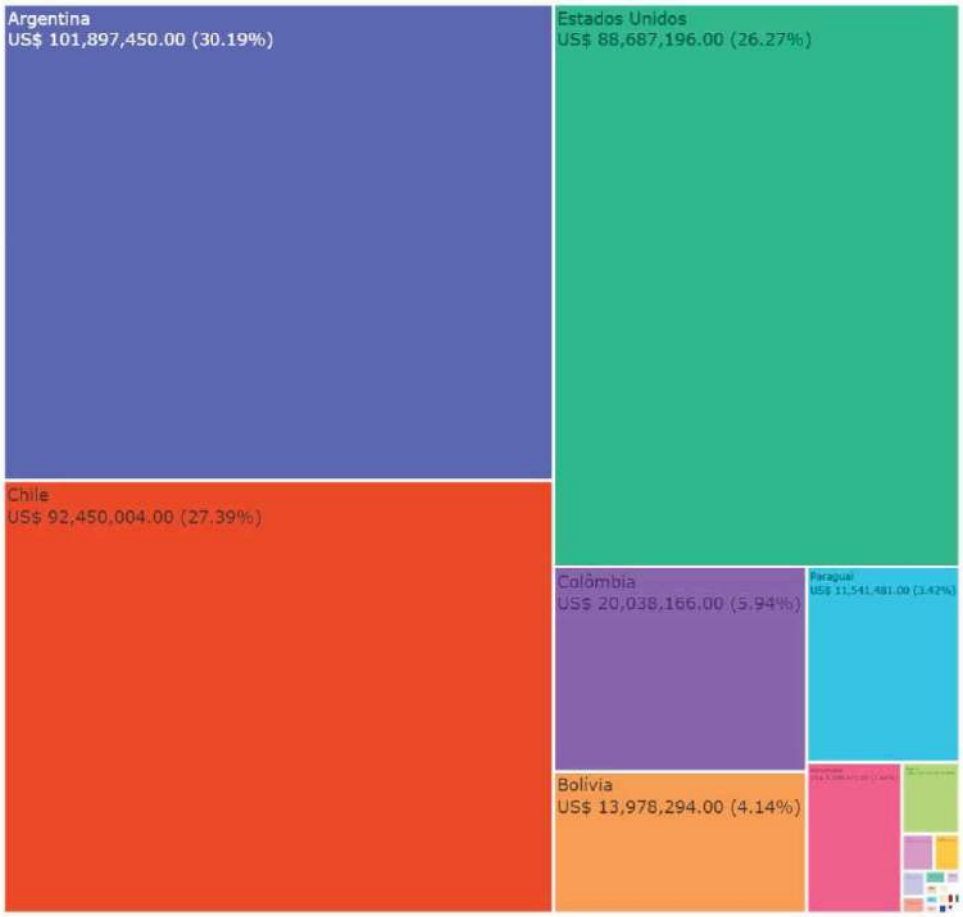
Treemap - Origem das Importações 2024 (NCM 7606.12.90)

Origem das Importações 2024 (US$ FOB) - NCM 7606.12.90 - Fonte: Comex Stat/MDIC. Elaboração própria.



Treemap - Destino das Exportações 2024 (NCM 7606.12.90)

Destino das Exportações 2024 (US$ FOB) - NCM 7606.12.90 - Fonte: Comex Stat/MDIC. Elaboração própria.



Documento assinado eletronicamente por **Tólio Edeo Ribeiro, Coordenador(a)-Geral**, em 23/06/2025, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique de Andrade Reckziegel, Coordenador(a)**, em 23/06/2025, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Leonardo Teófilo Durans, Diretor(a)**, em 23/06/2025, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Giesteira, Secretário(a) Substituto(a)**, em 23/06/2025, às 20:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Debiazi Zomer, Chefe(a) de Divisão**, em 23/06/2025, às 20:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Antônio João Gonçalves de Azambuja, Chefe(a) de Divisão**, em 23/06/2025, às 20:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted] A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código [redacted]

Referência: Processo nº 19687.005170/2025-01. SEI nº 51573186

Nota Técnica SEI nº 743/2025/MDIC

Assunto: **De íon de lítio. NCM 8507.60.00; e Carregadores de acumuladores. NCM 8504.40.10; – ambos com criação de Ex-tarifários - Pleitos de inclusão. Resolução GMC Nº 49/19 (Desabastecimento). Redução temporária da alíquota do Imposto de Importação de 18% para 0%. Processos SEI nº 19971.002297/2024-74 (Público), 19971.002298/2024-19 (Restrito); e 19971.002300/2024-50 (Público), 19971.002301/2024-02 (Restrito).**

I - DOS PLEITOS

1. A presente Nota Técnica tem como objetivo analisar pleitos de redução tarifária temporária protocolado pela empresa "Hilti do Brasil Comercial Ltda" – Hilti – em 24 de dezembro de 2024, para os produtos "De íon de lítio" e "Carregadores de acumuladores", ambos **com criação de Ex-tarifário**, classificados nos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM 8507.60.00 e 8504.40.10, respectivamente, ao amparo da Resolução nº 49/19 do Grupo Mercado Comum do Mercosul, o qual apresenta as seguintes características:

a) Alíquota pretendida: 0% para os dois pleitos;

b) Período de vigência da medida: 12 meses para os dois pleitos;

c) Quota a ser importada durante o período de vigência:

· NCM 8507.60.00: Inicialmente a empresa solicitou uma quota de 3.500 unidades, mas, alguns dias depois, enviou novo documento solicitando quota de 70.000 unidades;

· NCM 8504.40.10: Inicialmente a empresa solicitou uma quota de 3.000 unidades, mas, alguns dias depois, enviou novo documento solicitando quota de 60.000 unidades.

d) Cronograma de importações: não informado;

e) Justificativa da necessidade de aplicação da medida: Em resumo, a pleiteante informou que não há produção nacional dos produtos mencionados nos dois pleitos. Além disso, destacou que esses itens são fundamentais para o setor da construção civil e que não existem alternativas similares fabricadas no país. Ressaltou ainda a importância estratégica da construção civil para o Produto Interno Bruto (PIB) e para o desenvolvimento industrial, enfatizando seu impacto significativo em diversos segmentos econômicos, como o mercado imobiliário, a indústria moveleira, o varejo e o setor financeiro. Por fim, pontuou a necessidade de inovação tecnológica como fator essencial para a competitividade e o crescimento das empresas do setor.

f) Situação do Art. 2º em que se enquadra a solicitação: Inciso I – Inexistência temporária de produção regional do bem para ambos os produtos em análise;

g) Produção nacional ou regional: a pleiteante informou que não possui produção nacional e regional Mercosul dos dois produtos objeto dos pleitos.

h) Consumo nacional e regional: a pleiteante informou que não possui informações de consumo regional dos dois produtos objeto dos pleitos.

Quadro 1 - Consumo informado pela pleiteante (unidades) [CONFIDENCIAL]

Produto	2021	2022	2023	2024 (jan-jun)
Baterias de íons de lítio	[redacted]			
Carregadores portáteis				

Fonte: Dados fornecidos pela empresa

2. Por outro lado, em resposta a um pedido de informações complementares feito por esta SE-Camex, a empresa apresentou registros das importações realizadas por ela referentes aos produtos objetos dos pleitos, no período compreendido entre 2021 e o primeiro semestre de 2024, que foram utilizados para estimar o Consumo Nacional Aparente dos produtos em análise.

3. Dessa forma, utilizou-se, num primeiro momento, os registros de importação da categoria "Baterias de íons de lítio". Observou-se que nesta categoria constam **[CONFIDENCIAL]** [redacted]

4. Em relação aos registros de importação do pleito de carregadores, **[CONFIDENCIAL]** [redacted]

5. Com base nesta depuração feita a partir dos registros de importação fornecidos pela própria pleiteante, construiu-se o Quadro 2 a seguir, que apresenta as importações efetivamente realizadas pela empresa (que equivale ao seu consumo) dos produtos objeto dos pleitos no período pesquisado:

Quadro 2 - Consumo da pleiteante de acordo com os registros apresentados (unidades) [CONFIDENCIAL]

Produto	2021	2022	2023	2024 (jan-jun)
Baterias de íons de lítio	[redacted]			
Carregadores portáteis				

Fonte: Registros de importação fornecidos pela empresa

6. Verificou-se que os dados do Quadro 1 foram superestimados pela pleiteante, dado que correspondem às quantidades importadas pela empresa na totalidade das NCM. Já o Quadro 2 apresenta o que foi importado no período especificamente para os produtos de interesse.

7. Com base na participação de mercado da pleiteante, **[CONFIDENCIAL]** [redacted] conforme informação fornecida pela empresa em documentação complementar, apresenta-se, no Quadro 3 a estimativa do Consumo Nacional Aparente dos produtos objeto dos pleitos:

Quadro 3 - Consumo Nacional Aparente* (unidades) [CONFIDENCIAL]

Produto	2021	2022	2023	2024
Baterias de íons de lítio	[redacted]			
Carregadores portáteis				

* Estimativa com base nos registros apresentados pela pleiteante. Elaboração STRAT/SE-Camex

i) Investimentos da indústria doméstica já feitos ou previstos e empregos gerados na linha de produção de produtos que utilizam o produto objeto do pleito como insumo: Não informado.

j) Eventuais práticas sustentáveis que a peticionária tiver indicado no processo: para as NCMs 8507.60.00 e 8504.40.10, em resumo, a pleiteante informou que a construção civil brasileira tem adotado equipamentos elétricos com baterias recarregáveis, reduzindo esforço físico, acelerando obras e minimizando resíduos, com destaque para as baterias de íons de lítio, compactas e duráveis.

k) Informações adicionais: Em 27 de janeiro de 2025 a pleiteante protocolou petições em cada um dos processos revisando as quotas inicialmente protocoladas. Segundo a empresa, estes aumentos se justificam devido o planejamento estratégico global revisado pela empresa, que agora prevê uma expansão ainda maior de investimentos nas suas operações com o Brasil.

8. Os dados básicos dos pleitos encontram-se referenciados no quadro abaixo.

Quadro 4 - Resumo do pleito

Processo SEI	Descrição do Ex-tarifário	NCM	Redução de II	Quota inicial (unidades)	Quota revisada (unidades)	Prazo
19971.002297/2024-74 (Público) e 19971.002298/2024-19 (Restrito)	Baterias de íons de lítio de 22V, com dimensões de 133 x 82 x 67 mm, peso de 0.91 kg, capacidade de 5.2 Ah, energia de 110.16 Wh, faixa de temperatura de trabalho de -17 a 60 °C e com display do estado de carregamento	8507.60.00	De 18% para 0%	3.500	70.000	12 meses

19971.002300/2024-50 (Público) e 19971.002301/2024-02 (Restrito)	Carregadores portáteis para baterias de íons de lítio, com dimensões de 189x160x76mm, tensão nominal de entrada de 220V, potência de saída de 240 W, corrente de saída de 9.6 A, faixa de temperatura de carga de -20°C a 40°C	8504.40.10	De 18% para 0%	3.000	60.000	12 meses

9. Importante observar que, no caso das baterias de íons, a quota inicialmente solicitada (3.500 unidades) ficou bem abaixo do consumo nacional aparente estimado (29.850 unidades), enquanto a quota solicitada posteriormente (70.000 unidades) ultrapassa esse montante de forma expressiva. Situação semelhante foi identificada no caso dos carregadores portáteis, na qual a quota inicialmente solicitada (3.000 unidades) também é muito inferior se comparado à estimativa de consumo nacional aparente (6.400 unidades), enquanto a quota solicitada posteriormente (60.000 unidades) excede consideravelmente esse montante.

10. Dessa forma, **para efeitos da análise que será feita nesta Nota Técnica, serão utilizadas, como referência, as informações constantes no Quadro 3**.

11. Por fim, vale informar que a NCM 8507.60.00 está contemplada na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (LETEC) sob o Ex tarifário 001, referente a "- Células de íons de lítio para acumuladores elétricos", conforme a Resolução Gecex nº 318/2022, com prazo indeterminado. Sendo assim, uma eventual aprovação no pleito de baterias de íons, não resultaria a ocupação de uma nova vaga no mecanismo LETEC.

II - DOS PRODUTOS

12. No que diz respeito aos produtos, as seguintes informações foram aportadas pela empresa pleiteante:

- NCM 8507.60.00

a) Nome Comercial ou Marca: Bateria Nuron B 22-110

b) Nome Técnico ou Científico: Bateria de íons de lítio de 22V.

c) Códigos NCM e Descrição: NCM 8507.60.00 – -De íon de lítio.

d) Descrição Específica (Ex-tarifário): Baterias de íons de lítio de 22V, com dimensões de 133 x 82 x 67 mm, peso de 0.91 kg, capacidade de 5.2 Ah, energia de 110.16 Wh, faixa de temperatura de trabalho de -17 a 60 °C e com display do estado de carregamento.

e) Função principal e forma de uso: Segundo a pleiteante, o produto, sendo uma bateria recarregável, é utilizado para armazenar mais energia em menos espaço que as demais. Além disso, proporciona a grande vida útil e a grande densidade volumétrica de energia, protegendo da perda ou instabilidade do fornecimento de eletricidade em dispositivos móveis (ferramentas elétricas).

f) Alíquota na TEC: 18%

g) Alíquota aplicada: 18%

- NCM 8504.40.10

a) Nome Comercial ou Marca: Carregador rápido Nuron C 6-22

b) Nome Técnico ou Científico: Carregador portátil para baterias de íons de lítio.

c) Códigos NCM e Descrição: NCM 8504.40.10 – Carregadores de acumuladores.

d) Descrição Específica (Ex-tarifário): Carregadores portáteis para baterias de íons de lítio, com dimensões de 189x160x76mm, tensão nominal de entrada de 220V, potência de saída de 240 W, corrente de saída de 9.6 A, faixa de temperatura de carga de -20°C a 40°C.

e) Função principal e forma de uso: Segundo a pleiteante, o carregador de baterias de íon de lítio é um dispositivo portátil, limitador de tensão, que possui como função principal o armazenamento de energia elétrica e a fornece a dispositivos móveis com baterias de íons de lítio.

f) Alíquota na TEC: 18%

g) Alíquota aplicada: 18%

III – DA PUBLICIDADE DOS PLEITOS E DAS MANIFESTAÇÕES

13. Registra-se que, conforme o disposto no Art. 5º, inciso II, do Decreto nº 10.242, de 2020, a Subsecretaria de Articulação em Temas Comerciais (STRAT) da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (SE-CAMEX) dá ampla publicidade quanto ao recebimento e ao estágio de processamento dos pleitos de alterações tarifárias recebidos, por meio da disponibilização destes em seu endereço eletrônico. Com isso, faculta-se a quaisquer interessados a possibilidade de manifestação nos autos do processo.

14. Nos pleitos em análise, **não houve manifestações de apoio ou oposição**.

IV - DA ANÁLISE

15. A análise apresentada a seguir, se baseia em dados do comércio exterior extraídos do Comex Stat, abrangendo informações sobre importações, exportações e importações e a origem das importações. Isso proporciona uma visão geral da evolução desses indicadores, considerando a totalidade do código NCM analisado.

16. Cumpre ressaltar a impossibilidade de obter dados estatísticos exclusivamente para os produtos objeto dos pleitos, uma vez que se trata de Ex-tarifários que representam apenas parte dos produtos classificados nos códigos NCM 8507.60.00 e 8504.40.10, respectivamente.

Das Importações

a) NCM 8507.60.00

17. O quadro abaixo apresenta dados do Comex Stat que mostram a evolução das importações referentes ao código NCM 8507.60.00, em valor (US$ FOB) e em quantidade (Kg), no período de 2021 a 2024 (jan-dez) e 2025 (jan-abr), bem como a evolução do preço médio dessas importações.

Quadro 5 - Importações - NCM 8507.60.00

Ano	Importações (US$ FOB)	Δ Importações (US$ FOB) (%)	Importações (Kg)	Δ Importações (Kg) (%)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Δ Preço médio (US$ FOB/Kg) (%)
2021	415.729.431	-	8.082.590	-	51,44	-
2022	505.021.415	21,5%	10.498.610	29,9%	48,1	-6,5%
2023	534.504.098	5,8%	13.416.389	27,8%	39,84	-17,2%
2024	623.652.519	16,7%	21.388.896	59,4%	29,16	-26,8%
2025*	196.176.423	-	8.024.171	-	24,45	-

Elaboração: STRAT / Fonte: Comex Stat

18. No que se refere às importações do produto objeto do pleito, em 2024, observou-se uma elevação no valor total das importações em relação à média dos anos anteriores. O valor importado em 2024 foi de US$ 623,7 milhões, enquanto a média de 2021 a 2023 foi de US$ 485,1 milhões, representando um aumento de 28,6%.

19. Em relação à quantidade importada, também registrou uma elevação. Em 2024, foram importadas 21.388,9 toneladas, em comparação à média de 10.665,9 toneladas dos anos anteriores, indicando um aumento de 100,5%.

20. Paralelamente, observou-se uma redução nos preços. A média de preços entre 2021 e 2023 foi de US$ 46,46/kg, enquanto, em 2024, esse valor reduziu para US$ 29,16/kg, representando uma redução de 37,2%.

b) NCM 8504.40.10

21. O quadro abaixo apresenta dados do Comex Stat que mostram a evolução das importações referentes ao código NCM 8504.40.10, em valor (US$ FOB) e em quantidade (Kg), no período de 2021 a 2024 (jan-dez) e 2025 (jan-abr), bem como a evolução do preço médio dessas importações.

Quadro 6 - Importações - NCM 8504.40.10

Ano	Importações (US$ FOB)	Δ Importações (US$ FOB) (%)	Importações (Kg)	Δ Importações (Kg) (%)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Δ Preço médio (US$ FOB/Kg) (%)
2021	76.964.880	-	8.833.997	-	8,71	-
2022	95.451.436	24,0%	10.253.317	16,1%	9,31	6,9%
2023	93.609.920	-1,9%	8.131.370	-20,7%	11,51	23,7%
2024	123.907.738	32,4%	11.068.189	36,1%	11,19	-2,8%
2025*	38.638.911	-	3.341.261	-	11,56	-

Elaboração: STRAT/ Fonte: Comex Stat

22. No que se refere às importações do produto objeto do pleito, em 2024, observou-se um aumento no valor total das importações em relação à média dos anos anteriores. O valor importado em 2024 foi de US$ 123,9 milhões, enquanto a média de 2021 a 2023 foi de US$ 88,7 milhões, representando um incremento de 39,7%.

23. Em relação à quantidade importada, também registrou um aumento. Em 2024, foram importadas 11.068,2 toneladas, em comparação à média de 9.072,9 toneladas dos anos anteriores, indicando

um aumento de 22,0%.

24. Paralelamente, observou-se a média de preços entre 2021 e 2023 foi de US$ 9,84/kg, enquanto, em 2024, esse valor aumentou para US$ 11,19/kg, representando um aumento de 13,7%.

Das Exportações

a) NCM 8507.60.00

25. O quadro a seguir apresenta a evolução das exportações de produtos classificados no código NCM 8507.60.00, em valor e em quantidade, nos períodos de 2021 a 2024 (jan-dez) e 2025 (jan-abr), bem como a evolução do preço médio dessas exportações.

Quadro 7 - Exportações - NCM 8507.60.00

Ano	Exportações (US$ FOB)	Δ Exportações (US$ FOB) (%)	Exportações (Kg)	Δ Exportações (Kg) (%)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Δ Preço médio (US$ FOB/Kg) (%)
2021	2.112.077	-	47.063	-	44,88	-
2022	3.620.891	71,4%	61.097	29,8%	59,26	32,1%
2023	3.379.658	-6,7%	42.371	-30,6%	79,76	34,6%
2024	7.115.541	110,5%	172.070	306,1%	41,35	-48,2%
2025*	1.904.498	-	52.366	-	36,37	-

Elaboração: STRAT / Fonte: Comex Stat

26. No que se refere às exportações, observa-se que, entre 2021 e 2024, houve um aumento de 236,9% no valor exportado, passando de US$ 2,1 milhões para US$ 7,1 milhões. Em relação à quantidade exportada, houve um incremento de 265,6% entre 2021 e 2024, passando de 47.063 quilos para 172.070 quilos.

27. Por oportuno, destaca-se que, de 2021 a 2024, observou-se uma redução do preço médio. Em 2021, o preço médio era de US$ 44,88/Kg, enquanto em 2024 foi de US$ 41,35/kg, representando uma redução de 7,9%.

28. Por último, é importante destacar que o saldo do comércio exterior para a NCM 8507.60.00 foi negativo no período analisado, o que resultou em déficit na balança comercial de US$ 2.062.679.296 entre os anos de 2021 e 2024.

b) NCM 8504.40.10

29. O quadro a seguir apresenta a evolução das exportações de produtos classificados no código NCM 8504.40.10, em valor e em quantidade, nos períodos de 2021 a 2024 (jan-dez) e 2025 (jan-abr), bem como a evolução do preço médio dessas exportações.

Quadro 8 - Exportações - NCM 8504.40.10

Ano	Exportações (US$ FOB)	Δ Exportações (US$ FOB) (%)	Exportações (Kg)	Δ Exportações (Kg) (%)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Δ Preço médio (US$ FOB/Kg) (%)
2021	2.753.486	83,6%	58.749	1,9%	46,87	80,1%

2022	2.902.726	5,4%	90.841	54,6%	31,95	-31,8%
2023	5.089.100	75,3%	168.739	85,8%	30,16	-5,6%
2024	4.565.864	-10,3%	116.506	-31,0%	39,19	29,9%
2025	1.610.187	-	29.161	-	55,22	-

Elaboração: STRAT / Fonte: Comex Stat

30. No que se refere às exportações, observa-se que, entre 2021 e 2024, houve uma elevação de 65,8% no valor exportado, passando de US$ 2,8 milhões para US$ 4,6 milhões. Em relação à quantidade exportada, houve uma elevação de 98,3% entre 2021 e 2024, passando de 58,7 toneladas para 116,5 toneladas.

31. Por oportuno, destaca-se que, de 2021 a 2024, observou-se uma redução do preço médio. Em 2021, o preço médio era de US$ 46,87/Kg, enquanto em 2024 foi de US$ 39,19/kg, representando uma redução de 16,4%.

32. Por último, é importante destacar que o saldo do comércio exterior para a NCM 8504.40.10 foi negativo no período analisado, o que resultou em déficit na balança comercial de US$ 374.622.798 entre os anos de 2021 e 2024.

Das Políticas Comerciais que afetam as Importações

a) NCM 8507.60.00

33. No que tange às origens das importações brasileiras de produtos classificados sob o código NCM 8507.60.00, destaca-se a China como o principal fornecedor, com uma contribuição de 89,1% da quantidade total importada no ano de 2024. Em sequência, aparecem: Estados Unidos (2,3%), Alemanha (2,2%), Vietnã (2,1%), além de outras nações (4,4%).

Quadro 9 - Importações por origem em 2024 - NCM 8507.60.00

Países	Valor (US$ FOB)	Quantidade (Kg)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Participação/Total (%)	Preferência Tarifária (%)
China	498.780.833	19.047.386	26,19	89,1%	0%
Estados Unidos	26.362.524	496.217	53,13	2,3%	0%
Alemanha	19.749.185	458.976	43,03	2,2%	0%
Vietnã	34.312.677	454.369	75,52	2,1%	0%
Outros	44.447.300	931.948	47,69	4,4%	-
Total	26.362.524	496.217	53,13	2,3%	

Elaboração: STRAT / Fonte: Comex Stat

34. Observa-se, que 100% das importações brasileiras de produtos classificados no código NCM 8507.60.00 registradas em 2024 não gozaram de preferências tarifárias, devido à inexistência de acordos comerciais que regulem a matéria com os fornecedores relevantes dos produtos pertencentes ao código. Observa-se, também, que o preço FOB do produto importado da China é inferior ao preço das demais origens.

35. Ressalta-se, ainda, que o produto objeto do pleito não está submetido a medida de defesa comercial em vigor no Brasil e não é objeto de investigação de defesa comercial.

b) NCM 8504.40.10

36. No que tange às origens das importações brasileiras de produtos classificados sob o código NCM 8504.40.10, destaca-se a China como o principal fornecedor, com uma contribuição de 94,8% da quantidade total importada no ano de 2024. Em sequência, aparece: Hong Kong (1,4%), Alemanha (0,88%) e outras nações (3,8%).

Quadro 10 - Importações por origem em 2024 - NCM 8504.40.10

Países	Valor (US$ FOB)	Quantidade (Kg)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Participação/Total (%)	Preferência Tarifária (%)
China	90.507.615	10.496.020	8,62	94,8%	0%
Hong Kong	2.417.544	150.708	16,04	1,4%	0%
Outros	30.982.579	421.461	73,51	3,8%	-
Total	123.907.579	11.068.189	11,19	100%	

Elaboração: STRAT / Fonte: Comex Stat

37. Observa-se, que 100,0% das importações brasileiras de produtos classificados no código NCM 8504.40.10 registradas em 2024 não gozaram de preferências tarifárias, devido à inexistência de acordos comerciais que regulem a matéria com os fornecedores relevantes dos produtos pertencentes ao código. Observa-se, também, que o preço FOB do produto importado da China é inferior ao preço das demais origens.

38. Ressalta-se, ainda, que o produto objeto do pleito não está submetido a medida de defesa comercial em vigor no Brasil e não é objeto de investigação de defesa comercial.

Do Escalonamento Tarifário para ambos os produtos

39. Recorda-se que, em geral, a estrutura da Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC) é progressiva, de forma que as tarifas de importação tendem a ser proporcionais ao grau de transformação dos produtos. Nesse sentido, produtos industrializados e com maior grau de transformação contam, em geral, com tarifas de importação mais elevadas do que as tarifas de bens primários e insumos básicos.

40. Nos casos em questão, as alíquotas do Imposto de Importação aplicada para os produtos objeto dos pleitos é de 18%, e, segundo a pleiteante são classificados como bens finais. Portanto, não se verifica impacto no escalonamento tarifário.

Do Impacto Econômico

[redacted]

42. Em relação aos carregadores portáteis, considerando a informação da pleiteante que seu peso é de aproximadamente 1,6 kg/unidade, o consumo nacional aparente estimado (quadro 3) de 6.400 unidades corresponde a cerca de 10.240 kg, que é substancialmente inferior (0,09%) ao volume total importado da NCM 8504.40.10, que foi de 11.068.189 kg em 2024.

43. Dessa forma, ao considerar quotas compatíveis com o consumo nacional aparente estimado para um período de 365 dias, estima-se que o impacto econômico nominal das medidas é inferior a US$ 1.000.000,00 — valor utilizado como referência nas análises de pleitos de desabastecimento, conforme indicado no Quadro 11 a seguir:

Quadro 11 - Impacto Econômico [CONFIDENCIAL]

NCM	Descrição do Ex-tarifário	Economia no Custo de Internação (US$/unidade)	Quota (unidade)	Impacto econômico (US$)
8507.60.00	Baterias de íons de lítio de 22V, com dimensões de 133 x 82 x 67 mm, peso de 0.91 kg, capacidade de 5.2 Ah, energia de 110.16 Wh, faixa de temperatura de trabalho de -17 a 60 °C e com display do estado de carregamento.	[redacted]	29.850	[redacted]
8504.40.10	Carregadores portáteis para baterias de íons de lítio, com dimensões de 189x160x76mm, tensão nominal de entrada de 220V, potência de saída de 240 W, corrente de saída de 9.6 A, faixa de temperatura de carga de -20°C a 40°C.		6.400	

Elaboração: STRAT / Fonte: Pleiteante

V - DA CONCLUSÃO

44. Após o exposto na presente Nota Técnica, e considerando que:

a) a pleiteante apresentou pedidos de redução tarifária, de 18% para 0% para criação de Ex-tarifários para produtos classificados nas NCMs 8507.60.00 e 8504.40.10. As quotas pleiteadas foram de 70.000 e 60.000 unidades, respectivamente, pelo período de um ano. Em ambos os casos, a justificativa apresentada foi a inexistência de produtos similares no mercado nacional;

b) o produto classificado sob a NCM 8507.60.00 trata-se de um tipo de bateria de lítio recarregável, projetada para armazenar energia ocupando menos espaço em comparação com outras opções disponíveis. Já o item da NCM 8504.40.10 refere-se a um carregador de baterias de íon, utilizado para armazenamento de energia elétrica;

c) verificou-se que as quotas solicitadas pela pleiteante foram superestimadas, e, dessa forma, a análise foi feita com base no consumo nacional aparente estimado a partir de informações fornecidas pela própria empresa, no caso, 29.850 unidades para baterias de íons de lítio, e 6.400 unidades para carregadores portáteis (quadro 3 calculado);

d) não foram registradas manifestações, seja de apoio, ou oposição, em relação aos pleitos;

e) os produtos em análise são classificados como bens finais;

f) a análise das importações por origem em 2024 revelou que a China respondeu por aproximadamente 90% das importações de todas as NCMs envolvidas;

[redacted]

h) o atendimento ao pleito referente à NCMs 8504.40.10 resultaria na ocupação de nova vaga no mecanismo de Desabastecimento e o o impacto econômico nominal da medida é inferior a US$ 1.000.000,00 - valor normalmente utilizado como referência nas análises de pleitos de desabastecimento;

Em que pese:

[redacted]

Esta SE-CAMEX manifesta-se pelo

[redacted]

INDEFERIMENTO do pleito de redução tarifária da alíquota do Imposto de Importação, de 18% para 0%, ao pedido de inclusão do produto "Carregadores de acumuladores", classificado no código **NCM 8504.40.10**.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente
PEDRO VICENTE DA SILVA NETO
Chefe de Divisão

De acordo. Encaminhe-se à Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais.

Documento assinado eletronicamente
CAROLINE LEITE NASCIMENTO
Coordenadora-Geral de Temas Tarifários

De acordo. Encaminhe-se ao Comitê de Alterações Tarifárias.

Documento assinado eletronicamente
HELOÍSA PEREIRA
Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais

Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Pereira Chikusa**, **Secretário(a) Executivo(a) Substituto(a)**, em 28/05/2025, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Leite Nascimento**, **Coordenador(a)-Geral**, em 28/05/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

Documento assinado eletronicamente por **Pedro Vicente da Silva Neto**, **Chefe(a) de Divisão**, em 28/05/2025, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

[redacted]

Referência: Processo nº 19971.000330/2025-11. SEI nº 50083255

Nota Técnica SEI nº 1063/2025/MDIC

Assunto: **Bolas de Tênis. NCM 9506.61.00, com criação de Ex-tarifário. Resolução GMC Nº 49/19 (Desabastecimento). Pleito novo. Redução temporária do Imposto de Importação de 20% para 0%. Processos SEI nº 19971.000296/2025-76 (Público) e 19971.000297/2025-11 (Restrito).**

I - DO PLEITO

1. A presente Nota Técnica tem como objetivo analisar novo pleito de redução tarifária temporária protocolado pela Associação Pela Indústria e Comércio Esportivo - Ápice -, em 08 de abril de 2025, para o produto "Bolas de tênis", classificado no código da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM - 9506.61.00, com ciração de Ex-tarifário específico, o qual apresenta as seguintes características:

a) Alíquota pretendida: 0%

b) Período de vigência da medida: 365 dias;

c) Quota a ser importada durante o período de vigência: **5.000.000 unidades;**

d) Cronograma de importações: não informado;

e) Justificativa da necessidade de aplicação da medida: Segundo a pleiteante:

> ***" o produto objeto do pleito não possui produção nacional".***

f) Situação do Art. 2º em que se enquadra a solicitação: **Inciso 1 – Inexistência temporária de produção regional do bem.**

g) Produção nacional ou regional: a pleiteante informou que não há produção nacional para o produto objeto do pleito.

h) Consumo nacional e regional: a pleiteante informou o consumo de toda a NCM 9506.61.00, conforme quadro abaixo.

Quadro 1: Consumo Nacional/Regional

Consumo	2022	2023	2024
	Unidades	Unidades	Unidades
Nacional	7.247.700	9.143.370	3.336.192

Fonte: Pleito

i) Investimentos da indústria doméstica já feitos ou previstos e empregos gerados na linha de produção de produtos que utilizam o produto objeto do pleito como insumo: não informado.

j) Eventuais práticas sustentáveis que a peticionária tiver indicado no processo: a pleiteante não apresentou dados sobre práticas sustentáveis.

2. Os dados básicos do pleito encontram-se referenciados no quadro abaixo.

Quadro 2 - Resumo do pleito

Processo SEI	NCM	Ex	Redução de II	Quota	Prazo
19971.000296/2025-76 (Público) 19971.000297/2025-11 (Restrito)	9506.61.00	Sim, específico para Bolas de tênis	De 20% para 0%	5.000.000 unidades	365 dias

II - DO PRODUTO

3. No que diz respeito ao produto, as seguintes informações foram aportadas pela empresa pleiteante:

a) Nome Comercial ou Marca: Bolas de tênis.

b) Nome Técnico ou Científico: Bolas de tênis.

c) Códigos NCM e Descrição: NCM 9506.61.00 - Bolas de Tênis.

d) Descrição Específica dos produtos (Ex-tarifário): *Bolas de tênis, homologadas pela Federação Internacional de Tênis (ITF), destinadas à prática esportiva de tênis de quadra e atividades semelhantes, para uso amador ou profissional em treinos, jogos, torneios e campeonatos.*

e) Informação Geral sobre o Produto Objeto do Pleito:

> *"O produto possui como função principal a prática esportiva da modalidade de tênis de quadra, sendo utilizado como equipamento para uso amador ou profissional em treinos, jogos, torneios e campeonatos. As dimensões e peso dividem-se em: Infantil: aproximadamente 6,54 cm / 56g Adulto: aproximadamente 6,86 cm / 59,41g"*

f) Alíquota na TEC: 20%

g) Alíquota aplicada: 18% (Resoluções GECEX nº 272/2021 e 391/2022)

h) Participação do produto objeto do pleito no valor do bem final: tendo em vista que o produto objeto do pleito é um bem final, a pleiteante não apresentou informações sobre este ponto.

4. Por oportuno, cabe destacar, que o produto objeto do pleito não está contemplado, atualmente, no mecanismo de desabastecimento. Dessa forma, uma eventual aprovação deste novo pleito **resultaria a ocupação de uma nova vaga no referido mecanismo.**

III - DA PUBLICIDADE DO PLEITO E DAS MANIFESTAÇÕES

5. Registra-se que, conforme o disposto no Art. 5º, inciso II, do Decreto nº 10.242, de 2020, a Subsecretaria de Articulação em Temas Comerciais (STRAT) da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (SE-CAMEX) dá ampla

publicidade quanto ao recebimento e ao estágio de processamento dos pleitos de alterações tarifárias recebidos, por meio da disponibilização destes em sua página eletrônica. Com isso, faculta-se a quaisquer interessados a possibilidade de manifestação nos autos do processo.

6. No caso do pleito em análise, não houve manifestação de apoio ou contrária ao pleito.

IV - DA ANÁLISE

7. Inicialmente, cumpre ressaltar a impossibilidade de obter dados estatísticos relativos a vendas totais da indústria doméstica, vendas internas, consumo nacional aparente (CNA), importações e exportações exclusivamente para o produto objeto do pleito, tendo em vista que este se trata de Ex-tarifário que representam apenas parte do produto classificado no código NCM 9506.61.00.

8. Dessa forma, a presente análise apresentará apenas as estatísticas de importações totais, importações por origem e exportações, de modo a permitir uma visão geral da evolução desses indicadores para a totalidade do código NCM em questão, bem como uma noção sobre os principais fornecedores dos produtos nele classificados. Reitera-se, entretanto, que não será possível interpretar esses dados especificamente sob a ótica do Ex-tarifário objeto do pleito.

Das Importações

9. O quadro abaixo apresenta a evolução das importações referentes ao código NCM 9506.61.00, em valor e em quantidade, no período de 2021 a 2024 e 2025 (jan - mai), bem como a evolução do preço médio dessas importações.

Quadro 3 - Importações - NCM 9506.61.00

Ano	Importações (US$ FOB)	Var. (%)	Importações (Kg)	Var. (%)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Var. (%)
2021	2.264.994	-	371.367	-	6,10	-
2022	2.969.694	31,1%	402.650	8,4%	7,38	20,9%
2023	3.416.821	15,1%	397.157	-1,4%	8,60	16,6%
2024	4.593.140	34,4%	522.965	31,7%	8,78	2,1%
2025 (jan-mai)	891.142	-	123.791	-	7,19	-

Fonte: Comex Stat

10. No que se refere às importações do produto objeto do pleito, observa-se que, entre 2021 e 2024, houve uma redução de 6,7% no valor importado de produtos classificados no código NCM em questão, passando de US$ 2.264.994,00 para US$ 4.593.140,00.

11. Em relação ao volume importado, houve uma redução de 36,1% entre 2021 e 2024, passando de 371.367 Kg para 522.965 Kg.

12. Por oportuno, destaca-se que, de 2021 a 2024, observou-se um aumento do preço médio. Em 2021, o preço médio era de US$ 6,10/kg, enquanto em 2024 foi de US$ 8,78/kg, representando um aumento de 43,9%.

Das Exportações

13. O quadro a seguir apresenta a evolução das exportações de produtos classificados no código NCM 9506.61.00, em valor e em quantidade, no período de

2020 a 2024 e 2025 (jan - mai), bem como a evolução do preço médio dessas exportações.

Quadro 4 - Exportações - NCM 9506.61.00

Ano	Exportações (US$ FOB)	Var. (%)	Exportações (Kg)	Var. (%)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Var. (%)
2021	1.309	-	1.186	-	1,10	-
2022	5.692	334,8%	79	-93,3%	72,05	6.428,0%
2023	4.258	-25,2%	295	273,4%	14,43	-80,0%
2024	2.910	-31,7%	76	-74,2%	38,29	165,3%
2025 (jan-mai)	462	-	53	-	8,71	-

Fonte: Comex Stat

14. No que se refere às exportações, observa-se a baixa representatividade dos valores, em FOB e em volume (kg), de modo que a NCM tem poucos registros de exportações.

15. Assim, é importante destacar que o saldo do comércio exterior para a NCM 9506.61.00 foi negativo em todos os anos do período analisado, o que resultou em déficit na balança comercial de US$ 13.230.480,00 entre os anos de 2021 e 2024.

Das Políticas Comerciais que afetam as Importações

16. No que tange às origens das importações brasileiras de produtos classificados sob o código NCM 9506.61.00, destaca-se a Tailândia como o principal fornecedor, com uma contribuição de 36,73% da quantidade total importada no ano de 2024. Em sequência, aparecem: China (33,94%), Suécia (8,70%), Indonésia (6,27%), além de outras origens (14,00%).

Quadro 5 - Importações por origem em 2024 - NCM 9506.61.00

País	Importações (US$ FOB)	Importações (Kg)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Part. no total em quantidade (%)	Preferência tarifária
Tailândia	1.941.623,00	192.108	10,11	36,73%	0%
China	1.260.979,00	177.474	7,11	33,94%	0%
Suécia	226.001,00	45.501	4,97	8,70%	0%
Indonésia	328.733,00	32.766	10,03	6,27%	0%
Outros	835.804	75.116	11,12	14,0%	-
Total	**4.593.140,00**	**522.965**	**8,78**	**100,00%**	

Fonte: Comex Stat

17. Observa-se que 100% das importações brasileiras de produtos classificados no código NCM 9506.61.00 registradas em 2024 não gozaram de preferências tarifárias, devido à inexistência de acordo comercial com os principais países fornecedores para o Brasil.

18. Ressalta-se, ainda, que o produto objeto do pleito não está sujeito a nenhuma medida de defesa comercial em vigor no Brasil.

Do Escalonamento Tarifário

19. Recorda-se que, em geral, a estrutura da Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC) é progressiva, de forma que as tarifas de importação tendem a ser proporcionais ao grau de transformação dos produtos. Nesse sentido, produtos

industrializados e com maior grau de transformação contam, em geral, com tarifas de importação mais elevadas do que as tarifas de bens primários e insumos básicos.

20. No caso em questão, o produto objeto do pleito é um bem final, utilizada em práticas esportivas, de modo que não cabe analisar o escalonamento tarifário.

Do Impacto Econômico

21. Considerando uma quota de 5.000.000 unidades por um período de 365 dias, tem-se que o impacto econômico nominal estimado da medida seria de [redacted] **[CONFIDENCIAL], inferior**, portanto, a US$ 1.000.000, valor considerado como referência nas análises de pleitos de desabastecimento.

Quadro 6 - Impacto Econômico [CONFIDENCIAL]

Economia no Custo de Internação (US$/unidades) - conforme dados da planilha do pleito	[redacted]
Quota considerada (365 dias) (unidades)	5.000.000
Impacto econômico nominal (US$)	[redacted]

V - DA CONCLUSÃO

22. Tendo como parâmetro as disposições estabelecidas pela Resolução GMC Nº 49/19, e **considerando que**:

a) a pleiteante indicou que a redução temporária pleiteada de 20% para 0%, para uma quota de 5.000.000 unidades, pelo período de 365 dias, se justifica dado a Inexistência temporária de produção regional do bem, nos termos do inciso 1 do Art. 2o da Resolução GMC 49/19;

b) **não foram recebidas manifestações de apoio ou de oposição** à solicitação da redução do Imposto de Importação do produto objeto do pleito;

c) 100% das importações brasileiras de produtos classificados no código NCM 9506.61.00 registradas em 2024 não gozaram de preferências tarifárias, devido à inexistência de acordo comercial com os principais países fornecedores para o Brasil;

d) o objeto do pleito é um produto final; não integrando, assim, nenhum processo produtivo, não tem impacto na competitividade da indústria nacional e tampouco no escalonamento tarifário de produtos que integram um processo produtivo;

e) o impacto econômico nominal estimado da medida seria **inferior** a US$ 1.000.000, valor considerado como referência nas análises de pleitos de desabastecimento; e

f) aprovação deste novo pleito **resultaria a ocupação de uma nova vaga no mecanismo de desabastecimento.**

esta SE-CAMEX manifesta-se pelo

INDEFERIMENTO do pleito de redução tarifária da alíquota do Imposto de Importação, de 20% para 0%, do produto **"Bolas de tênis,**

homologadas pela Federação Internacional de Tênis (ITF), destinadas à prática esportiva de tênis de quadra e atividades semelhantes, para uso amador ou profissional em treinos, jogos, torneios e campeonatos", classificado no código NCM 9506.61.00, com criação de Ex-tarifário, com quota de 5.000.000 unidades e por período de 365 dias, ao amparo da Resolução GMC Nº49/19.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

HÉLIO ARAÚJO PEREIRA

Chefe de Divisão

De acordo. Encaminhe-se à Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais.

Documento assinado eletronicamente

CAROLINE LEITE NASCIMENTO

Coordenadora-Geral de Temas Tarifários

De acordo. Encaminhe-se ao Comitê de Alterações Tarifárias.

Documento assinado eletronicamente

HELOÍSA PEREIRA

Subsecretário de Articulação em Temas Comerciais

Documento assinado eletronicamente

RODRIGO ZERBONE LOUREIRO

Secretário-Executivo da SE-CAMEX

Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Pereira Chikusa**, **Subsecretário(a)**, em 17/06/2025, às 08:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Hélio Araújo Pereira**, **Chefe(a) de Divisão**, em 17/06/2025, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Leite Nascimento**, **Coordenador(a)-Geral**, em 17/06/2025, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Zerbone Loureiro**, **Secretário(a) Executivo(a)**, em 23/06/2025, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

Referência: Processo nº 19971.000462/2025-34. SEI nº 51090425

Nota Técnica SEI nº 1064/2025/MDIC

Assunto: **Raquetes de tênis, mesmo não encordoadas. NCM 9506.51.00. Resolução GMC Nº 49/19 (Desabastecimento). Pleito novo. Redução temporária do Imposto de Importação de 20% para 0%. Processos SEI nº 19971.000290/2025-07(Público) e 19971.000291/2025-43(Restrito).**

I - DO PLEITO

1. A presente Nota Técnica tem como objetivo analisar pleito de redução tarifária temporária protocolado pela Associação Pela Indústria e Comércio Esportivo - Ápice -, em 08 de abril de 2025, para o produto "Raquetes de tênis", classificado no código da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM - 9506.51.00, o qual apresenta as seguintes características:

a) Alíquota pretendida: 0%

b) Período de vigência da medida: 365 dias;

c) Quota a ser importada durante o período de vigência: 200.000 unidades;

d) Cronograma de importações: não informado;

e) Justificativa da necessidade de aplicação da medida: Segundo a pleiteante:

> *"A redução do imposto de importação para raquetes de tênis, solicitada por meio desta petição, é urgente e necessária. O pleito ora apresentado evidencia com clareza os efeitos abrangentes que a medida deverá provocar sobre o desenvolvimento do esporte no Brasil, estendendo-se desde a promoção da saúde e do bem-estar, até o fortalecimento da economia, a geração de empregos e o crescimento da indústria, varejo e serviços".*

f) Situação do Art. 2º em que se enquadra a solicitação: manutenção do enquadramento no **Inciso 1 – Inexistência temporária de produção regional do bem.**

g) Produção nacional ou regional: a pleiteante informou que não há produção nacional do produto objeto do pleito.

h) Consumo nacional e regional: a pleiteante apresentou dados domésticos:

Quadro 1 - Consumo Nacional

Consumo	2022	2023	2024
	Unidades	Unidades	Unidades
Nacional	170.864	123.660	216.593
Regional (MERCOSUL)	273.536	195.695	-

* Fonte: Pleito

i) Investimentos da indústria doméstica já feitos ou previstos e empregos gerados na linha de produção de produtos que utilizam o produto objeto do pleito como insumo: não informado

j) Eventuais práticas sustentáveis que a peticionária tiver indicado no processo: a pleiteante não apresentou dados sobre práticas sustentáveis.

2. Os dados básicos do pleito encontram-se referenciados no quadro abaixo.

Quadro 2 - Resumo do pleito

Processo SEI	NCM	Ex	Redução de II	Quota	Prazo
19971.000290/2025-07 (Público) 19971.000291/2025-43 (Restrito)	9506.51.00	Não	De 20% para 0%	200.000 unidades	12 meses

II - DO PRODUTO

3. No que diz respeito ao produto, as seguintes informações foram aportadas pela empresa pleiteante:

a) Nome Comercial ou Marca: Raquetes de Tênis, mesmo não encordoadas.

b) Nome Técnico ou Científico: Raquetes de Tênis, mesmo não encordoadas.

c) Códigos NCM e Descrição: NCM 9506.51.00 - Raquetes de tênis, mesmo não encordoadas.

d) Descrição Específica dos produtos (Ex-tarifário): não há.

e) Informação Geral sobre o Produto Objeto do Pleito:

> "*O produto possui função principal a prática esportiva da modalidade de tênis de quadra, sendo utilizado como equipamento para uso amador ou profissional em treinos, jogos, torneios e campeonatos. As dimensões e peso dividem-se em: Infantil: aproximadamente 64cm / 210g Adulto: aproximadamente 69cm / 290g*"

f) Alíquota na TEC: 20%

g) Alíquota aplicada: 18% (Resoluções GECEX nº 272/2021 e 391/2022)

h) Participação do produto objeto do pleito no valor do bem final: tendo em vista que o produto objeto do pleito é um bem final, a pleiteante não apresentou informações sobre este ponto.

4. Por oportuno, cabe destacar, que o produto objeto do pleito não está contemplado, atualmente, no mecanismo de desabastecimento. Dessa forma, uma eventual aprovação deste novo pleito **resultaria a ocupação de uma nova vaga no referido mecanismo.**

III - DA CONSULTA PÚBLICA

5. Registra-se que, conforme o disposto no Art. 5º, inciso II, do Decreto nº 10.242, de 2020, a Subsecretaria de Articulação em Temas Comerciais (STRAT) da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (SE-CAMEX) dá ampla publicidade quanto ao recebimento e ao estágio de processamento dos pleitos de alterações tarifárias recebidos, por meio da disponibilização destes em sua página eletrônica. Com isso, faculta-se a quaisquer interessados a possibilidade de manifestação nos autos do processo.

6. No caso do pleito em tela, não foram recebidas manifestações de apoio ou de oposição à solicitação de redução do Imposto de Importação do produto objeto do pleito.

IV - DA ANÁLISE

7. A presente análise tem como referência dados de comércio exterior obtidos do Comex Stat, além de informações retiradas da base de dados das Notas Fiscais Eletrônicas (NFEs) disponibilizada pela Receita Federal do Brasil (RFB), do Ministério da Fazenda (MF), ao MDIC, por meio de convênio entre os dois órgãos.

8. Destaca-se que a base de dados referente às NFEs apresenta informações até o ano de 2023. Os dados referentes a vendas internas, exportações e vendas totais da indústria doméstica, bem como os cálculos do Consumo Nacional Aparente - CNA são estimados a partir do código CFOP (Código Fiscal de Operação e Prestação) informado pelo emissor da NF. Importante ressaltar que as informações de exportação oriundas das NFEs, por serem obtidas com base no CFOP, podem apresentar diferenças em relação àquelas extraídas do Comex Stat.

9. Em relação aos dados extraídos do Comex Stat, a presente análise apresentará as estatísticas de importações totais, importações por origem e exportações, de modo a permitir uma visão geral da evolução desses indicadores para a totalidade do código NCM em questão, bem como uma noção sobre os principais fornecedores dos produtos nele classificados.

Das Vendas da Indústria Doméstica

10. O quadro a seguir indica a evolução das vendas totais da indústria doméstica do produto objeto do pleito no período de 2020 a 2023, bem como das vendas internas e exportações ao longo desse período.

Quadro 3 - Vendas da Indústria Nacional - NCM 9506.51.00

Ano	Vendas totais (UNID)	Var. (%)	Vendas internas (UNID)	Var. (%)	Exportações (UNID)	Var. (%)
2020	3.061.516	-	3.061.432	-	84	-
2021	456.529	-85,1%	456.471	-85,1%	57	-31,9%
2022	315.495	-30,9%	315.461	-30,9%	34	-40,2%
2023	454.105	43,9%	454.065	43,9%	40	17,5%

Fonte: Notas Fiscais Eletrônicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil

11. As vendas totais de produtos da NCM 9506.51.00 apresentaram queda em 2023 com relação a 2020. No mesmo período as vendas internas apresentaram tendência semelhante, de redução, enquanto as exportações também cairam.

Do Consumo Nacional Aparente

12. O quadro abaixo indica a evolução do Consumo Nacional Aparente (CNA) no período de 2020 a 2023, bem como das vendas internas e das importações no mesmo período.

Quadro 4 - Consumo Nacional Aparente - NCM 9506.51.00

Ano	Vendas internas (UNID)	Var. (%)	Importações (UNID)	Var. (%)	CNA (UNID)	Var. (%)	Coef. Penetração Imp.
2020	3.061.432	-	92.390	-	3.153.822	-	2,93%
2021	456.471	-85,1%	179.049	123,5%	635.520	-79,8%	28,17%
2022	315.461	-30,9%	170.864	-13,9%	486.325	-23,5%	35,13%
2023	454.065	43,9%	123.660	-7,1%	577.725	18,8%	21,40%

Fonte: Notas Fiscais Eletrônicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil

13. Conforme pode ser visualizado no quadro acima, a partir de 2020, houve um ganho de mercado das importações em detrimento da indústria doméstica. Em 2020, as vendas internas representavam

97,07% do CNA, mas essa participação caiu para 78,60% em 2023.

14. Nota-se ainda no período de 2020 a 2023 a predominância da indústria doméstica no abastecimento do mercado interno, o que sugere que a indústria doméstica é capaz de abastecer o mercado nacional.

Das Importações

15. O quadro abaixo apresenta a evolução das importações referentes ao código NCM 9506.51.00, em valor e em quantidade, no período de 2021 a 2024 e 2025 (jan – mai), bem como a evolução do preço médio dessas importações.

Quadro 5 - Importações - NCM 9506.51.00

Ano	Importações (US$ FOB)	Var. (%)	Importações (Kg)	Var. (%)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Var. (%)
2021	3.297.918	-	65.136	-	50,63	-
2022	3.742.366	13,5%	56.094	-13,9%	66,72	31,8%
2023	3.799.549	1,5%	52.122	-7,1%	72,90	9,3%
2024	4.579.103	20,5%	49.850	-4,4%	91,86	26,0%
2025 (jan-mai)	2.696.380	-	43.485	-	62,00	-

Fonte: Comex Stat

16. No que se refere às importações do produto objeto do pleito, observa-se que, entre 2021 e 2024, houve um aumento de 38,8% no valor importado de produtos classificados no código NCM em questão, passando de US$ 3.297.918,00 para US$ 4.579.103,00.

17. Em relação ao volume importado, houve uma redução de 23,5% entre 2021 e 2024, passando de 65.136 Kg para 49.850 Kg.

18. Por oportuno, destaca-se que, de 2021 a 2024, observou-se um aumento do preço médio. Em 2021, o preço médio era de US$ 50,63/kg, enquanto em 2024 foi de US$ 91,86/kg, representando um aumento de 81,4%.

Das Exportações

19. O quadro a seguir apresenta a evolução das exportações de produtos classificados no código NCM 9506.51.00, em valor e em quantidade, no período de 2021 a 2024 e 2025 (jan - mai), bem como a evolução do preço médio dessas exportações.

Quadro 6 - Exportações - NCM 9506.51.00

Ano	Exportações (US$ FOB)	Var. (%)	Exportações (Kg)	Var. (%)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Var. (%)
2021	439	-	38	-	11,55	-
2022	10.405	2.270,2%	389	923,7%	26,75	131,5%
2023	868	-91,7%	127	-67,4%	6,83	-74,4%
2024	8.985	935,1%	155	22,0%	57,97	748,1%
2025 (jan-mai)	17.664	1.184,7%	160	384,8%	110,40	165,0%

Fonte: Comex Stat

20. No que se refere às exportações, observa-se a baixa representatividade dos valores, em FOB e em volume (kg), de modo que a NCM tem poucos registros de exportações.

21. Destaca-se que o saldo do comércio exterior para a NCM 9506.51.00 foi negativo em todos os anos do período analisado, o que resultou em déficit na balança comercial de US$ 15.398.239,00 entre os anos de 2021 e 2024.

Das Políticas Comerciais que afetam as Importações

22. No que tange às origens das importações brasileiras de produtos classificados sob o código NCM 9506.51.00, destaca-se a China como o principal fornecedor, com uma contribuição de 85,88% da quantidade total importada no ano de 2024. Em sequência, aparecem: Japão (9,11%) e Taiwan (4,58%).

Quadro 7 - Importações por origem em 2024 - NCM 9506.51.00

País	Importações (US$ FOB)	Importações (Kg)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Part. no total em quantidade (%)	Preferência tarifária
China	3.484.913,00	42.809	81,41	85,88%	0%
Japão	789.433,00	4.543	173,77	9,11%	0%
Taiwan	256.022,00	2.283	112,14	4,58%	0%
Outros	48.735,00	215	226,67	0,68%	-
Total	**4.579.103,00**	**49.850**	**91,86**	**100,00%**	

Fonte: Comex Stat

23. Observa-se que 100% das importações brasileiras de produtos classificados no código NCM 9506.51.00 registradas em 2024 não gozaram de preferências tarifárias, devido à inexistência de acordo comercial com os principais países fornecedores para o Brasil.

24. Ressalta-se, ainda, que o produto objeto do pleito não está sujeito a nenhuma medida de defesa comercial em vigor no Brasil.

Do Escalonamento Tarifário

25. Recorda-se que, em geral, a estrutura da Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC) é progressiva, de forma que as tarifas de importação tendem a ser proporcionais ao grau de transformação dos produtos. Nesse sentido, produtos industrializados e com maior grau de transformação contam, em geral, com tarifas de importação mais elevadas do que as tarifas de bens primários e insumos básicos.

26. No caso em questão, o produto objeto do pleito é um bem final, utilizada em práticas esportivas, de modo que não cabe analisar o escalonamento tarifário.

Do Impacto Econômico

27. Considerando a quota de 200.000 unidades por um período de 365 dias, tem-se que o impacto econômico nominal estimado da medida seria de US$ [redacted] **[CONFIDENCIAL] – inferior**, portanto, a US$ 1.000.000, valor considerado como referência nas análises de pleitos de desabastecimento. No entanto, a projeção de quota, devido ao uso real do mecanismo, reduz substancialmente este impacto, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 8 - Impacto Econômico [CONFIDENCIAL]

Economia no Custo de Internação (US$/unidades)	[redacted]
Quota considerada (365 dias) (unidades)	200.000
Impacto econômico nominal (US$)	[redacted]

V - DA CONCLUSÃO

Tendo como parâmetro as disposições estabelecidas pela Resolução GMC Nº 49/19, e **considerando que**:

a) a pleiteante indicou que a redução temporária pleiteada de 20% para 0%, para uma quota de 200.000 unidades, pelo período de um ano, se justifica dado a inexistência temporária de produção regional do bem, nos termos do inciso 1 do Art. 2o da Resolução GMC 49/19;

b) **não foram recebidas manifestações de apoio ou de oposição** à solicitação da redução do Imposto de Importação do produto objeto do pleito;

c) o objeto do pleito é um produto final; não integrando, assim, nenhum processo produtivo, não tem impacto na competitividade da indústria nacional e tampouco no escalonamento tarifário de produtos que integram um processo produtivo;

d) o preço médio da principal origem das importações (China) já é muito inferior ao preço médio das demais origens, ainda que 100% das importações brasileiras de produtos classificados no código NCM 9506.51.00 registrada em 2024 não gozaram de preferências tarifárias, devido à inexistência de acordos comerciais do Brasil que regulem a matéria com os principais países fornecedores;

e) o impacto econômico nominal estimado da medida seja **inferior** a US$ 1.000.000, valor considerado como referência nas análises de pleitos de desabastecimento;

esta SE-CAMEX manifesta-se pelo

INDEFERIMENTO do pleito de redução tarifária da alíquota do Imposto de Importação, de 20% para 0%, do produto **"Raquetes de tênis, mesmo não encordoadas"**, classificado no código NCM 9506.51.00, ao amparo da Resolução GMC Nº49/19.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

HÉLIO ARAÚJO PEREIRA

Chefe de Divisão

De acordo. Encaminhe-se à Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais.

Documento assinado eletronicamente

CAROLINE LEITE NASCIMENTO

Coordenadora-Geral de Temas Tarifários

De acordo. Encaminhe-se ao Comitê de Alterações Tarifárias.

Documento assinado eletronicamente

HELOÍSA PEREIRA CHIKUSA

Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais

Documento assinado eletronicamente

RODRIGO ZERBONE LOUREIRO

Secretário-Executivo da SE-CAMEX

Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Pereira Chikusa**, **Subsecretário(a)**, em 17/06/2025, às 08:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Hélio Araújo Pereira**, **Chefe(a) de Divisão**, em 17/06/2025, às 09:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Leite Nascimento**, **Coordenador(a)-Geral**, em 17/06/2025, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Zerbone Loureiro**, **Secretário(a) Executivo(a)**, em 23/06/2025, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

[redacted]

Referência: Processo nº 19971.000462/2025-34. SEI nº 51090479

Nota Técnica SEI nº 1065/2025/MDIC

Assunto: **Artigos e equipamentos para esportes. NCM 9506.99.00 com criação de Ex-tarifário para Raquetes de beach tennis. Resolução GMC Nº 49/19 (Desabastecimento). Pleito novo. Redução temporária do Imposto de Importação de 20% para 0%. Processos SEI nº 19971.000300/2025-04(Público) e 19971.000301/2025-41(Restrito).**

I - DO PLEITO

1. A presente Nota Técnica tem como objetivo analisar novo pleito de redução tarifária temporária protocolado pela Associação Pela Indústria e Comércio Esportivo - Ápice -, em 09 de abril de 2025, para o produto "Raquetes de beach tennis", classificado no código da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM - 9506.99.00, com criação de Ex-tarifário específico, o qual apresenta as seguintes características:

a) Alíquota pretendida: 0%

b) Período de vigência da medida: 365 dias;

c) Quota a ser importada durante o período de vigência: 300.000 unidades;

d) Cronograma de importações: não informado;

e) Justificativa da necessidade de aplicação da medida: Segundo a pleiteante:

> *"A redução do imposto de importação para Raquetes de Beach Tennis, Pickleball e Semelhantes, solicitada por meio desta petição, é urgente e necessária. O pleito ora apresentado evidencia com clareza os efeitos abrangentes que a medida deverá provocar sobre o desenvolvimento do esporte no Brasil, estendendo-se desde a promoção da saúde e do bem-estar, até o fortalecimento da economia, a geração de empregos e o crescimento da indústria, varejo e serviços.".*

f) Situação do Art. 2º em que se enquadra a solicitação: **Inciso 1 – Inexistência temporária de produção regional do bem.**

g) Produção nacional ou regional: a pleiteante informou que não há produção nacional para o produto objeto do pleito.

h) Consumo nacional e regional: a pleiteante informou o consumo de **toda a NCM 9506.99.00**, conforme quadro abaixo.

Quadro 1: Consumo Nacional/Regional (NCM toda)

Consumo	**2022**	**2023**	**2024**
	Unidades	**Unidades**	**Unidades**

Nacional	478.323	12.326.380	15.666.811
Regional (MERCOSUL)	510.177	17.272.315	-

Fonte: Pleiteante

i) Investimentos da indústria doméstica já feitos ou previstos e empregos gerados na linha de produção de produtos que utilizam o produto objeto do pleito como insumo: não informado.

j) Eventuais práticas sustentáveis que a peticionária tiver indicado no processo: a pleiteante não apresentou dados sobre práticas sustentáveis.

2. Os dados básicos do pleito encontram-se referenciados no quadro abaixo.

Quadro 2 - Resumo do pleito

Processo SEI	NCM	Ex	Redução de II	Quota	Prazo
19971.000300/2025-04 (Público) 19971.000301/2025-41 (Restrito)	9506.99.00	Novo Ex para Raquetes Beach Tennis	De 20% para 0%	300.000 unidades	365 dias

II - DO PRODUTO

3. No que diz respeito ao produto, as seguintes informações foram aportadas pela empresa pleiteante:

a) Nome Comercial ou Marca: Raquetes de Beach Tennis, Pickleball e semelhantes.

b) Nome Técnico ou Científico: Raquetes de Beach Tennis, Pickleball e semelhantes.

c) Códigos NCM e Descrição: NCM 9506.99.00 - Artigos e equipamentos para outros esportes e piscinas.

d) Descrição Específica dos produtos (Ex-tarifário): *Raquetes de Beach Tennis, Pickleball e semelhantes.*

e) Informação Geral sobre o Produto Objeto do Pleito:

> "*O produto possui função principal a prática esportiva das modalidades de beach tennis, pickleball e semelhantes, sendo utilizado como equipamento para uso amador ou profissional em treinos, jogos, torneios e campeonatos. As dimensões e peso dividem-se em: Comprimento: entre 40 cm e 50 cm Largura: aproximadamente 26 cm Espessura: entre 0,5cm e 3,8 cm Peso: 320g a 380g*"

f) Alíquota na TEC: 20%

g) Alíquota aplicada: 18% (Resoluções GECEX nº 272/2021 e 391/2022)

h) Participação do produto objeto do pleito no valor do bem final: tendo em vista que o produto objeto do pleito é um bem final, a pleiteante não apresentou informações sobre este ponto.

4. Por oportuno, cabe destacar, que o produto objeto do pleito não está contemplado, atualmente, no mecanismo de desabastecimento. Dessa forma, uma eventual aprovação deste novo pleito **resultaria a ocupação de uma nova vaga no referido mecanismo.**

III - DA PUBLICIDADE DO PLEITO E DAS MANIFESTAÇÕES

5. Registra-se que, conforme o disposto no Art. 5º, inciso II, do Decreto nº 10.242, de 2020, a Subsecretaria de Articulação em Temas Comerciais (STRAT) da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (SE-CAMEX) dá ampla publicidade quanto ao recebimento e ao estágio de processamento dos pleitos de alterações tarifárias recebidos, por meio da disponibilização destes em sua página eletrônica. Com isso, faculta-se a quaisquer interessados a possibilidade de manifestação nos autos do processo.

6. No caso do pleito em análise, não houve manifestação de apoio ou contrária ao pleito.

IV - DA ANÁLISE

7. Inicialmente, cumpre ressaltar a impossibilidade de obter dados estatísticos relativos a vendas totais da indústria doméstica, vendas internas, consumo nacional aparente (CNA), importações e exportações exclusivamente para o produto objeto do pleito, tendo em vista que este se trata de Ex-tarifário que representam apenas parte do produto classificado no código NCM 9506.99.00.

8. Dessa forma, a presente análise apresentará apenas as estatísticas de importações totais, importações por origem e exportações, de modo a permitir uma visão geral da evolução desses indicadores para a totalidade do código NCM em questão, bem como uma noção sobre os principais fornecedores dos produtos nele classificados. Reitera-se, entretanto, que não será possível interpretar esses dados especificamente sob a ótica do Ex-tarifário objeto do pleito.

Das Importações

9. O quadro abaixo apresenta a evolução das importações referentes ao código NCM 9506.99.00, em valor e em quantidade, no período de 2021 a 2024 e 2025 (jan - mai), bem como a evolução do preço médio dessas importações.

Quadro 3 - Importações - NCM 9506.99.00

Ano	Importações (US$ FOB)	Var. (%)	Importações (Kg)	Var. (%)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Var. (%)
2021	42.810.303	-	18.589.561	-	2,30	-
2022	36.776.543	-14,1%	13.437.555	-27,7%	2,74	18,8%
2023	23.328.017	-36,6%	5.988.980	-55,4%	3,90	42,3%
2024	36.790.930	57,7%	13.954.837	133,0%	2,64	-32,3%
2025 (jan-mai)	11.481.728	-	3.652.122	-	3,14	-

Fonte: Comex Stat

10. No que se refere às importações do produto objeto do pleito, observa-se que, entre 2021 e 2024, houve uma redução de 14,1% no valor importado de produtos classificados no código NCM em questão, passando de US$ 42.810.303,00 para US$ 36.790.930,00.

11. Em relação ao volume importado, houve uma redução de 24,9% entre 2021 e 2024, passando de 18.589.561 Kg para 13.954.837 Kg.

12. Por oportuno, destaca-se que, de 2021 a 2024, observou-se um aumento do preço médio. Em 2021, o preço médio era de US$ 2,30/kg, enquanto em 2024 foi de US$ 2,64/kg, representando um aumento de 14,8%.

Das Exportações

13. O quadro a seguir apresenta a evolução das exportações de produtos classificados no código NCM 9506.69.00, em valor e em quantidade, no período de 2021 a 2024 e 2025 (jan - mai), bem como a evolução do preço médio dessas exportações.

Quadro 4 - Exportações - NCM 9506.99.00

Ano	Exportações (US$ FOB)	Var. (%)	Exportações (Kg)	Var. (%)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Var. (%)
2021	8.816.502	-	1.685.689	-	5,23	-
2022	8.906.918	1,0%	1.454.506	-13,7%	6,12	17,1%
2023	9.134.797	2,6%	1.442.732	-0,8%	6,33	3,4%
2024	9.092.375	-0,5%	1.260.328	-12,6%	7,21	13,9%
2025 (jan-mai)	3.047.741	-	333.762	-	9313	-

Fonte: Comex Stat

14. No que se refere às exportações, observa-se que, entre 2021 e 2024, houve um aumento de 3,1% no valor exportado de produtos classificados no código NCM em questão, passando de US$ 8.816.502,00 para US$ 9.092.375,00.

15. Em relação à quantidade exportada, houve uma redução de 25,2% entre 2021 e 2024, passando de 1.685.689 Kg para 1.260.328 Kg.

16. Por oportuno, destaca-se que, de 2021 a 2024, observou-se um aumento do preço médio. Em 2021, o preço médio era de US$ 5,23/Kg, enquanto em 2024 foi de US$ 7,21/kg, representando um aumento de 37,9%.

17. Por último, é importante destacar que o saldo do comércio exterior para a NCM 9506.99.00 foi negativo em todos os anos do período analisado, o que resultou em déficit na balança comercial de US$ 103.755.201,00 entre os anos de 2021 e 2024.

Das Políticas Comerciais que afetam as Importações

18. No que tange às origens das importações brasileiras de produtos classificados sob o código NCM 9506.99.00, destaca-se a China como o principal fornecedor, com uma contribuição de 90,31% da quantidade total importada no ano de 2024. Em sequência, aparecem: Espanha (3,88%) e Itália (3,06%), além de outras origens (2,75%).

Quadro 5 - Importações por origem em 2024 - NCM 9506.99.00

País	Importações (US$ FOB)	Importações (Kg)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Part. no total em quantidade (%)	Preferência tarifária
China	31.896.813,00	12.602.438	2,53	90,31%	0%
Espanha	287.111,00	541.634	0,53	3,88%	0%
Itália	1.081.549,00	426.555	2,54	3,06%	0%
Outros	3.525.457,00	384.210	9,18	2,75%	-
Total	**36.790.930,00**	**13.954.837**	**2,64**	**100,00%**	

Fonte: Comex Stat

19. Observa-se que 100% das importações brasileiras de produtos classificados no código NCM 9506.99.00 registradas em 2024 não gozaram de preferências tarifárias, devido à inexistência de acordo comercial com os principais países fornecedores para o Brasil.

20. Ressalta-se, ainda, que o produto objeto do pleito não está sujeito a nenhuma medida de defesa comercial em vigor no Brasil.

Do Escalonamento Tarifário

21. Recorda-se que, em geral, a estrutura da Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC) é progressiva, de forma que as tarifas de importação tendem a ser proporcionais ao grau de transformação dos produtos. Nesse sentido, produtos industrializados e com maior grau de transformação contam, em geral, com tarifas de importação mais elevadas do que as tarifas de bens primários e insumos básicos.

22. No caso em questão, o produto objeto do pleito é um bem final, utilizada em práticas esportivas, de modo que não cabe analisar o escalonamento tarifário.

Do Impacto Econômico

23. Considerando uma quota de 300.000 unidades por um período de 365 dias, tem-se que o impacto econômico nominal estimado da medida seria de US$ [redacted] **[CONFIDENCIAL], superior**, portanto, a US$ 1.000.000, valor considerado como referência nas análises de pleitos de desabastecimento.

Quadro 6 - Impacto Econômico [CONFIDENCIAL]

Economia no Custo de Internação (US$/unidades) - conforme dados da planilha do pleito	[redacted]
Quota considerada (365 dias) (unidades)	300.000
Impacto econômico nominal (US$)	[redacted]

V - DA CONCLUSÃO

24. Tendo como parâmetro as disposições estabelecidas pela Resolução GMC Nº 49/19, e **considerando que**:

a) a pleiteante indicou que a redução temporária pleiteada de 20% para 0%, para uma quota de 300.000 unidades, pelo período de 365 dias, se justifica dado a Inexistência temporária de produção regional do bem, nos termos do inciso 1 do Art. 2o da Resolução GMC 49/19;

b) **não foram recebidas manifestações de apoio ou de oposição** à solicitação da redução do Imposto de Importação do produto objeto do pleito;

c) 100% das importações brasileiras de produtos classificados no código NCM 9506.99.00 registradas em 2024 não gozaram de preferências tarifárias, devido à inexistência de acordo comercial com os principais países fornecedores para o Brasil;

d) o impacto econômico nominal estimado da medida seria **superior** a US$ 1.000.000, valor considerado como referência nas análises de pleitos de desabastecimento;

e) o objeto do pleito é um produto final; não integrando, assim, nenhum processo produtivo, não tem impacto na competitividade da indústria nacional e tampouco no escalonamento tarifário de produtos que integram um processo produtivo; e

f) aprovação deste novo pleito **resultaria a ocupação de uma nova vaga no mecanismo de Desabastecimento,**

esta SE-CAMEX manifesta-se pelo

INDEFERIMENTO do pleito de redução tarifária da alíquota do Imposto de Importação, de 20% para 0%, do produto **" Raquetes de Beach Tennis, Pickleball e semelhantes "**, classificado no código NCM 9506.99.00, com criação de Ex-tarifário, com quota de 300.000 unidades e por período de 365 dias, ao amparo da Resolução GMC Nº49/19.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

HÉLIO ARAÚJO PEREIRA

Chefe de Divisão

De acordo. Encaminhe-se à Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais.

Documento assinado eletronicamente

CAROLINE LEITE NASCIMENTO

Coordenadora-Geral de Temas Tarifários

De acordo. Encaminhe-se ao Comitê de Alterações Tarifárias.

Documento assinado eletronicamente

HELOÍSA PEREIRA

Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais

Documento assinado eletronicamente

RODRIGO ZERBONE LOUREIRO

Secretário-Executivo da SE-CAMEX

Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Pereira Chikusa**, **Subsecretário(a)**, em 17/06/2025, às 08:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Hélio Araújo Pereira**, **Chefe(a) de Divisão**, em 17/06/2025, às 09:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Leite Nascimento**, **Coordenador(a)-Geral**, em 17/06/2025, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Zerbone Loureiro**, **Secretário(a) Executivo(a)**, em 23/06/2025, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .



Nota Técnica SEI nº 3011/2024/MDIC

Assunto: **"Vergalhões em Rolo". Código NCM 7213.10.00 ("-Dentados, com nervuras, sulcos (entalhes) ou relevos, obtidos durante a laminagem"). Mecanismo de Desequilíbrios Comerciais Conjunturais (DCC). Elevação da alíquota do Imposto de Importação de 10,8% para 25%, por um período de 12 (doze) meses. Processos SEI nº 19971.001884/2024-46 (Público) e 19971.001885/2024-91 (Restrito).**

I - DO PLEITO

1. A presente Nota Técnica tem como objetivo analisar o pleito de alteração tarifária protocolado pelo INSTITUTO ACO BRASIL (IABr), em 01 de outubro de 2024, para o produto "Vergalhões em Rolo", classificado no código da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM 7213.10.00 ("-Dentados, com nervuras, sulcos (entalhes) ou relevos, obtidos durante a laminagem"), que visa à elevação de 10,8% para 25%, por um período de 12 (doze) meses, da alíquota do Imposto de Importação do referido produto, ao amparo do Mecanismo de Desequilíbrios Comerciais Conjunturais (DCC) de que tratam as Decisões nº 27/15 e nº 09/21 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul.

2. No pleito em questão, as seguintes informações foram aportadas pelo pleiteante:

A) Justificativa da Necessidade da Medida:

3. A partir da análise das estatísticas oficiais de importação, disponibilizadas no Comex-Stat, o Pleiteante alegou, em apertada síntese, o forte crescimento do volume das importações brasileiras do produto objeto do pleito no período de julho de 2020 até junho de 2024, bem como a redução dos preços das referidas importações e seus impactos negativos à justa concorrência no mercado brasileiro.

4. Ainda em relação ao tema o pleiteante destacou:

> "Importante destacar que, em 2020, não ocorreram importações, sendo que em 2019 foram 1.103 toneladas. Em 2021, houve crescimento abrupto de importações para 16.565 toneladas, crescendo mais ainda em 2022 para o montante de 23.134 toneladas, com destaque para as compras originárias da Rússia e Egito. Em 2023, esteve no patamar semelhante ao volume importado em 2021, com 16.233 toneladas.";
>
> "Atrelado aos crescentes volumes das importações, observa-se forte queda nos preços médios, em 2023. Enquanto o preço médio das importações em 2021 foi de US$ FOB 740,00/t, em 2022 foi de US$ FOB 800,00/t, chegando ao menor valor no ano passado: US$ FOB/t 570,00. A agressividade no preço praticado nas importações demonstra a estratégia para aumentar o acesso ao mercado nacional, causando danos à concorrência justa no mercado brasileiro."
>
> "A análise dos dados demonstra o forte crescimento das importações, principalmente nos últimos 24 meses. Na comparação entre o P1 (jul20-jun21) com P4 (jul23-jun24), as importações cresceram 1.004% e na comparação P2 (jul21-jun22) com P4, também se observa grande crescimento, da ordem de 41%. As importações, que em P1 totalizavam cerca de 2.000 toneladas, atualmente se encontram no patamar de aproximadamente 22.000 toneladas. Importante, também, observar a queda nos preços dos produtos comprados do exterior."

B) Da Conjuntura Econômica Internacional que Leva a um Desequilíbrio Comercial:

5. Sobre a conjuntura econômica internacional que tem levado a um desequilíbrio comercial o pleiteante apontou os seguintes fatores:

(i) Excesso de Capacidade e o Desequilíbrio do Mercado Mundial:

"Em 2023, segundo dados do Comitê do Aço da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a capacidade de produção mundial de aço atingiu 2,4 bilhões de toneladas métricas sendo que há um excedente de 556 milhões de toneladas em relação à demanda global (...). A China e a Índia são os dois maiores produtores mundiais, respondendo por 47% e 6% da capacidade mundial, respectivamente.";

"Destaca-se, ainda, que segundo a SEASI/ASEAN (South East Asia Iron and Steel Institute/Association of South East Asian Nations), existe previsão de investimentos para aumento de capacidade de produção de aço de aproximadamente 100 milhões de toneladas nos países asiáticos, até 2030, dos quais, conforme a OCDE, 66,7 milhões de toneladas provenientes de investimentos chineses (...).";

"Em 2023, o Brasil produziu 31,5 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos e importou 5 milhões de toneladas. Em relação a 2022, volume de importação cresceu 57,1%; enquanto a produção local recuou 6,5%.";

(ii) Medidas de Defesa Comercial:

"O desequilíbrio entre oferta e demanda mundial devido ao excesso de produção, combinado com a crescente prática de preços predatórios em suas exportações no comércio mundial, desencadeou uma série de medidas de defesa comercial no setor siderúrgico (...), adotadas por diversos países produtores de aço pelo mundo como forma de defender a produção local, sendo os principais alvos a China e outros países da Ásia."

"(...) importantes players comerciais, como Estados Unidos, União Europeia, Reino Unido, México, entre outros adotaram medidas visando a defesa de suas indústrias siderúrgicas (Figura 5), uma vez que o setor é considerado estratégico."

"O impacto destas medidas adotadas, como é o caso da Seção 232 dos EUA e da Salvaguarda da União Europeia, geram um desequilíbrio e redirecionamento dos fluxos de exportação e impactam países que não possuem mecanismos de defesa semelhante.";

"Em relação às medidas de defesa comercial específicas ao produto fio-máquina de ferro ou aço não ligado, dentados, com nervuras, sulcos ou relevos, obtidos durante a laminagem, segundo dados da OMC disponíveis no site (https://i-tip.wto.org/goods/Forms/TableView.aspx) e apresentadas no Anexo 2, existem diversas medidas antidumping e compensatórias, aplicadas por uma série de países, entre eles, Austrália, Canadá, Egito, União Europeia, Índia, México, Rússia, Ucrânia, EUA e Vietnã, às importações originárias de diversos países asiáticos e europeus, demonstrando concorrência desleal e as respectivas medidas de defesa adotadas."

(iii) Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM):

"O CBAM tem como objetivo diminuir as emissões de carbono (...) e estabelece regras para as importações de mercadorias, com o objetivo de equiparar o tratamento dos produtos fabricados na União Europeia";

"Os exportadores deverão rastrear as emissões de carbono na cadeia produtiva de determinada mercadoria e calcular essa emissão, nos termos do regulamento europeu.";

"O pagamento das taxas de carbono começará em 01/01/2026 [na União Europeia]";

"O Reino Unido irá implementar um mecanismo próprio de cobrança pelo carbono embutido nos produtos a partir de 1º de janeiro de 2027";

"Estas medidas vão afetar e encarecer de imediato as exportações brasileiras e de outros países para o mercado europeu, mas ainda não é possível dimensionar o alcance. Como alguns países terão dificuldades de cumprir as regras, provavelmente desviarão suas exportações para mercados com menos exigências, como o do Brasil."

C) Capacidade Instalada, Produção Nacional e Vendas Internas:

Quadro 01 – Empresas Associadas IABR/ Dados de Produção, Vendas Internas e Capacidade Instalada [CONFIDENCIAL]

Ano	Capacidade Instalada (Toneladas)	Produção* (Toneladas)	Vendas Internas (Toneladas)
2020	[redacted]		
2021			
2022			
2023			

2024 (janeiro a junho)	[redacted]			

Fonte das Informações: IABr. | Elaboração: STRAT/ SE-Camex.

Nota:
(*) Dados referentes apenas às empresas associadas do IABR.

D) Consumo Nacional e Regional:

6. O IABr informou que a ALACERO, entidad e responsável por divulgar dados de consumo regional, não publica em seu anuário dados por NCM, somente por segmentos (planos, longos ou tubos).

E) Investimentos da Indústria Doméstica já Feitos ou Previstos:

7. Em 2023, as empresas associadas ao Aço Brasil investiram um total de [redacted] **[CONFIDENCIAL]** e têm previsão de investir, de 2024 a 2028, [redacted] **[CONFIDENCIAL]**

F) Eventuais Práticas Sustentáveis que o Peticionário Tiver Indicado no Processo: Não informado.

8. Os dados básicos do pleito encontram-se resumidos no quadro abaixo:

Quadro 02 - Resumo do Pleito

Processo SEI	NCM	Ex	Descrição	Proposta de Alteração do II	Quota
19971.001884/2024-46 (Público) 19971.001885/2024-91 (Restrito)	7213.10.00	NÃO	Fio-máquina de ferro ou aço não ligado. -Dentados, com nervuras, sulcos (entalhes) ou relevos, obtidos durante a laminagem.	De 10,8% para 25%	Não se Aplica
Elaboração: STRAT/ SE-Camex.					

II - DO PRODUTO

9. No que diz respeito ao produto, as seguintes informações foram aportadas pelo pleiteante:

a) Nome Comercial ou Marca: Vergalhão em rolo.

b) Nome Técnico ou Científico: Vergalhão em rolo.

c) Códigos NCM e Descrição: NCM 7213.10.00 - "Dentados, com nervuras, sulcos (entalhes) ou relevos, obtidos durante a laminagem")

d) Descrição Específica dos Produtos (Ex-Tarifário): Não se aplica.

e) Informação Geral sobre o Produto Objeto do Pleito:

10. Acerca do presente tema, o pleiteante destacou:

> "O vergalhão em rolo é utilizado largamente em centrais de serviço como matéria-prima na produção de vários elementos para construção civil. Em uma primeira etapa o rolo é endireitado e cortado em comprimentos, podendo ser comercializado em forma de barras e também pode ser cortado e dobrado. É utilizado em elementos estruturais para a construção civil, como por exemplo, blocos de fundação, estacas, lamelas, vigas, colunas, lajes, sapatas, estribos, armadura para postes, armaduras para aduelas, armaduras para tubos de concreto, etc.";

"O vergalhão em rolo pode ser transformado através dos processos patenteados no Brasil como "corte e dobra". Este processo é responsável pelo endireitamento do vergalhão, corte e dobra da peça final, de acordo com as normas técnicas e as solicitações do projeto, nos produtos citados anteriormente.";

"é composto basicamente por sucata metálica e ferro gusa";

"as estruturas em concreto armado correspondem a técnica construtiva, atualmente, mais utilizada no Brasil. Porém, atualmente, existem outras estruturas substitutas ao concreto armado, entre elas as estruturas metálicas (com perfis de aço), módulos de madeira (woodframes) e alvenarias estruturais (blocos de concreto). Estas estruturas não utilizam o vergalhão na sua composição"

f) Alíquota II na TEC: 10,8%

g) Alíquota II Aplicada: 10,8%

h) Participação do Produto objeto do Pleito no Valor do Bem Final: O pleiteante informou que o produto objeto do pleito já é um bem final.

11. Cabe destacar, ainda, que o código NCM 7213.10.00 não está contemplado atualmente no Mecanismo "de Desequilíbrios Comerciais Conjunturais. Dessa forma, eventual atendimento do pleito implicaria a ocupação de nova vaga no mecanismo.

III - DA PUBLICIDADE DO PLEITO E DAS MANIFESTAÇÕES

12. Registra-se que, conforme o disposto no art. 5º, inciso II, do Decreto nº 10.242, de 2020, a Subsecretaria de Articulação em Temas Comerciais (STRAT) da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (SE-CAMEX) dá ampla publicidade quanto ao recebimento e ao estágio de processamento dos pleitos de alterações tarifárias recebidos, por meio da disponibilização destes em seu endereço eletrônico. Com isso, faculta-se a quaisquer interessados a possibilidade de manifestação nos autos do processo.

13. No caso do pleito em análise, **houve uma manifestação contrária** por parte da **Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC ou Contestante).**

14. A contestante argumenta que não houve, para o produto em questão, um "crescimento abrupto de importações", mas sim um ciclo de alta e queda a partir de 2021. Ressaltou em especial, a pouca significância do volume importado em relação às vendas no mercado interno em 2023, que, segundo afirma, representou em torno de 1,4%.

15. Os principais trechos da manifestação encontram-se citados a seguir:

"Mesmo com o parco volume importado, o Instituto Aço Brasil solicita ao governo forte medida corretiva, no caso, dobrar o Imposto de Importação do fio máquina, não garantindo ao setor da Construção Civil o legítimo uso do canal, sequer com a pretensão de barateamento de custo, já que, como demonstraremos a seguir, as barreiras técnicas instauradas são quase que intransponíveis, mas para ao menos pressionar por moderação na elevação dos preços internos.";

"Responsabilidades e requisitos foram estabelecidos para todos os envolvidos na disponibilização do aço no mercado interno, independentemente do tamanho das estruturas de concreto armado ou de quem as constrói. Mas para o aço importado, a regulamentação do Inmetro vai além e exige que as empresas responsáveis pela intermediação da importação, as tradings, obtenham também a autorização do Inmetro. Tal situação já se configura uma barreira e, por óbvio, reduz o número de potenciais importadores de vergalhão de aço para o Brasil.";

"Como o preço praticado no mercado interno é calculado com base no preço internacional acrescido das taxas de importação, mesmo que o canal da importação seja pouco utilizado pelas construtoras, o aumento da tarifa de importação provocará a elevação do preço do insumo no mercado interno.";

" (...) a estrutura de concreto armado é o sistema construtivo mais utilizado no país (...). Somos levados a concluir que,se uma empresa tiver seu sistema construtivo inviabilizado por conta dasobretaxação do aço em rolo não terá como adotar qualquer um dos ditos substitutos [bens substitutos] no curto e no médio prazo, sendo preferível cerrar sua as portas";

"Alertamos que a sobretaxa do aço em rolo, matéria prima do corte e dobra, tem relação direta com a produtividade, pois aumentará a defasagem do preço do aço com a incorporação do serviço inclusa e a barra reta de 12 m, que cortada e dobrada na obra, contribui para a ineficiência e eleva o desperdício do material."

"O INCC aumentou 46,93% desde janeiro/20 até setembro/24. Nesse mesmo período o custo com o material cresceu

63,51% e o custo com a mão de obra registrou alta de 39,67%.

"Estas variações foram superiores ao IPCA (31,52%), que é o indicador oficial da inflação no País."

"Pelo segundo trimestre consecutivo, a elevada carga tributária é considerada o maior problema da Construção."

16. A CBIC forneceu ainda o impacto do custo do aço em diversas tipologias da construção civil, considerando os produtos classificados NCM 7214.20.00, 7213.10.00 e 7213.91.10, e a participação da utlização do aço por tipo de construção com base na curva ABC[1]. Tais informações encontram-se sintetizadas na Figura 01 a seguir apresentada.

Figura 01 - CBIC/ Participação do Aço no Custo da Construção

Tipo de construção	Descrição	Participação % do aço no custo de produção do bem
Construções imobiliárias em geral	Percentual apresentado inclui fundação, estrutura e contenções	8,0 a 9,0 %
Construções imobiliárias de interesse social	Tipologia alvenaria estrutural	4,0 a 5,0 %
Construções imobiliárias de interesse social	Tipologia parede de concreto	7,0 a 8,5 %
Obras de infraestrutura	Pontes e viadutos	8 a 15%

IV - DA ANÁLISE

17. A presente análise tem como referência dados de comércio exterior obtidos do Comex-Stat, além de informações retiradas da base de dados das Notas Fiscais Eletrônicas (NFEs) disponibilizada ao MDIC pela Receita Federal do Brasil (RFB), do Ministério da Fazenda (MF), por meio de convênio entre os dois órgãos.

18. Destaca-se que a base de dados referente às NFEs apresenta informações até o ano de 2023. Os dados referentes a vendas internas, exportações e vendas totais da indústria doméstica, bem como os cálculos do Consumo Nacional Aparente - CNA são estimados a partir do código CFOP (Código Fiscal de Operação e Prestação) informado pelo emissor da NF. Importante ressaltar que as informações de exportação oriundas das NFEs, por serem obtidas com base no CFOP, podem apresentar diferenças em relação àquelas extraídas do Comex Stat.

19. Em relação aos dados extraídos do Comex-Stat, a presente análise apresentará as estatísticas de importações totais, importações por origem e exportações, de modo a permitir uma visão geral da evolução desses indicadores para a totalidade do código NCM em questão, bem como uma noção sobre os principais fornecedores externos dos produtos nele classificados.

Das Vendas da Indústria Doméstica

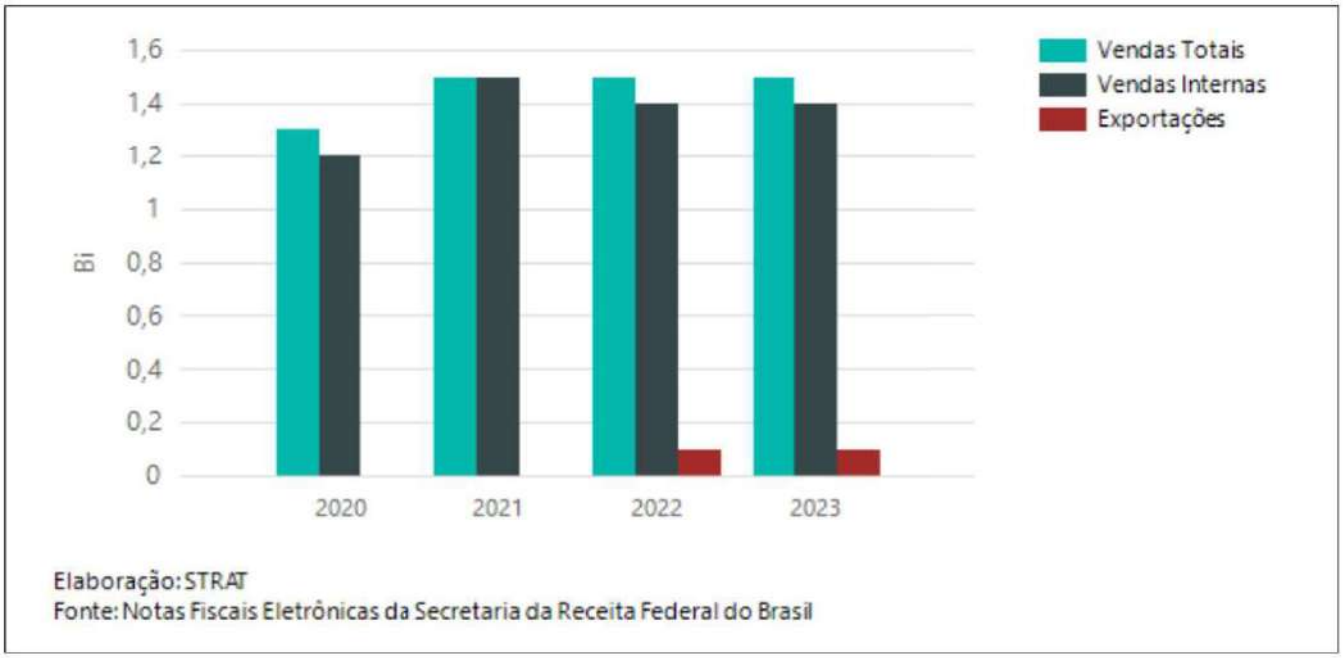
20. O Quadro 03 e o Gráfico 01, a seguir, indicam a evolução das vendas tota is da indústria doméstica do produto objeto do pleito no período de 2020 a 2023, bem como das vendas internas e exportações ao longo desse período.

Quadro 03 - Vendas da Indústria Nacional - NCM 7213.10.00

Ano	Vendas Totais (Kg)	Var. (%)	Vendas Internas (Kg)	Var. (%)	Exportações (Kg)	Var. (%)
2020	1.256.421.017	-	1.212.164.293	-	44.256.724	-
2021	1.500.738.696	19,4%	1.461.126.989	20,5%	39.611.707	-10,5%

2022	1.450.733.504	-3,3%	1.397.017.334	-4,4%	53.716.170	35,6%
2023	1.487.051.858	2,5%	1.413.230.502	1,2%	73.821.357	37,4%
Fonte: das Informações: Notas Fiscais Eletrônicas (NFes) - RFB/MF. | Elaboração: STRAT/ SE-Camex.						

Gráfico 01 - Vendas Totais, Vendas Internas e Exportações em Quantidade [Kg] - NCM 7213.10.00



21. As vendas internas dos produtos classificados na NCM 7213.91.10 apresentaram elevação em quase todo o período observado, com pequena queda apenas em 2022, que pode ter se dado, também, em função do acentuado aumento das exportações naquele ano e da queda do CNA, além do aumento do volume importado.

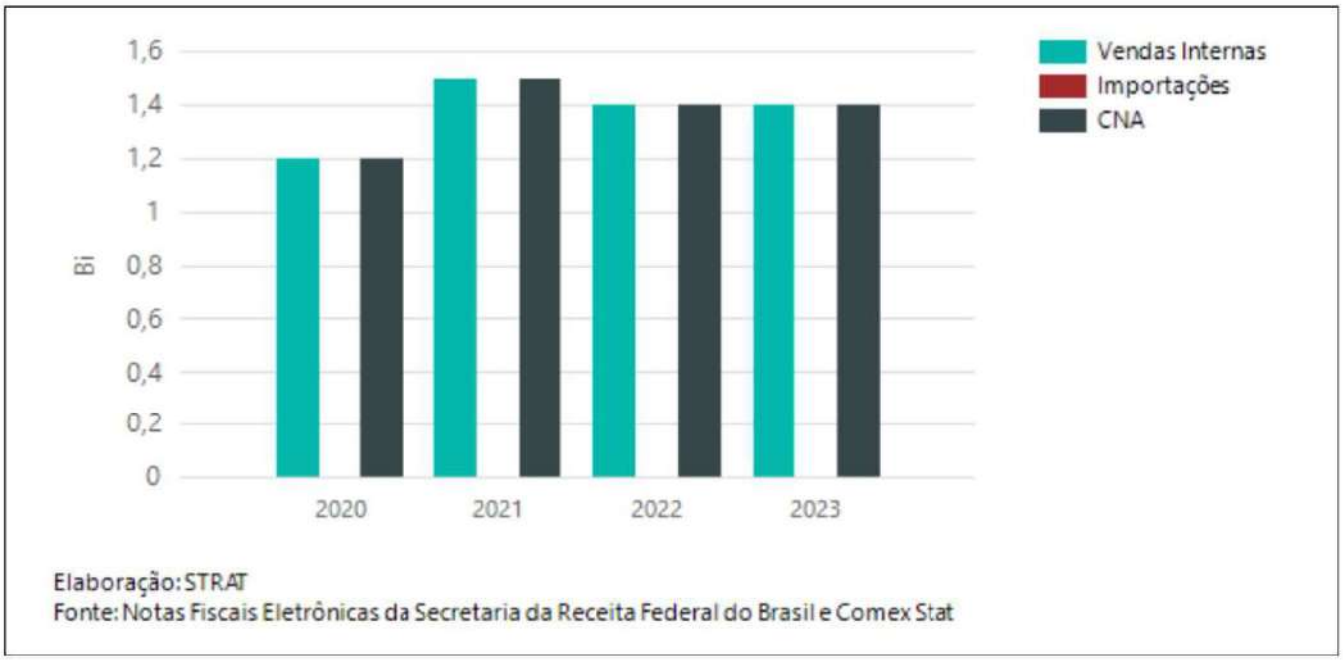
Do Consumo Nacional Aparente

22. O Quadro 04 e o Gráfico 02, abaixo, indicam a evolução do Consumo Nacional Aparente (CNA) no período de 2020 a 2023, bem como das vendas internas e das importações no mesmo período.

Quadro 04 - Consumo Nacional Aparente - NCM 7213.10.00

Ano	Vendas internas (Kg)	Var. (%)	Importações (Kg)	Var. (%)	CNA (Kg)	Var. (%)	Coef. Penetração Imp.
2020	1.212.164.293	-	0	-	1.212.164.293	-	0,00%
2021	1.461.126.989	20,5%	16.565.580	-	1.477.692.569	21,9%	1,12%
2022	1.397.017.334	-4,4%	23.134.030	39,7%	1.420.151.364	-3,9%	1,63%
2023	1.413.230.502	1,2%	16.232.729	-29,8%	1.429.463.231	0,7%	1,14%
Fonte: das Informações: Notas Fiscais Eletrônicas (NFes) - RFB/MF. | Elaboração: STRAT/ SE-Camex.							

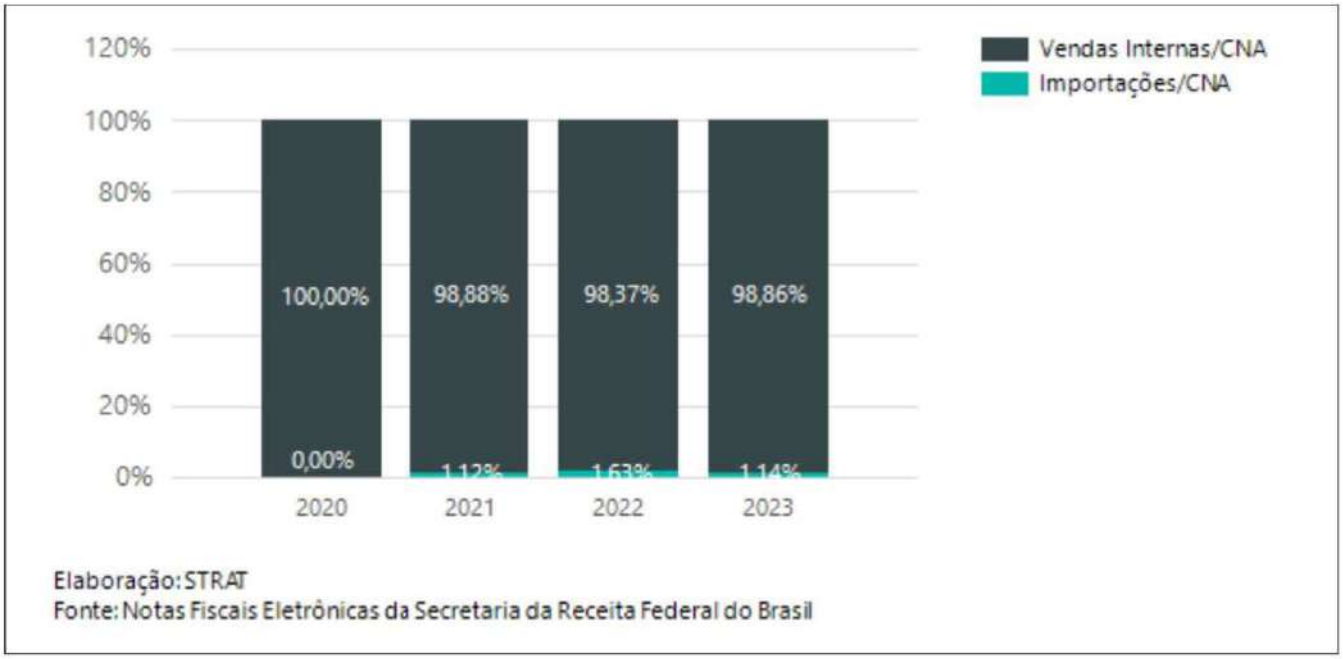
Gráfico 02 - Vendas Internas, Importações e Consumo Nacional Aparente em Quantidade [Kg] - NCM 7213.10.00



Elaboração: STRAT
Fonte: Notas Fiscais Eletrônicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil e Comex Stat

23. O Gráfico 03, a seguir, evidencia a evolução da participação das vendas internas e das importações no CNA para a NCM 7213.10.00 entre os anos de 2020 e 2023.

Gráfico 03 - Participação das Vendas Internas e das Importações no CNA - NCM 7213.10.00



Elaboração: STRAT
Fonte: Notas Fiscais Eletrônicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil

24. Conforme pode ser visualizado no Gráfico 03 acima, a partir de 2021, houve um pequeno ganho de mercado das importações em detrimento da indústria doméstica. Em 2020, as vendas internas representavam 100,00% do CNA; essa participação caiu para 98,9% em 2023.

25. Nota-se ainda no período de 2020 a 2023 a predominância da indústria doméstica no abastecimento do mercado interno.

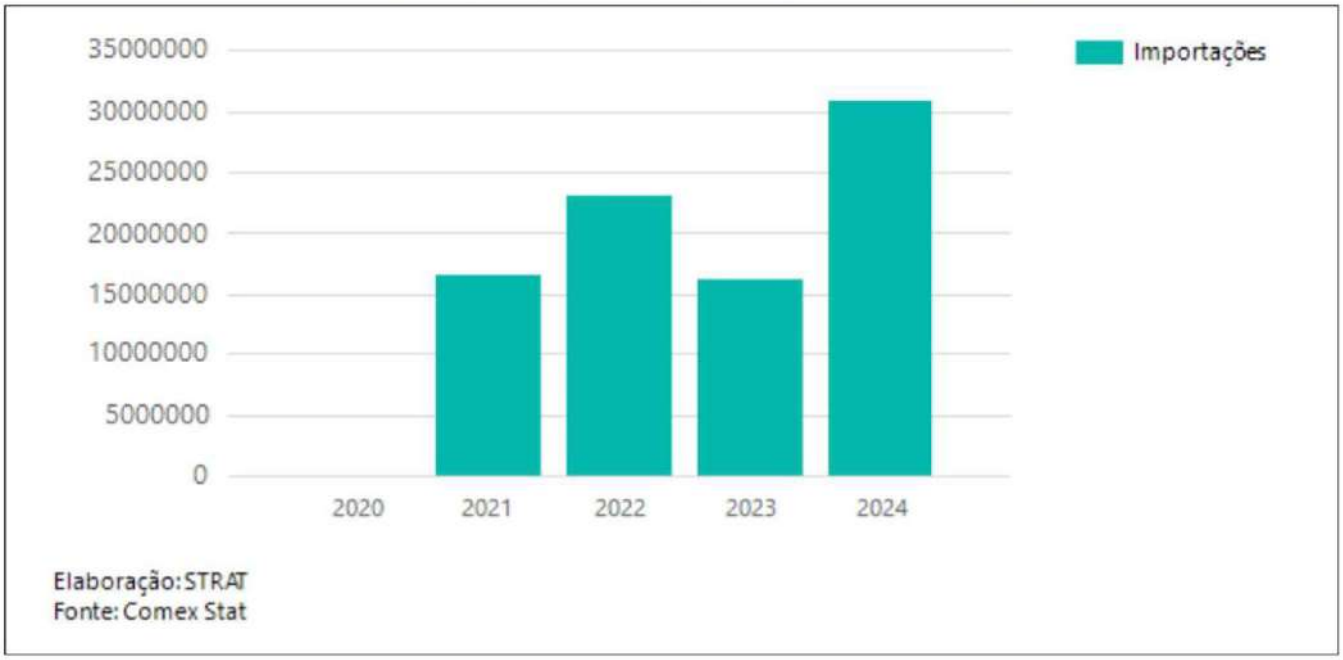
Das Importações

26. O Quadro 05 e o Gráfico 04, abaixo, apresentam dados do Comex-Stat que mostram a evolução das importações referentes ao código NCM 7213.10.00, em valor (US$ FOB) e em quantidade (Kg), no período de 2020 a 2024 (Jan-Dez), bem como a evolução do preço médio dessas importações.

Quadro 05 - Importações - NCM 7213.10.00

Ano	Importações (US$ FOB)	Var. (%)	Importações (Kg)	Var. (%)	Preço Médio (US$ FOB/Kg)	Var. (%)
2020	-	-	-	-	-	-
2021	12.277.951,00	-	16.565.580	-	0,74	-
2022	18.557.443,00	51,1%	23.134.030	39,7%	0,80	8,23%
2023	9.331.323,00	-49,7%	16.232.729	-29,8%	0,57	-28,34%
2024	18.236.547,00	95,4%	30.867.653	90,2%	0,59	2,77%
Fonte: das Informações: Comex-Stat. | Elaboração: STRAT/ SE-Camex.						

Gráfico 04 - Importações em Quantidade [Kg] - NCM 7213.10.00



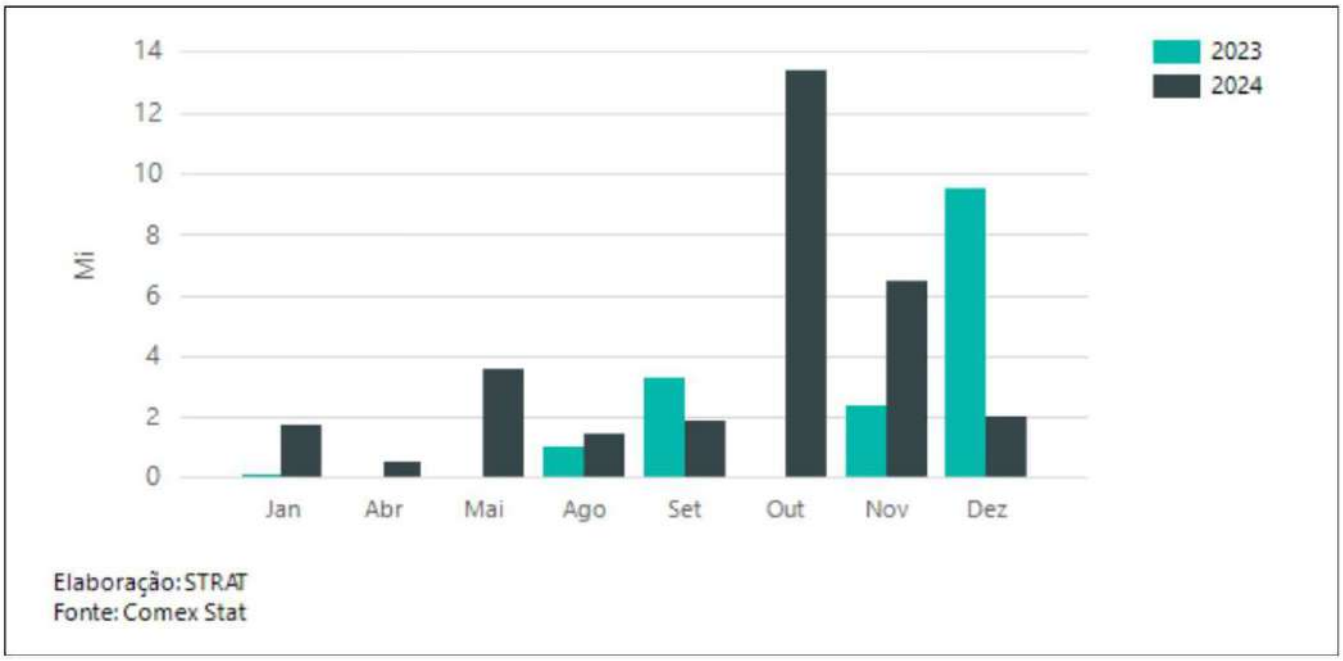
27. No que se refere às importações do produto objeto do pleito, observa-se que em 2020 não houve importação. O valor total das importações registradas no código NCM 7213.10.00 saltou de US$ FOB 12.277.951,00, em 2021, para US$ FOB 18.236.547,00, em 2024, o que representou um incremento de 48,53% no período.

28. Em relação ao volume importado, conforme mencionado acima, em 2020 não houve importação. Em 2024, a quantidade total importada foi de 30.867.653Kg, o que representou um aumento de 86,34% em relação ao volume importado em 2021 (16.565.580Kg).

29. A média do volume importado de 2021 a 2023 foi de 18.644.113Kg. O volume importado em 2024 representou um incremento de 65,6% em relação à média da quantidade importada no triênio 2021 - 2023.

30. A quantidade importada em 2024 representou um aumento de 90,2% em relação ao volume total das importações registradas no ano de 2023 (16.232.729Kg).

Gráfico 05 - Importações em 2023/2024 (Jan-Dez) em Quantidade [Kg] - NCM 7213.10.00



31. Por oportuno, destaca-se que, em 2024, o preço médio das importações foi de US$ FOB 0,59/kg, o que representou uma queda de 20,3% em relação a 2021. A média dos preços de 2021 a 2023 foi de cerca de US$ FOB 0,72/kg. O preço médio de 2024 foi 17,8% menor que a média dos três anos anteriores.

32. O preço médio das importações em 2024 apresentou um incremento de 2,77% em relação àquele verificado no ano de 2023 (US$ FOB 0,57/Kg).

Das Exportações

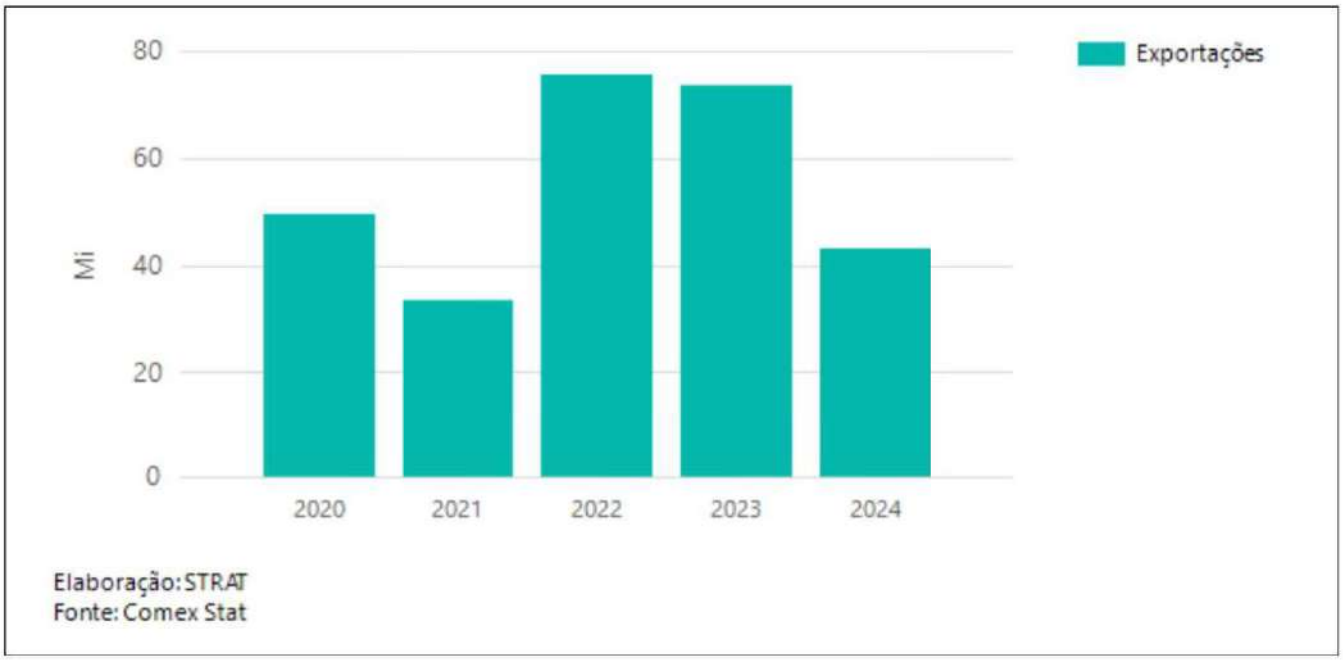
33. O Quadro 06 e o Gráfico 06, a seguir, apresentam a e volução das exportações de produtos classificados no código NCM 7213.10.00, em valor e em quantidade, no período de 2020 a 2024 (jan-dez), bem como a evolução do preço médio dessas exportações.

34.

Quadro 06 - Exportações - NCM 7213.10.00

Ano	Exportações (US$ FOB)	Var. (%)	Exportações (Kg)	Var. (%)	Preço Médio (US$ FOB/Kg)	Var. (%)
2020	23.724.151,00	-	49.330.173	-	0,48	-
2021	23.023.130,00	-3,0%	33.369.970	-32,4%	0,69	43,46%
2022	60.214.022,00	161,5%	75.840.523	127,3%	0,79	15,08%
2023	50.295.452,00	-16,5%	73.765.540	-2,7%	0,68	-14,12%
2024	28.755.373,00	-42,8%	43.004.105	-41,7%	0,67	-1,93%
Fonte: das Informações: Comex-Stat. | Elaboração: STRAT/ SE-Camex.						

Gráfico 06 - Exportação em Quantidade [Kg] - NCM 7213.10.00



35. No que se refere às exportações, observa-se que, entre 2021 e 2024, houve um aumento de 24,9% no valor exportado de produtos classificados no código NCM em questão, passando de US$ 23.023.130,00, em 2021, para US$ 28.755.373,00, em 2024. O valor total exportado em 2024 apresentou uma queda de 42,8% do valor exportado no ano de 2023.

36. Em relação à quantidade exportada, houve um aumento de 28,9% entre 2021 e 2024, passando de 33.369.970Kg, em 2021, para 43.004.105Kg, em 2024. A quantidade exportada em 2024 representou uma queda de 41,7% em relação ao volume exportado do ano de 2023.

37. Por oportuno, destaca-se que, de 2021 a 2024, observou-se uma queda do preço médio das exportações. Em 2021, o preço médio era de US$ FOB 0,69/Kg, enquanto que, em 2024, foi de US$ 0,67/kg, representando uma retração de 2,9%. O preço médio das exportações em 2024 registrou uma queda de 1,93% em relação ao preço médio observado em 2023 (US$ FOB 0,68/Kg).

38. Por último, é importante destacar que o saldo do comércio exterior para a NCM 7213.10.00 foi positivo em todos os anos do período analisado, o que resultou em superávit na balança comercial de US$ 103.884.713,00 entre os anos de 2021 e 2024.

Das Políticas Comerciais que Afetam as Importações

39. No que tange às origens das importações brasileiras de produtos classificados sob o código NCM 7213.10.00, destaca-se a Rússia como o principal fornecedor, com uma contribuição de 55,34% da quantidade total importada no ano de 2024. Em sequência, aparecem: Egito (35,54%) e Turquia (9,13%).

Quadro 07 - Importação por Origem em 2024 - NCM 7213.10.00

País	Importações (US$ FOB)	Importações (Kg)	Preço Médio (US$ FOB/Kg)	Part. % no Total em Quantidade (%)	Preferência Tarifária
Rússia	9.828.535,00	17.080.673	0,58	55,34%	0%
Egito	6.717.327,00	10.969.420	0,61	35,54%	80%
Turquia	1.690.685,00	2.817.560	0,60	9,13%	0%
Total	**18.236.547,00**	**30.867.653**	**0,59**	**100,00%**	**-**

Fonte: das Informações: Comex-Stat. | Elaboração: STRAT/ SE-Camex.

40. Vale observar que 64,46% do volume total das importações realizadas no código NCM 7213.10.00, em 2024, não gozaram de preferências tarifárias, devido à ausência de acordos comerciais do Brasil que regulem a matéria com os principais

países fornecedores. Por outro lado, 35,54% do volume total das importações brasileiras da referida NCM 7213.10.00, em 2024, se utilizaram de preferências tarifárias, de 80%, concedidas pelo Brasil no âmbito do Acordo de Livre Comércio Merosul - Egito.

41. Ressalta-se, ainda, que o produto objeto do pleito não está submetido a medida de defesa comercial em vigor no Brasil e não é objeto de investigação de defesa comercial.

Do Escalonamento Tarifário

42. Recorda-se que, em geral, a estrutura da Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC) é progressiva, de forma que as tarifas de importação tendem a ser proporcionais ao grau de transformação dos produtos. Nesse sentido, produtos industrializados e com maior grau de transformação contam, em geral, com tarifas de importação mais elevadas do que as tarifas de bens primários e insumos básicos.

43. No caso em questão, o produto objeto do presente pleito configura-se como bem final, não cabendo nestes casos avaliar o escalonamento tarifário para os elos a jusante na respectiva cadeira produtiva. No entanto foi informado que este produto é utilizado em uma série de aplicações na construção civil.

Do Impacto Econômico Estimado

44. Com vistas a levantar uma estimativa do impacto da medida pleiteada sobre os preços da construção civil, realizou-se o cálculo da variação percentual estimada no preço do produto importado a partir da elevação tarifária ora pleiteada, conforme Quadro 08 a seguir apresentado.

Quadro 08 – Var. % Estimada no Preço do Produto Importado

NCM	Descrição	Alíquota II Aplicada	Alíquota II Pleiteada	Var. % Estimada no Preço do Produto Importado
		(A)	(B)	$C = \frac{[(1+B)-(1+A)]}{(1+A)}$
7213.10.10	Fio-máquina de ferro ou aço não ligado. - Dentados, com nervuras, sulcos (entalhes) ou relevos, obtidos durante a laminagem.	10,8%	25%	12,8%
Fonte das Informações: IABr. | Elaboração: STRAT/ SE-Camex.				

45. Ainda em relação ao tema, vale recordar que vergalhões e arames de aço ao carbono, dentre os quais o produto objeto do presente pleito de alteração tarifária, encontram-se incorporados também no cálculo do Índice Nacional de Custos da Construção Civil - INCC, conforme Nota Metodológica do Instituto Brasileiro de Economia - IBRE, da Fundação Getúlio Vargas - FGV[2] . Neste sentido, ainda que eventual exercício para estimativa do impacto inflacionário da medida tarifária ora pleiteada possa se mostrar limitado, nota-se que o incremento dos preços dos referidos vergalhões no mercado nacional poderá ocasionar outros impactos indiretos na economia, uma vez que, além de medida de nível dos preços da construção civil, o INCC atua como indexador de financiamento imobiliários, e representa ainda 10% da composição do Índice Geral de Preços - IGP, que possui ampla utilização, inclusive, no que tange ao reajuste de aluguéis.

46. Por fim, considerando as informações então apresentadas pela CIBC acerca da participação do aço nos custos de alguns tipos selecionados da construção, realizou-se exercício de estimativa do impacto econômico da medida tarifária ora pretendida nos referidos custos da construção civil. Neste sentido, a variação estimada no preço do produto importado previamente mencionada, por sua vez, foi ponderada pela participação do custo do aço nas diversas tipologias da construção civil, conforme informações disponibilizadas pelo CBIC em sua manifestação sobre o presente pleito de alteração tarifária, e conforme anteriormente apresentado na Figura 01 desta Nota Técnica. Assim, foi estimado o impacto econômico da medida tarifária ora pretendida na construção civil, a qual assumiu a perspectiva de incremento nos custos da construção civil, conforme consta no Quadro 09 a seguir apresentado.

Quadro 09 - Impacto Econômico Estimado no Custo da Construção Civil (%) [CONFIDENCIAL]

Tipo de Construção	Descrição	Participação % do Aço no Custo de Produção do Bem	Var. % Estimada no Preço do Produto Importado	Impacto Econômico Estimado no Custo da Construção
Construções imobiliárias em geral	Percentual apresentado inclui fundação, estrutura e contenções	[redacted]		
Construções imobiliárias de interese social	Tipologia alvenaria estrutural			
Construções imobiliárias de interese social	Tipologia parede de concreto			
Obras de infraestrutura	Pontes e viadutos			
Fonte das Informações: CBIC. | Elaboração: STRAT/ SE-Camex.				

V - DA CONCLUSÃO

47. Considerando que:

a) o pleiteante indicou que a elevação do imposto de importação de 10,8% para 25% se justifica, dentre outros motivos, por: (i) crescimento abrupto de importações, em especial as originárias da Rússia e Egito; e (ii) forte queda nos preços médios de importação, como estratégia para acessar o mercado nacional, causando danos à concorrência justa no mercado brasileiro;

b) o vergalhão em rolo constitui matéria-prima na produção de vários elementos estruturais para construção civil, como por exemplo, blocos de fundação, estacas, lamelas, vigas, colunas, lajes, sapatas, estribos, armadura para postes, armaduras para aduelas, armaduras para tubos de concreto, etc. As estruturas em concreto armado, por sua vez, correspondem a técnica construtiva, atualmente, mais utilizada no Brasil;

c) o pleiteante informou que a conjuntura econômica internacional é caracterizada, em resumo, por: (i) excesso de capacidade e o desequilíbrio do mercado mundial; (ii) medidas de defesa comercial adotadas por diversos países, sendo os principais alvos a China e outros países da Ásia, bem como outras medidas restritivas ao comércio; e (iii) Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM), com desvios das exportações para mercados com menos exigências, como o do Brasil;

d) houve manifestação de oposição ao pleito em questão por parte de representantes da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), que argumentou contrariamente à alegação do pleiteante acerca da ocorrência d e "crescimento abrupto de importações", salientou a reduzida representatividade do volume importado no consumo nacional aparente em relação às vendas no mercado interno em 2023;

e) as estatísticas oficiais de comércio exterior para o código NCM 7213.10.00 indicaram a ocorrência de crescimento substantivo do volume de importação no período de 2021 até 2024 (Jan-Dez), caracterizados por: (i) incremento de 65,6% no volume importado em 2024, quando comparado à média da quantidade das importações no período de 2021 a 2023; (ii) aumento de 90,2% na quantidade das importações realizadas no ano de 2024, em relação a totalidade do volume importado no ano de 2023; (iii) o preço médio das importações em 2024 foi 17,8% menor que a média dos três anos anteriores (2024 vs média 2021 - 2023), não obstante o incremento de 2,77% observado em 2024, neste mesmo indicador, quando comparado ao preço médio registrado em 2023;

f) apesar do surto de importações previamente mencionado, não restaram configurados elementos que indiquem que as referidas importações causaram desequilíbrio comercial, tendo em vista: (i) a elevada representatividade da vendas da indústria doméstica no mercado doméstico, cuja participação no consumo nacional aparente foi sempre superior a 98% ao longo de todo o período observado; (ii) o coeficiente de penetração das importações de apenas 1,14% em 2023; (iii) aumento da produção de em 2023, quando comparado a 2022, 2021 e 2022 (conforme informado pelo pleiteante - Quadro 01); (iii) aumento das vendas em 2023, quando comparado a 2022 e 2020 (conforme informado pelo pleiteante - Quadro 01);

g) o saldo do comércio exterior para a NCM 7213.10.00 foi positivo em todos os anos do período analisado, o que resultou em superávit na balança comercial de US$ 103.884.713,00 entre os anos de 2021 e 2024;

h) a Rússia destacou-se como o principal fornecedor nas importações realizadas no código NCM 7213.10.00, com uma contribuição de 55,34% da quantidade total importada no ano de 2024. Em sequência, aparecem: Egito (35,54%) e Turquia (9,13%);

i) cerca de 64,46% das importações realizadas no código NCM 7615.10.00 em 2024 não gozaram de preferências tarifárias, devido à ausência de acordos comerciais do Brasil que regulem a matéria com alguns dos principais

países fornecedores. Por outro lado, 35,54% do volume total das importações brasileiras da referida NCM 7213.10.00, em 2024, se utilizaram de preferências tarifárias, de 80%, concedidas pelo Brasil no âmbito do Acordo de Livre Comércio Mercosul - Egito;

j) o produto objeto do pleito não está submetido a medida de defesa comercial em vigor no Brasil e não é objeto de investigação de defesa comercial;

k) o produto objeto do presente pleito configura-se como bem final, não cabendo nesses casos avaliar o escalonamento tarifário para os elos a jusante na respectiva cadeira produtiva;

l) a partir das informações apresentadas pelo pleiteante, estimou-se o impacto da medida tarifária ora pretendida mediante incremento de 12,8% no preço do produto objeto do pleito, quando importado;

m) vergalhões e arames de aço ao carbono, dentre os quais o produto objeto do presente pleito de alteração tarifária, encontram-se incorporados também no cálculo do Índice Nacional de Custos da Construção Civil - INCC. Assim, eventual o incremento dos preços dos referidos vergalhões no mercado nacional poderá ocasionar outros impactos indiretos na economia, uma vez que, além da medida de nível dos preços da construção civil, o INCC atua como indexador de financiamento imobiliários, e representa ainda 10% da composição do Índice Geral de Preços - IGP, que possui ampla utilização, inclusive, no que tange ao reajuste de aluguéis;

n) a partir de informações da CBIC, verificou-se também o impacto econômico estimado da medida tarifária ora pretendida nos custos da construção civil. Assim, foram foram previstos elevações de 0,5% a 0,6%, nos custos de construções imobiliárias de interesse social com alvenaria estrutural, até incrementos de 1,0% a 1,9% nos custos de obras de infraestrutura, a exemplo de pontes e viadutos;

o) o atendimento ao pleito ora em análise implicaria a ocupação de nova vaga no mecanismo do Mecanismo de Desequilíbrios Comerciais Conjunturais (DCC);

Esta SE-CAMEX manifesta-se pelo

INDEFERIMENTO do pleito de elevação do imposto de importação de 10,8% para 25%, por um período de 12 meses, do produto "Fio-máquina de ferro ou aço não ligado. -Dentados, com nervuras, sulcos (entalhes) ou relevos, obtidos durante a laminagem.", classificado no código NCM 7213.10.00, ao amparo da da **Lista de Elevações Temporárias por Desequilíbrios Comerciais Conjunturais (Decisões CMC nº 27/15 e 09/21).**

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

MARGARIDA DOURADO RECHE

Coordenadora-Geral de Articulação e Reforma Tarifária, Substituta

De acordo. Encaminhe-se ao Comitê de Alterações Tarifárias.

Documento assinado eletronicamente

HELOÍSA PEREIRA CHIKUSA

Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais

---

[1] A curva ABC é um método de classificação de informações, utilizada em diversas áreas, para se separar os itens de maior importância, os quais são normalmente em menor número, dos de menor valor relativo, os quais geralmente ocorrem em uma quantidade maior de elementos (Carvalho, 2002).

[2] Vide "Tabela 1: Nova estrutrua de ponderação do INCC por Padrão Construtivo" (Página 03), constante na Nota Metodológica "Atualização da Estrutura de Ponderação do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) a partir de julho de 2023", datada de junho de 2023, e disponível em: https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2023-06/Nota_Metodologica_INCC_JUN23.pdf

Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Pereira Chikusa**, **Subsecretário(a)**, em 09/01/2025, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

Documento assinado eletronicamente por **Margarida Maria Andrade Dourado Reche**, **Analista de Comércio Exterior**, em 23/01/2025, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

Referência: Processo nº 19971.002241/2024-10. SEI nº 47098510

Nota Técnica SEI nº 1177/2025/MDIC

Assunto: **Pleito de alteração tarifária à Lista de Exceções para Bens de Informática e Telecomunicações ou Bens de Capital (LEBIT/BK). Redução da alíquota do Imposto de Importação de 16 % para 0%, atinente aos códigos 8517.62.55 e 8517.62.65 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), referentes a moduladores/demoduladores (modems) e a outros aparelhos transmissores/receptores por satélite, respectivamente. Processos SEI nº 19971.002179/2024-66 (público), nº 19971.002180/2024-91 (restrito), nº 19971.002197/2024-48 (público) e nº 19971.002198/2024-92 (restrito).**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A presente Nota Técnica objetiva submeter ao Comitê de Alterações Tarifárias (CAT) a análise do Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Alta-Média Complexidade Tecnológica da Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (DIAM/SDIC/MDIC) sobre dois pleitos apresentados pela empresa VIASAT BRASIL SERVICOS DE COMUNICACOES LTDA ("VIASAT") para alteração da alíquota do Imposto de Importação (II), de 16% para 0%, com pretensão de Ex-tarifários já vigentes no regime de Ex-tarifários de BK e BIT, de moduladores/demoduladores (NCM 8517.62.55), bem como de outros aparelhos transmissores/receptores por satélite (NCM 8517.62.65), no âmbito da Lista de Exceções para Bens de Informática e Telecomunicações ou Bens de Capital (LEBIT/BK).

2. O DIAM/SDIC se manifesta pelo **INDEFERIMENTO** dos dois pleitos sob os seguintes argumentos:

a) Os Ex-tarifários, no âmbito do regime de Ex-tarifários de BK e BIT, foram concedidos após análise de pleitos da própria VIASAT e com a ausência da informação de se tratar de importação de equipamentos recondicionados;

b) Tanto as Portarias ME nº 309/2019 e SEPEC nº 324/2019, quanto a Resolução GECEX nº 512/2023, são normativos com dispositivos contrários à concessão de Ex-tarifários para produtos usados;

c) A Secretaria da Receita Federal do Brasil equiparou os equipamentos recondicionados da VIASAT a equipamentos usados, tendo impedido a sua importação com uso dos Ex-tarifários 009, da NCM 8517.62.55, e 001, da NCM 8517.62.65, no âmbito do regime de Ex-tarifários de BK e BIT;

d) A não concessão da redução da alíquota do II, de 16% para 0%, no contexto da LEBIT/BK, não afetará o cumprimento dos compromissos assumidos pela VIASAT junto à Telecomunicações Brasileiras S.A. ("TELEBRAS"), em que se inclui o Programa GESAC; e

e) O uso adequado dos instrumentos de alteração tarifária, entre os quais o Regime de Ex-tarifários para Bens de Capital (BK) e Bens de Informática e Telecomunicações (BIT) é o mais assertivo para análise de pleitos de concessão de Ex-tarifários com redução da alíquota do Imposto de Importação a 0%.

DOS PLEITOS

3. A empresa VIASAT BRASIL SERVICOS DE COMUNICACOES LTDA ("VIASAT") apresentou dois pleitos de redução da alíquota do Imposto de Importação (II), de 16% para 0%, de moduladores/demoduladores (NCM 8517.62.55), bem como de outros aparelhos transmissores/receptores por satélite (NCM 8517.62.65), com proposta de Ex-tarifários em ambos, para aplicação na LEBIT/BK.

4. Segundo a empresa, o pedido de redução é para a importação de equipamentos recondicionados, os quais foram considerados bens usados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), por meio de Despacho Aduaneiro apresentado nos autos do processo, tendo sido a empresa impedida de importar com o usufruto do benefício da redução tarifária por base no entendimento constante da Consulta Cosit nº 76/2024.

5. Destaca-se que a pleiteante propõe dois Ex-tarifários já existentes na Lista de Ex-tarifários de Bens de Informática e Telecomunicações (BIT), constante da Resolução Gecex nº 323, de 4 de abril de 2022, no âmbito do Regime de Ex-tarifários de BK e BIT, quais sejam:

NCM	Ex	Descrição	Ato legal
8517.62.55	009	Equipamentos moduladores/demoduladores compactos de alta velocidade para suportar comunicações de internet de alta velocidade via satélite, modem via satélite "surfbeam" 2+, consiste no dispositivo de terminação de rede para recebimento do serviço de rede de banda larga a ser instalado no usuário final, com roteador sem fio integrado, com velocidades ao usuário: canal de entrega: configurável até 60Mbps e canal de retorno: configurável até 20Mbps, Potência 100 a 240Vca; 50 a 60Hz.	Resolução Gecex nº 323/2022.
8517.62.65	001	Equipamentos contendo conjunto integrado de transmissão e recepção de sinais "surfbeam" 2 (etria), buzina de alimentação (pequena antena usada para transmitir ondas entre o transmissor e/ou receptor e o refletor parabólico) e os componentes da guia de onda, juntamente com os circuitos que convertem os sinais de satélite da banda ka de e para os sinais da banda usados para transmissão de cabo entre a antena externa e o modem via satélite, com bandas de frequência de transmissão 28.1 a 30GHz, ajustável em passos de 100MHz com até largura de banda instantânea de 500MHz.	Resolução Gecex nº 323/2022.

6. Ainda, é importante frisar que tais Ex-tarifários vigentes foram concedidos no âmbito do Regime de Ex-tarifários de BK e BIT a pedido da própria VIASAT, em 2020, e, posteriormente, renovados em 2022.

ANÁLISE

A. DOS ARGUMENTOS DA PLEITEANTE

7. Os dois pleitos de alteração tarifária foram protocolados pela VIASAT em novembro de 2024, entrando na agenda do CAT como pleito novo na Lista de Exceções para Bens de Informática e Telecomunicações ou Bens de Capital – LEBIT/BK em fevereiro de 2025.

8. A empresa disponibilizou em cada um dos pleitos algumas informações importantes sobre os equipamentos para os quais almeja a redução da alíquota do Imposto de Importação. Vejamos:

a. Modem de Satélite Surfbeam 2+ (Modem SB2 +)

O SurfBeam 2+ é um modulador/demodulador compacto e de alta velocidade que suporta comunicações de internet de alta velocidade via satélite. O Surfbeam 2+ é um dispositivo de terminação de rede para prover os serviços de internet na localização do usuário final (residência, escritório, escola, etc.) e fornece aceleração incorporada que funciona com os servidores do gateway fornecidos pela VIASAT. Além desses recursos, o modem Surfbeam 2+ possui um roteador sem fio integrado que permite conexão de dispositivos à internet, bem como possui, também, um processador interno mais rápido que permite suportar

velocidades mais altas.

b. Transmissor Integrado de Recepção (eTRIA)

O eTRIA Surfbeam 2 converte os sinais entre o satélite da Banda Ka, o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas ("SGDC-1"), e o Modem Surfbeam 2. O equipamento contém os seguintes componentes principais:

- Buzina de alimentação: combinado e posicionado para iluminar adequadamente o refletor;

- Polarizador: filtros para os sinais polarizados circularmente à esquerda ou circularmente à direita transmitidos ou recebidos pelo satélite;

- Transdutor de Modo-Orto (OMT): separa os sinais de recepção e transmissão;

- Conversor de Bloco (BUC): converte os sinais de transmissão fornecidos pelo Modem Surfbeam 2+ de Banda L para Banda Ka e amplifica-os para transmissão ao satélite; e

- Conversor de bloqueio de baixo ruído (LNB): é um equipamento que amplifica os sinais recebidos do satélite e converte de Banda Ka para Banda L para transmissão para o Modem VIASAT Surfbeam 2+.

9. A VIASAT explica que ambos os equipamentos (o modem Surfbeam 2+ e o transmissor eTRIA) formam, juntamente com o refletor, o sistema de banda larga Surfbeam 2+ da VIASAT, o qual é o único sistema capaz de capturar os sinais emitidos, amplificados e retransmitidos através de transponders localizados no satélite brasileiro SGDC-1.

10. Além disso, o sistema de banda larga Surfbeam 2+ da VIASAT não opera com nenhuma rede que suporte serviços de Internet de banda larga já existentes no Brasil e nem com outros terminais de recepção de satélites para a prestação de serviços de banda larga.

11. Segundo a empresa, a VIASAT importa os modems Surfbeam 2+ e os transmissores eTRIA recondicionados pela VIASAT nos EUA, pois não há mais disponibilidade no mercado do produto novo. Dessa forma, atualmente a VIASAT US comercializa e exporta o bem recondicionado para diversos países do mundo, tendo em vista a durabilidade dos equipamentos. O recondicionamento é realizado nas fábricas da VIASAT, localizadas nos Estados Unidos, utilizando, quando necessário, peças novas, para posterior comercialização ao redor do mundo. A VIASAT adquiriu os produtos da Jupiter Technology (WuXi) Co., Ltd. e da empresa Microelectronics Technology Inc. (MTI).

12. Ademais, a empresa pleiteante esclarece que o SGDC-1, único satélite totalmente brasileiro, foi lançado em 2017 e o direito de exploração foi outorgado pela ANATEL à empresa pública Telecomunicações Brasileiras S.A. ("TELEBRAS"). Em 23 de fevereiro de 2018, a VIASAT e a TELEBRAS assinaram o Acordo de Compartilhamento de Receita de Capacidade Satelital, para exploração de serviços de internet de alta velocidade para atendimento de comunidades desconectadas, localizadas em áreas rurais e remotas em todo o Brasil. O referido acordo estabeleceu as funções da VIASAT e da TELEBRAS para que o satélite brasileiro SGDC-1 possa operar:

a) A TELEBRAS disponibiliza a carga útil da banda Ka do satélite brasileiro SGDC-1 para uso pelas partes; e

b) A VIASAT fornece equipamentos de banda base terrestre de estação de acesso e serviços de operação de rede necessários para ativar, manter e operar a rede de serviços de conectividade, assim como fornece os equipamentos nas instalações dos clientes TELEBRAS.

13. Portanto, a VIASAT afirma ser a única e exclusiva fornecedora dos serviços de rede terrestre da TELEBRAS, os quais são essenciais para que haja o perfeito funcionamento do SGDC-1.

14. Ainda, tal acordo objetivou atender aos programas de conectividade do Governo Federal Brasileiro, entre eles, o Programa GESAC – Programa Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão, gerido pelo Ministério das Telecomunicações – MCOM, criado em 2002 e ampliado em 2023. O Programa tem por objetivo oferecer acesso à internet para até 56 mil pontos em estabelecimentos localizados em lugares remotos e em situação de vulnerabilidade, incluindo escolas, unidades de saúde, comunidades

quilombolas, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), dentre outros. Assim, há previsão de investimento de mais de R$ 3 bilhões de reais ao longo dos 5 anos de projeto.

15. Isto posto, a VIASAT alega que para dar cumprimento à parceria estratégica com a TELEBRAS, deve manter o compromisso de fornecer equipamentos e instalar acessos para conectar milhões de brasileiros de todos os cantos do país, visando aos seguintes objetivos:

a) Fornecer internet por meio do programa GESAC e outros programas de conectividade do Governo Federal Brasileiro;

b) Colaborar com instaladores, varejistas e lojistas locais;

c) Facilitar o acesso à educação, saúde e comunicação para todas as comunidades, especialmente aquelas fora das grandes cidades.

16. Cabe destacar que, em 21 de fevereiro de 2025, a Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (SE-CAMEX) elaborou a Nota Técnica SEI nº 272/2025/MDIC, na qual se manifestou pelo deferimento da redução da alíquota do II, de 16% para 0%, por 12 meses, para "moduladores/demoduladores", com utilização do Ex-tarifário 009 existente, classificado na NCM 8517.62.55, e para "outros aparelhos transmissores/receptores por satélite", com utilização do Ex-tarifário 001 existente, classificado na NCM 8517.62.65, ambos na lista de exceções LEBIT/BK.

17. Frisa-se que os dois Ex-tarifários citados estão, atualmente, vigentes na lista em anexo à Resolução Gecex nº 323, de 4 de abril de 2022, no âmbito do regime de Ex-tarifários de BK e BIT.

18. A manifestação da SE-CAMEX considerou alguns fatores que merecem destaque, como:

a) a alegação da VIASAT da inexistência de produtos similares disponíveis, o que comprometeria a prestação do serviço de conectividade via satélite no Brasil;

b) os produtos já dispõem de redução do II a 0% pelo Regime de Ex de BK e BIT, mas não está sendo viável a importação e utilização do benefício, por terem sido considerados bens usados, apesar, de serem, na verdade, bens recondicionados. Os citados Ex tarifários foram aceitos pelo Regime de Ex de BK e BIT, mas o art. 2º da Resolução GECEX nº 512/2023 veda a concessão de Ex-tarifários para bens usados e não apresenta um posicionamento sobre bens recondicionados. Já uma Solução de Consulta da RFB considerou tais produtos recondicionados como usados;

c) os produtos são utilizados na oferta de internet banda larga por meio de transmissão e recepção via satélite. Atualmente, são utilizados no âmbito do Acordo entre a VIASAT e a TELEBRAS, que viabiliza a execução dos programas de conectividade do Governo Federal, com ênfase no Programa GESAC, cujo objetivo é fornecer acesso à internet a até 56 mil pontos, com previsão ade investimentos da ordem de R$ 3 bilhões ao longo dos próximos cinco anos.

19. Tendo em vista os argumentos da VIASAT, explanados nos processos SEI nº 19971.002179/2024-66 (público), nº 19971.002180/2024-91 (restrito), nº 19971.002197/2024-48 (público) e nº 19971.002198/2024-92 (restrito), bem como os principais fatores considerados pela SE-CAMEX em sua manifestação pelo deferimento, o DIAM/SDIC traz contrapontos às informações anteriores e novos argumentos em defesa do indeferimento de ambos os pleitos de alteração tarifária em análise.

B. DOS PEDIDOS DE CONCESSÃO DE EX-TARIFÁRIOS NO ÂMBITO DO REGIME DE EX-TARIFÁRIOS DE BK E BIT

20. O regime de Ex-tarifários para BK e BIT, atualmente regulamentado pela Resolução Gecex nº 512, de 16 de agosto de 2023, consiste em ação governamental com o propósito de estimular investimentos destinados à ampliação e reestruturação do setor produtivo nacional de bens e serviços, por meio da redução temporária da alíquota do Imposto de Importação (atualmente, para 0%) de produtos assinalados como BK e BIT na Tarifa Externa Comum - TEC sem produção nacional equivalente.

21. Tendo em vista que os pleitos de alteração tarifária aqui analisados sugerem a aplicação de dois Ex-tarifários de BIT já vigentes na Resolução Gecex nº 323, de 2022, no âmbito do Regime de Ex-tarifários de BK e BIT, cabe esclarecer o contexto dos pedidos de concessão de tais Ex-tarifários.

22. Em 2020, a empresa VIASAT encaminhou pedidos de concessão de Ex-tarifários dos seguintes bens classificados como BIT:

NCM	Descrição
8517.70.10	Equipamentos moduladores/demoduladores compactos de alta velocidade para suportar comunicações de internet de alta velocidade via satélite, modem via satélite "surfbeam" 2+, consiste no dispositivo de terminação de rede para recebimento do serviço de rede de banda larga a ser instalado no usuário final, com roteador sem fio integrado, com velocidades ao usuário: canal de entrega: configurável até 60Mbps e canal de retorno: configurável até 20Mbps, Potência 100 a 240Vca; 50 a 60Hz.
8517.70.10	Equipamentos contendo conjunto integrado de transmissão e recepção de sinais "surfbeam" 2 (etria), buzina de alimentação (pequena antena usada para transmitir ondas entre o transmissor e/ou receptor e o refletor parabólico) e os componentes da guia de onda, juntamente com os circuitos que convertem os sinais de satélite da banda ka de e para os sinais da banda usados para transmissão de cabo entre a antena externa e o modem via satélite, com bandas de frequência de transmissão 28.1 a 30GHz, ajustável em passos de 100MHz com até largura de banda instantânea de 500MHz.

23. Na época, o mecanismo de Ex-tarifários de BK e BIT era regulamentado pelas Portarias ME nº 309, de 24 de junho de 2019, e SEPEC nº 324, de 29 agosto de 2019. Apesar de não constar explicitamente a vedação de concessão de Ex-tarifário para bens usados, a Portaria SEPEC nº 324/2019 estabelecia, em seu art. 3º, que os pleitos de concessão de Ex-tarifário para bens usados receberiam recomendação técnica de **indeferimento**. Observe-se que o citado dispositivo se refere à análise dos pleitos de concessão de Ex-tarifário e não à importação do bem com a redução da tarifa de importação na condição de Ex-tarifário. Então, a legislação anterior vinculava a análise dos pleitos de concessão à proposta de indeferimento para bens usados, o que não era uma medida eficiente, dada a dificuldade da área técnica em verificar a condição dos equipamentos pleiteados. Nesse contexto, uma vez vigente o Ex-tarifário, este poderia ser usado para a importação de bem usado.

24. É possível interpretar que a Portaria SEPEC nº 324/2019 já tinha a intenção de impedir o usufruto do benefício de redução da alíquota do Imposto de Importação (II), na condição de Ex-tarifário, de BK ou BIT usado. Nesse sentido, a Resolução GECEX nº 512/2023 foi assertiva, em seu art. 2º, § 2º, ao afirmar que o benefício da redução do II, por meio de Ex-tarifário, não se aplica a bens usados, transferindo a verificação da condição do equipamento ao órgão aduaneiro competente.

25. Retornando ao histórico dos pedidos de concessão de Ex-tarifário de BIT, esclarece-se que a VIASAT argumentou que os equipamentos foram desenvolvidos especificamente para trabalhar somente com os terminais de banda larga da própria empresa e seriam destinados ao programa GESAC. No entanto, a VIASAT não informou na documentação apresentada em cada um dos dois pedidos que os equipamentos pleiteados eram recondicionados. Inclusive, foi informado à área técnica de que os equipamentos (modem e equipamentos de transmissão/recepção) eram fabricados pela empresa chinesa Jupiter Technology (WuXi) Co.

26. Com isso, a área técnica considerou os equipamentos como novos para a análise dos pleitos, resultando em proposta de deferimento por não ter sido identificada produção nacional equivalente. A proposta foi acatada pelo Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (GECEX/CAMEX), resultando na concessão dos seguintes Ex-tarifários:

NCM	Ex	Descrição	Ato legal
8517.70.10	018	Equipamentos contendo conjunto integrado de transmissão e recepção de sinais "surfbeam" 2 (etria), buzina de alimentação (pequena antena usada para transmitir ondas entre o transmissor e/ou receptor e o refletor parabólico) e os componentes da guia de onda, juntamente com os circuitos que convertem os sinais de satélite da banda ka de e para os sinais da banda usados para transmissão de cabo entre a antena externa e o modem via satélite, com bandas de frequência de transmissão 28.1 a 30GHz, ajustável em passos de 100MHz com até largura de banda instantânea de 500MHz.	Resolução Gecex nº 132/2020.

8517.70.10	020	Equipamentos moduladores/demoduladores compactos de alta velocidade para suportar comunicações de internet de alta velocidade via satélite, modem via satélite "surfbeam" 2+, consiste no dispositivo de terminação de rede para recebimento do serviço de rede de banda larga a ser instalado no usuário final, com roteador sem fio integrado, com velocidades ao usuário: canal de entrega: configurável até 60Mbps e canal de retorno: configurável até 20Mbps, Potência 100 a 240Vca; 50 a 60Hz.	Resolução Gecex nº 132/2020.

27. No ano seguinte, em 2021, esses Ex-tarifários sofreram alteração de NCM na TEC e foram republicados pela Resolução GECEX nº 172/2021 da seguinte forma:

NCM	Ex	Descrição	Ato legal
8517.62.55	009	Equipamentos moduladores/demoduladores compactos de alta velocidade para suportar comunicações de internet de alta velocidade via satélite, modem via satélite "surfbeam" 2+, consiste no dispositivo de terminação de rede para recebimento do serviço de rede de banda larga a ser instalado no usuário final, com roteador sem fio integrado, com velocidades ao usuário: canal de entrega: configurável até 60Mbps e canal de retorno: configurável até 20Mbps, Potência 100 a 240Vca; 50 a 60Hz.	Resolução Gecex nº 172/2021.
8517.62.65	001	Equipamentos contendo conjunto integrado de transmissão e recepção de sinais "surfbeam" 2 (etria), buzina de alimentação (pequena antena usada para transmitir ondas entre o transmissor e/ou receptor e o refletor parabólico) e os componentes da guia de onda, juntamente com os circuitos que convertem os sinais de satélite da banda ka de e para os sinais da banda usados para transmissão de cabo entre a antena externa e o modem via satélite, com bandas de frequência de transmissão 28.1 a 30GHz, ajustável em passos de 100MHz com até largura de banda instantânea de 500MHz.	Resolução Gecex nº 172/2021.

28. Ainda em 2021, a VIASAT solicitou a renovação de vigência dos Ex-tarifários, em que, mais uma vez, não apresentou qualquer informação de que os equipamentos importados eram bens recondicionados.

29. Portanto, na ausência dessa informação, a área técnica da SDIC novamente analisou os pleitos na perspectiva de bens novos e, após o rito administrativo legal, emitiu proposta de deferimento por ausência de identificação de produção nacional equivalente, o que resultou na publicação dos mesmos Ex-tarifários pela Resolução GECEX nº 323/2022, mas agora com vigência até 31/12/2025.

30. O fato é que, se tais pleitos fossem analisados no contexto de bens recondicionados, certamente a análise técnica seria diferente, podendo resultar em proposta de indeferimento, em alinhamento com o art. 3º da Portaria SEPEC nº 324/2019. Ou seja, mesmo à luz do regulamento anterior à Resolução GECEX nº 512/2023, esses Ex-tarifários de interesse da VIASAT provavelmente não seriam concedidos por se tratar de bens recondicionados.

31. A saber, a Resolução GECEX nº 512/2023 estabelece tanto a não aplicação da redução da alíquota do Imposto de Importação (II), na condição de Ex-tarifário, para BK ou BIT usado (art. 2º, § 2º), quanto o indeferimento dos pleitos de concessão de Ex-tarifário para BK ou BIT usado (art. 18, inciso II).

32. Isso quer dizer que, com a característica de bem recondicionado, os equipamentos pleiteados pela empresa VIASAT não se enquadrariam ao regime de Ex-tarifários de BK e BIT, nos moldes da legislação atual, ou até mesmo nos da anterior.

33. Em outra perspectiva, os Ex-tarifários em questão foram concedidos diante das informações apresentadas pela VIASAT na época e após não ter sido identificada produção nacional equivalente, para o usufruto do benefício da redução da tarifa de importação a 0% por ela, assim como por qualquer outra empresa. Tais Ex-tarifários continuam vigentes. Se as condições da VIASAT mudaram e ela não consegue se adequar ao regime de Ex-tarifários de BK e BIT, não cabe à Administração conceder a mesma redução da

tarifa do II por meio de outro mecanismo para se ajustar a essas novas condições de modo a beneficiar a empresa.

C. DO ENTENDIMENTO DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

34. Como já dito recente, a Resolução GECEX nº 512/2023 veda a aplicação da redução do II para BK e BIT com uso de Ex-tarifário vigente (art. 2º, § 2º, inciso II):

> "Art. 2º A redução da alíquota do Imposto de Importação de Bens de Capital, de Informática e de Telecomunicações, bem como de suas partes, peças e componentes, sem produção nacional equivalente, assinalados na Tarifa Externa Comum - TEC como BK ou BIT, poderá ser concedida na condição de Extarifário, em conformidade com os requisitos e procedimentos estabelecidos nesta Resolução.
> § 1º A redução de alíquotas de Imposto de Importação de que trata esta Resolução é concedida aos bens propriamente ditos, e não a requerentes determinados.
> § 2º A redução da alíquota do Imposto de importação prevista no caput não se aplica a:
> I - sistemas integrados;
> II - bens usados;
> III - bens de consumo;
> (...)".

35. Esse dispositivo motivou o entendimento da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio da Solução de Consulta (Cosit) nº 76, de 3 de abril de 2024, de que "*a partir 18 de agosto de 2023, não é mais possível realizar a importação de bens de capital usados, com redução da alíquota do imposto sobre a importação concedida na condição de Ex-tarifário, tendo em vista a determinação expressa constante do art. 2º, § 2º, inciso II, da Resolução Gecex nº 512, de 2023*".

36.

37. Apesar da referida Cosit não fazer referência a bens recondicionados, a RFB, além de reforçar seu entendimento do não enquadramento de bens usados ao regime de Ex-tarifários de BK e BIT, deixa claro o seu posicionamento em equiparar bens recondicionados a bens usados ao interromper o despacho aduaneiro de interesse da VIASAT dos seguintes equipamentos:

a) Transmissor Integrado de Recepção (eTRIA), na condição de recondicionado, com exigência de comprovação de cabimento do Ex-tarifário 001, NCM 8517.62.65; e

b) Modem de Satélite Surfbeam 2+, também no estado de bem recondicionado, com exigência de retificação da Declaração de Importação e recolhimento do II e acréscimos legais, sob a expressa motivação: *"trata-se de importação de mercadorias usadas em que o importador solicita enquadramento em ex-tarifário. Nos termos da Resolução Gecex nº 512, art. 2º, § 2º, de 18ago2023, o ex-tarifário não se aplica a bens usados (...)"*.

38. Essas informações de despacho aduaneiro foram cedidas pela própria VIASAT e constam no processo SEI nº 9971.002198/2024-92, que tem como objeto o pleito de alteração tarifária da alíquota do Imposto de Importação para o bem Transmissor Integrado de Recepção (eTRIA).

39. Depreende-se das informações expostas acima que a RFB entende que:

a) Bens usados não se enquadram ao regime de Ex-tarifários de BK e BIT, não sendo possível a importação de BK ou BIT usado com a redução da alíquota do II na condição de Ex-tarifário, por força do § 2º, do art. 2º, da Resolução GECEX nº 512/2023; e

b) Bens recondicionados são equiparados a bens usados para fins de análise fiscal e despacho aduaneiro.

D. DO PROGRAMA GOVERNO ELETRÔNICO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

40. A VIASAT reforçou, por diversas vezes, em seus dois pleitos de alteração tarifária pela LEBIT/BK, a importância de cunho social da concessão da redução da alíquota do II, de 16% para 0%, por

se tratar de bens destinados a atender o Programa GESAC – Programa Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão.

41. Segundo a empresa, a concessão da redução tarifária do Imposto de Importação para os moduladores Surfbeam 2+ e para os transmissores integrados de recepção (eTRIA) contribuirá para o fornecimento de internet por meio do programa GESAC e outros programas de conectividade do Governo Federal Brasileiro, e para facilitar o acesso à educação, saúde e comunicação para todas as comunidades, especialmente aquelas fora das grandes cidades. A VIASAT alega que tais equipamentos importados pela empresa são importantes para a população brasileira, pois sem eles o serviço de conectividade via satelital fornecido pelo satélite brasileiro SGDC-1 não é capaz de funcionar, desabastecendo, assim, escolas, hospitais, clínicas localizadas e comunidades localizadas em regiões mais vulneráveis do país.

42. Diante desta declaração da VIASAT, representantes da SDIC se reuniram com a TELEBRAS, no dia 14/03/2025, para discutir sobre os pleitos de alteração tarifária de interesse da VIASAT e para entender sobre os impactos nos compromissos assumidos pela empresa com a TELEBRAS no Programa GESAC. Estiveram presentes na reunião, por parte da TELEBRAS, a Gerente de Inclusão Digital, um Especialista em telecomunicações e um Especialista em Gestão de Telecomunicações.

43. Quando questionados se haveria alguma cláusula no contrato de prestação de serviço entre a TELEBRAS e a empresa VIASAT que pudesse ser impactada com a não aprovação do pleito de redução tarifária, a Gerente de Inclusão Digital informou que o valor a ser pago pela TELEBRAS é fixo e definido no contrato, não havendo previsão de aumento de preço. Também informou que a prestação do serviço pela VIASAT não seria prejudicada, pois já estava prevista e descrita no contrato.

44. Portanto, o argumento da VIASAT de que o compromisso assumido com a TELEBRAS no fornecimento dos moduladores Surfbeam 2+ e dos transmissores integrados de recepção (eTRIA), objetos dos pleitos de alteração tarifária analisados nesta Nota Técnica, pudesse ser prejudicado com a não concessão da redução tarifária do Imposto de Importação não se confirma com as declarações da própria TELEBRAS. Com isso, tal argumento não justifica e nem sustenta o deferimento dos dois pleitos à concessão da redução tarifária do Imposto de Importação, constantes dos processos SEI nº 19971.002179/2024-66 (público), nº 19971.002180/2024-91 (restrito), nº 19971.002197/2024-48 (público) e nº 19971.002198/2024-92 (restrito).

E. DOS MECANISMOS DE ALTERAÇÃO TARIFÁRIA PARA BK E BIT

45. As exceções tarifárias aplicadas a Bens de Capital (BK) e Bens de Informática e Telecomunicações (BIT) têm sua base normativa em decisões do MERCOSUL, que permitem aos Estados Partes flexibilizar a Tarifa Externa Comum (TEC) para determinadas categorias de produtos. Especificamente, a Decisão CMC nº 25/2015 e a Decisão CMC nº 08/2021 são as autorizações que fundamentam as reduções tarifárias para BIT e BK, as quais embasam a existência da Lista de Exceções de Bens de Informática e Telecomunicações e Bens de Capital (LEBIT/BK) e do Regime de Ex-tarifários de BK e BIT.

46. A Resolução GECEX nº 272, de 19 de novembro de 2021, altera a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e a TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022), e, em seu art. 8º, apresenta as exceções à TEC:

> *"Art. 8º Serão aplicadas alíquotas excepcionais do Imposto de Importação aos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul e destaques tarifários que constam dos Anexos abaixo listados, que passam a compor a presente Resolução:*
> *I - Anexo III - Regra de tributação para produtos do setor aeronáutico;*
> *II - Anexo IV - Reduções tarifárias por razões de abastecimento ao amparo da Resolução Grupo Mercado Comum do Mercosul nº 49/19;*
> *III - Anexo V - Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum - LETEC;*
> *IV - Anexo VI - **Lista de Exceções de Bens de Informática e Telecomunicações e Bens de Capital - LEBIT/BK**;*
> *V - ~~Anexo VII - Lista de redução temporária das alíquotas do Imposto de Importação tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19. (Redação alterada pela Resolução Gecex nº 318, de 24 de março de 2022)~~ (Fim de vigência em 31 de março de 2024)*
> *VI - Anexo VIII - Concessões tarifárias decorrentes de compromissos na Organização Mundial*

do Comércio;
VII - Anexo IX - Lista de elevação tarifárias por razões de desequilíbrios comerciais derivados da conjuntura econômica internacional;
VIII - Anexo X - Lista de Exceções Temporárias para Produtos Automotivos, no âmbito do Acordo de Complementação Econômica nº 14 (ACE-14), entre Brasil e Argentina".

47. Dos mecanismos de alteração tarifária específicos para Bens de Capital (BK) e Bens de Informática e Telecomunicações (BIT), faz-se pertinente detalhar dois: a Lista de Exceções de Bens de Informática e Telecomunicações e Bens de Capital - LEBIT/BK, cujos pleitos são conduzidos pela CAMEX/MDIC, e a Lista de Ex-tarifários de BK e BIT, cujos pleitos são conduzidos pela SDIC/MDIC.

E.1. A Lista de Exceções de Bens de Informática e Telecomunicações e Bens de Capital - LEBIT/BK

48. A LEBIT/BK é um mecanismo de exceção à TEC para os produtos classificados na NCM como BIT (Decisão CMC nº 25/2015) ou BK (Decisão CMC nº 08/2021). Com a Decisão CMC nº 08/2021, e a devida prorrogação da dispensa do cumprimento de exigências contratuais em empréstimos internacionais (*waiver*), a Lista de Exceções de BIT e BK foi prorrogada até 31 de dezembro de 2028.

49. Os pleitos de inclusão, alteração ou exclusão de um produto na LEBIT/BK são recebidos e analisados na SE-CAMEX, e discutidos no Comitê de Alterações Tarifárias (CAT) para posterior deliberação pelo Comitê Executivo de Gestão da CAMEX (GECEX). Caso haja deliberação favorável por este colegiado, a medida é publicada em Resolução do GECEX.

50. Segundo o portal da CAMEX, no site do MDIC, alguns elementos são importantes para compor os pleitos no âmbito da LEBIT/BK, visando ajudar nas análises e deliberações, quais sejam:

a) Impactos econômicos esperados com a alteração de alíquota proposta;

b) Cenário atual de produção e competitividade do produto com o atual nível de proteção e alterações esperadas com o novo nível proposto; e

c) Impactos sobre a estrutura tarifária do elo produtivo no qual o produto está inserido.

E.2. O Regime de Ex-tarifários de BK e BIT

51. O mecanismo de Ex-tarifários de BK e BIT, atualmente regulamentado pela Resolução GECEX nº 512, de 2023, consiste na redução temporária da alíquota do Imposto de Importação (atualmente, para 0%) de produtos assinalados como BK e BIT na TEC sem produção nacional equivalente e na condição de Ex-tarifário.

52. As Resoluções GECEX nº 322 e 323, ambas de 4 de abril de 2022, consolidam as Listas de Ex-tarifários de BK e de BIT vigentes, respectivamente. Apesar da Decisão CMC nº 08/2021 ter prorrogado a Lista de Exceções de BIT e BK até 31 de dezembro de 2028, o governo brasileiro estabeleceu o prazo de vigência da Lista até 31 de dezembro de 2025, de forma a estabelecer um período de transição entre 2025 e 2028.

53. Nesse contexto, cabe à Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços - SDIC a análise dos pleitos de concessão, alteração, renovação e revogação de Ex-tarifários de BK e BIT.

54. Em agosto deste ano, foi instituído o Comitê Técnico de Análise de Ex-tarifários – CTEx que discute os pleitos de Ex-tarifários de BK e BIT analisados e emite recomendações quanto a concessão, alteração, renovação e revogação de tais pleitos para a deliberação do GECEX quanto ao deferimento. Caso haja deliberação favorável por este colegiado, a medida é publicada em Resolução do GECEX.

55. Se deve frisar que há elementos importantes, alguns até mesmo obrigatórios, a serem observados no regime de Ex-tarifários de BK e BIT:

a) Projeto de investimento apresentado pela pleiteante em que deve constar a função do equipamento na linha de produção; a essencialidade ou ganhos de produtividade com o uso do equipamento;

tecnologias inovadoras do produto importado ou melhorias no produto final e outras informações que justifiquem a criação da exceção (Ex-tarifário);

b) Existência de capacidade de produção nacional equivalente, a qual pode ser apurada, principalmente, por apresentação dos pleitos em consulta pública para manifestação da indústria nacional;

c) Investimentos em andamento para a produção nacional de bens equivalentes; e

d) Políticas públicas e medidas específicas destinadas a promover o desenvolvimento industrial.

E.3. Indicação de adequação do mecanismo de redução tarifária para os pleitos em análise

56. Por fim, importa analisar a adequação dos pleitos em análise apresentados pela empresa VIASAT BRASIL SERVICOS DE COMUNICACOES LTDA para redução da alíquota do Imposto de Importação, de 16% para 0%, com proposta de Ex-tarifário, ao instrumento pleiteado.

57. Em uma análise entre os dois mecanismos de alteração tarifária detalhados, é possível identificar que o Regime de Ex-tarifários de BK e BIT é o mais adequado para apresentação dos pleitos da VIASAT. Isso porque é um instrumento estruturado para beneficiar os investimentos no país com a redução da alíquota do II (a 0%), por meio de Ex-tarifário, considerando pilares importantes, como:

a) Apuração de existência de produção nacional, essencial para a análise de concessão de redução da tarifa de importação a 0%, de modo a evitar prejuízo à produtora nacional e a possíveis investimentos em andamento para produção de bem equivalente.

b) Vedação de aplicação do regime a sistemas integrados, a bens usados, a bens de consumo e a autopeças sem produção nacional.

58. É certo que os pleitos de alteração tarifária analisados no âmbito da LEBIT/BK também são apresentados em consulta pública, mas a existência de produção nacional não é determinante para a análise dos pleitos. Além disso, não faria sentido termos dois mecanismos em que um se sobrepõe ao outro.

59. Diante disso, entende-se que a LEBIT/BK não é o mecanismo mais assertivo para concessão da redução da alíquota do Imposto de Importação a 0% para produtos assinalados como BK e BIT sem produção nacional, **na condição de Ex-tarifário,** mas sim o Regime de Ex-tarifários de BK e BIT, devendo ser considerado a aplicação adequada dos mecanismos de alteração tarifária.

CONCLUSÃO

60. Por todo o exposto, e levando-se em consideração que:

a) A concessão dos Ex-tarifários 009, da NCM 8517.62.55, e 001, da NCM 8517.62.65, no âmbito do regime de Ex-tarifários de BK e BIT, cuja pleiteante original foi a própria VIASAT, ter sido efetivada com base em análise técnica sobre informações para importação de equipamentos novos;

b) Tanto as Portarias ME nº 309/2019 e SEPEC nº 324/2019, quanto a Resolução Gecex nº 512/2023, são normativos com dispositivos contrários à concessão de Ex-tarifários para produtos usados;

c) A RFB equiparou os equipamentos recondicionados da VIASAT a equipamentos usados, tendo impedido a sua importação com uso dos Ex-tarifários 009, da NCM 8517.62.55, e 001, da NCM 8517.62.65, no âmbito do regime de Ex-tarifários de BK e BIT;

d) A não concessão da redução da alíquota do II, de 16% para 0%, no contexto da LEBIT/BK, não afetará o cumprimento dos compromissos assumidos pela VIASAT junto à TELEBRAS, em que se inclui o Programa GESAC; e

e) A indicação de melhor uso dos mecanismos de alteração tarifária, com o entendimento de que o regime de Ex-tarifários de BK e BIT é o mais adequado para a análise de pleitos para concessão de Ex-tarifários de BK ou BIT com o benefício de redução tarifária do II para 0%,

Este Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Alta-Média Complexidade Tecnológica (DIAM/SDIC/MDIC) manifesta-se pelo **INDEFERIMENTO** dos dois pleitos da empresa VIASAT Brasil Serviços de Comunicações Ltda., mantendo-se a atual tarifa do Imposto de Importação de 16%.

RECOMENDAÇÃO

61. Por oportuno, uma vez acatada a manifestação acima, propõe-se o envio da presente Nota Técnica para a Secretaria-Executiva da CAMEX com vistas à avaliação pelos membros do Comitê de Alterações Tarifárias (CAT).

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

ALESSANDRA MADEIRA DE BIASE MARTINS

Coordenadora-Geral de Regimes para Bens de Capital

De acordo. Encaminha-se ao Gabinete da SDIC.

Documento assinado eletronicamente

MARGARETE MARIA GANDINI

Diretora do Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Alta-Média Complexidade Tecnológica

De acordo. Encaminha-se à SE/CAMEX.

Documento assinado eletronicamente

UALLACE MOREIRA LIMA

Secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços

---

Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Madeira de Biase Martins**, **Coordenador(a)-Geral**, em 13/06/2025, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

Documento assinado eletronicamente por **Margarete Maria Gandini**, **Diretor(a)**, em 13/06/2025, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Uallace Moreira Lima**, **Secretário(a)**, em 13/06/2025, às 19:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **51464964** e o código CRC **8D40E36D**.

Nota Técnica SEI nº 933/2025/MDIC

Assunto: **Martelos com motor elétrico incorporado. NCM 8467.29.93 – Pleito de inclusão. Lista de Exceções para Bens de Informática e Telecomunicações ou Bens de Capital (LEBIT/BK). Redução temporária da alíquota do Imposto de Importação de 11,2% para 0%. Processo SEI nº 19971.002308/2024-16 (Público) e 19971.002309/2024-61 (Restrito).**

I - DO PLEITO

1. A presente Nota Técnica tem como objetivo analisar pleito de redução tarifária temporária protocolado pela empresa Hilti do Brasil Comercial Ltda - "Hilti" – em 23 de dezembro de 2024, para o produto "Martelos com motor elétrico incorporado" com criação de Ex-tarifário, classificado no código da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM 8467.29.93, que visa à redução da alíquota do Imposto de Importação do referido produto no âmbito da Lista de Exceções para Bens de Informática e Telecomunicações ou Bens de Capital (LEBIT/BK), o qual apresenta as seguintes características:

a) Alíquota pretendida: 0%;

b) Período de vigência da medida: 12 meses;

c) Quota a ser importada durante o período de vigência: -;

d) Cronograma de importações: não informado;

e) Justificativa da necessidade de aplicação da medida:

2. Em resumo, a pleiteante relatou que a realização de obras envolve etapas de demolição, seja no início ou ao longo de sua execução, com a necessidade de remover estruturas existentes ou corrigir falhas no projeto. Essas intervenções podem ser feitas manualmente ou por meio de equipamentos, sendo que a demolição manual tende a demandar mais tempo e mão de obra qualificada, o que acaba elevando os custos operacionais.

3. Adicionalmente, informou que, com o objetivo de reduzir o tempo de execução e otimizar recursos, é prática comum o uso de martelos demolidores elétricos, que variam em peso e aplicação. Modelos mais leves, entre 5kg e 10kg, são adequados para tarefas simples, enquanto os de 30kg são utilizados em operações intensivas, apesar de suas limitações quanto ao porte. O equipamento em análise se

destaca justamente por entregar uma performance similar à dos modelos mais robustos, mas com menor peso e tamanho compacto. Isso permite que seja operado por trabalhadores generalistas, dispensando a contratação de especialistas e, assim, contribuindo para a contenção de custos e cumprimento dos prazos de obra.

4. Outro diferencial elencado, foi a presença do sistema de redução ativa de vibração (AVR), que melhora as condições de trabalho, oferecendo mais segurança e conforto ao operador, o que possibilita um uso mais prolongado e produtivo. Essa inovação, segundo a pleiteante, geraria benefícios para empresas, profissionais, contratantes e até para a sociedade. Por fim, destacou que não há fabricação nacional de equipamentos com essas características.

f) Produção nacional: A pleiteante informou que não existe produção nacional do produto objeto do pleito.

g) Consumo nacional e regional: A pleiteante informou dados do Comex Stat da NCM 8467.29.93 e informou que não tem acesso aos dados específicos do Ex-tarifário em análise.

h) Investimentos da indústria doméstica já feitos ou previstos e empregos gerados na linha de produção de produtos que utilizam o produto objeto do pleito como insumo: A pleiteante não apresentou informações investimentos.

i) Eventuais práticas sustentáveis que a peticionária tiver indicado no processo: a pleiteante não apresentou informações sobre práticas sustentáveis.

5. Os dados básicos do pleito encontram-se referenciados no quadro abaixo.

Quadro 1 - Resumo do pleito

Processo SEI	Descrição do Ex	NCM	Redução de II	Quota (unidades)	Prazo

19971.002308/2024-16 (Público) e 19971.002309/2024-61 (Restrito)	Martelos demolidores de uso manual, com dimensões de 731 x 574 x 146 mm, incorporado com motor elétrico SR de potência nominal de entrada de 2100 W, sistema de redução ativa de vibração (RAV) e sistema de remoção de pó TE DRS-B, peso sem bateria menor que 15 kg, energia de impacto único de 35 J, frequência de funcionamento completo de 1800 impactos/min., desempenho de cinzelamento máximo de 14.200 cm³/min e vibração triaxial para cinzelamento em concreto de 3.9 m/s², com cabo de alimentação removível	8467.29.93	De 11,2% para 0%	3.000	12 meses

II - DO PRODUTO

6. No que diz respeito ao produto, as seguintes informações foram aportadas pela empresa pleiteante:

a) Nome Comercial ou Marca: Martelo demolidor elétrico TE 2000-AVR.

b) Nome Técnico ou Científico: Martelo demolidor elétrico.

c) Código NCM e Descrição: NCM 8467.29.93 – Martelos com motor elétrico incorporado.

d) Descrição Específica (Ex-tarifário): Martelos demolidores de uso manual, com dimensões de 731 x 574 x 146 mm, incorporado com motor elétrico SR de potência nominal de entrada de 2100 W, sistema de redução ativa de vibração (RAV) e sistema de remoção de pó TE DRS-B, peso sem bateria menor que 15 kg, energia de impacto único de 35 J, frequência de funcionamento completo de 1800 impactos/min., desempenho de cinzelamento máximo de 14.200 cm³/min e vibração triaxial para cinzelamento em concreto de 3.9 m/s², com cabo de alimentação removível.

e) Informação Geral sobre o Produto Objeto do Pleito:

Função principal e forma de uso: Segundo a pleiteante, o produto é utilizado em construções civis, sendo indicado para trabalhos pesados, como demolição, remoção de materiais excedentes em processos de construção e perfuração de superfícies duras.

f) Alíquota TEC: 12,6%BK

g) Alíquota LEBIT/BK: não se aplica. De acordo com a Resolução Gecex nº 732, de 20 de maio de 2025, a NCM em análise foi excluída dos Anexos II e VI da Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, ocorrendo a recomposição da TEC.

h) Outras informações relevantes: segundo a pleiteante, o produto não é um insumo, mas tão somente um BK utilizado na construção civil como parte do processo construtivo.

III - DA PUBLICIDADE DO PLEITO E DAS MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS

7. Registra-se que, conforme o disposto no Art. 5º, inciso II, do Decreto nº 10.242, de 2020, a Subsecretaria de Articulação em Temas Comerciais (STRAT) da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (SE-CAMEX) dá ampla publicidade quanto ao recebimento e ao estágio de processamento dos pleitos de alterações tarifárias recebidos, por meio da disponibilização destes em seu endereço eletrônico. Com isso, faculta-se a quaisquer interessados a possibilidade de manifestação nos autos do processo.

8. No caso do pleito em análise, **não foram recebidas manifestações de apoio ou de oposição** à solicitação de redução do Imposto de Importação do produto objeto do pleito.

IV - DA ANÁLISE

9. A análise apresentada a seguir, se baseia em dados do comércio exterior extraídos do Comex Stat, abrangendo informações sobre importações, exportações e importações e a origem das importações. Isso proporciona uma visão geral da evolução desses indicadores, considerando a totalidade do código NCM analisado.

10. Cumpre ressaltar a impossibilidade de obter dados estatísticos exclusivamente para o produto objeto do pleito, uma vez que se trata de Ex-tarifário que representam apenas parte dos produtos classificados nos códigos NCM 8467.29.93.

Das Importações

11. O quadro abaixo apresenta dados do Comex Stat que mostram a evolução das importações referentes ao código NCM 8467.29.93, em valor (US$ FOB) e em quantidade (Kg), no período de 2021 a 2024 (jan-dez) e 2025 (jan-mai), bem como a evolução do preço médio dessas importações.

Quadro 2 - Importações - NCM 8467.29.93

Ano	Importações (US$ FOB)	Δ Importações (US$ FOB) (%)	Importações (Kg)	Δ Importações (Kg) (%)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Δ Preço médio (US$ FOB/Kg) (%)
2021	22.702.906	-	2.373.598	-	9,56	-

2022	25.747.595	13,4%	2.229.165	-6,1%	11,55	20,8%
2023	25.905.344	0,6%	2.120.678	-4,9%	12,22	5,8%
2024	39.315.387	51,8%	4.250.830	100,4%	9,25	-24,3%
2025	13.939.965	-	1.991.162	-	7,00	-

Elaboração: STRAT. Fonte: Comex Stat

12. No que se refere às importações do produto objeto do pleito, em 2024, observou-se um aumento no valor total das importações em relação à média dos anos anteriores. O valor importado em 2024 foi de US$ 39,3 milhões, enquanto a média de 2021 a 2023 foi de US$ 27,8 milhões, representando um incremento de 58,6%.

13. Em relação à quantidade importada, também registrou um aumento. Em 2024, foram importadas 4.250,8 toneladas, em comparação à média de 2.241,1 toneladas dos anos anteriores, indicando um incremento de 89,7%.

14. Paralelamente, observou-se uma elevação nos preços. A média de preços entre 2021 e 2023 foi de US$ 11,11/kg, enquanto, em 2024, esse valor aumentou para US$ 9,25/kg, representando uma redução de 3,6%.

Das Exportações

15. O quadro a seguir apresenta a evolução das exportações de produtos classificados no código NCM 8467.29.93, em valor e em quantidade, nos períodos de 2021 a 2024 (jan-dez) e 2025 (jan-mai), bem como a evolução do preço médio dessas exportações.

Quadro 3 - Exportações - NCM 8467.29.93

Ano	Exportações (US$ FOB)	Δ Exportações (US$ FOB) (%)	Exportações (Kg)	Δ Exportações (Kg) (%)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Δ Preço médio (US$ FOB/Kg) (%)
2021	6.330.201	65,6%	356.887	60%	17,74	3,4%
2022	7.728.416	22,1%	442.460	24%	17,47	-1,5%
2023	7.010.958	-9,3%	331.604	-25%	21,14	21,0%
2024	8.130.552	16,0%	417.903	26%	19,46	-8,0%
2025	3.330.727	-	164.670	-	20,23	-

Elaboração: STRAT. Fonte: Comex Stat

16. No que se refere às exportações, observa-se que, entre 2021 e 2024, houve um aumento de 28,4% no valor exportado, passando de US$ 6,3 milhões para US$ 8,1 milhões.

17. Em relação à quantidade exportada, houve um aumento de 17,1% entre 2021 e 2024, passando de 356,9 toneladas para 417,9 toneladas.

18. Por oportuno, destaca-se que, de 2021 a 2024, observou-se um aumento do preço médio. Em 2021, o preço médio era de US$ 17,74/Kg, enquanto em 2024 foi de US$ 19,46/kg, representando um aumento de 9,7%.

19. Por último, é importante destacar que o saldo do comércio exterior para a NCM 8467.29.93 foi negativo no período analisado, o que resultou em déficit na balança comercial de US$ 84.471.105,00 entre os anos de 2021 e 2024.

Das Políticas Comerciais que afetam as Importações

20. No que tange às origens das importações brasileiras de produtos classificados sob o código NCM 8467.29.93, destaca-se a China como o principal fornecedor, com uma contribuição de 89,3% da quantidade total importada no ano de 2024. Em sequência, aparecem: Alemanha (4,2%) e Japão (2,5%), além de outras nações (4,1%).

Quadro 4 - Importações por origem em 2024 - NCM 8467.29.93

Países	Valor US$ FOB	Quantidade (Kg)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Participação/Total (%)	Preferência Tarifária (%)
China	26.713.073	3.797.605	7,03	89,3	0%
Alemanha	3.909.693	177.184	22,07	4,2	0%
Japão	1.772.210	104.038	7,03	2,5	0%
Outros	6.920.411	172.003	40,23	4,1	0%
Total	39.315.387	4.250.830	9,25	100	

Elaboração: STRAT. Fonte: Comex Stat

21. Observa-se, que 100,0% das importações brasileiras de produtos classificados no código NCM 8467.29.93 registradas em 2024 não gozaram de preferências tarifárias, devido à inexistência de acordos comerciais que regulem a matéria com os fornecedores relevantes dos produtos pertencentes ao código. Observa-se, também, que o preço FOB do produto importado da China e Japão é inferior ao preço das demais origens.

22. Ressalta-se, ainda, que o produto objeto do pleito não está submetido a medida de defesa comercial em vigor no Brasil e não é objeto de investigação de defesa comercial.

Do Regime de Ex de BK e BIT

23. Importante destacar que a NCM em questão possui 27 Ex-Tarifários vigentes, pelo Regime de Ex de BK e BIT (Resolução Gecex 512/2023), com base nas Resoluções Gecex nºs 406, 415, 442, de 2022, 533, 543, de 2023 e 608 de 2024. A Resolução Gecex 512/2023 é norma especial que regula as concessões de redução tarifária para BIT/BK na condição de Ex-tarifários a qual deve ser observada.

Dos Preços das Importações

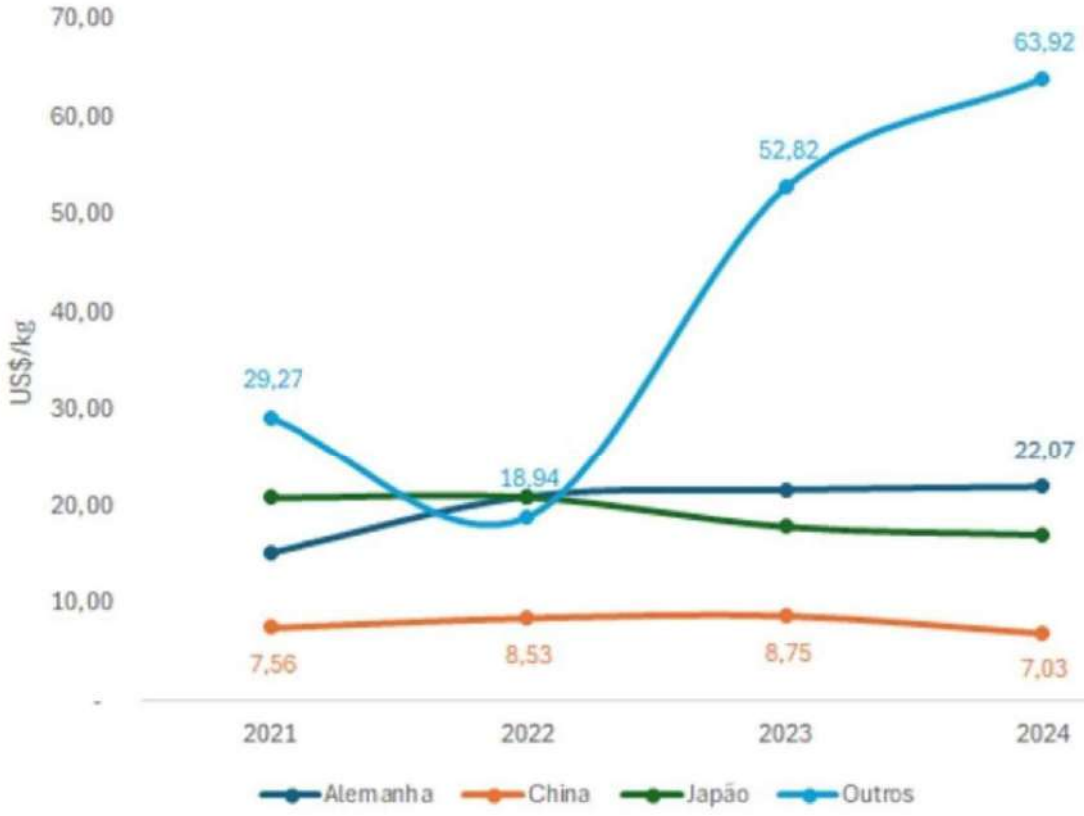
24. No que se refere aos preços praticados pelos países importadores, observa-se que, entre 2021 e 2024 os preços praticados pela China, principal país importador, foi significativamente inferior aos demais países. Em 2024, em comparação com a Alemanha, segundo maior importador, cujo preço foi de US$ 22,07/kg o preço na China é aproximadamente 2,1 vezes menor. Já em relação aos demais países, onde o produto custou 63,92 US$/kg, o preço chinês é cerca de 8,1 vezes menor.

Quadro 5 – Evolução dos preços das importações por país de origem NCM 8467.29.93

País	2021	2022	2023	2024
Alemanha	15,10	25,05	21,75	22,07
China	7,56	8,53	8,75	7,03
Japão	20,92	20,97	17,89	17,03
Outros	29,27	18,94	52,82	63,92

Elaboração: STRAT. Fonte: Comex Stat

Gráfico 1 – Evolução dos preços das importações por país de origem NCM 8467.29.93



Elaboração: STRAT. Fonte: Comex Stat

Do Escalonamento Tarifário

25. Recorda-se que, em geral, a estrutura da Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC) é progressiva, de forma que as tarifas de importação tendem a ser proporcionais ao grau de transformação dos produtos. Nesse sentido, produtos

industrializados e com maior grau de transformação contam, em geral, com tarifas de importação mais elevadas do que as tarifas de bens primários e insumos básicos.

26. No caso em questão, a alíquota do Imposto de Importação aplicada para o produto objeto do pleito é de 11,2%, e, segundo a pleiteante, não é se trata de um insumo, e sim, um Bem de Capital, de forma que não se verifica impacto no escalonamento tarifário.

Do Impacto Econômico

27. Inicialmente, destaca-se que, conforme especificação técnica apresentada no pleito, o produto objeto do pleito tem peso de 14,5 kg. Sendo assim, a quota solicitada de 3.000 unidades, tem peso de 43.500 quilos. Este valor é inferior ao volume total de importações da NCM correspondente (4.250.830 quilos) em 2024.

28. Assim, considerando a quota solicitada para um período de 365 dias, estima-se que o impacto econômico nominal estimado da medida seja de **[CONFIDENCIAL]** [redacted], valor inferior ao montante de US$ 1.000.000,00, referência utilizada nas análises de pleitos redução temporária de II, conforme indicado no quadro abaixo.

Quadro 6 - Impacto Econômico [CONFIDENCIAL]

Economia no Custo de Internação (US$/unidade)	[redacted]
Quota considerada (365 dias) em unidades	3.000
Impacto econômico nominal (US$)	[redacted]

Elaboração: STRAT. Fonte: Pleiteante

V - DA CONCLUSÃO

29. Diante do exposto na presente Nota Técnica, e considerando que:

a) A pleiteante solicitou a redução da alíquota do Imposto de Importação referente a um Ex tarifário de BK, classificado sob a NCM 8467.29.93, de 11,2% para 0%, pelo período de 12 meses, com a justificativa apresentada de promover maior eficiência na construção civil, por meio da redução de custo do BK em apreço, que configura redução do tempo de execução e da otimização de recursos na construção civil;

b) O produto em questão é utilizado, portanto, em construções civis, sendo indicado para atividades como demolição, remoção de materiais excedentes em processos de construção e perfuração de superfícies rígidas;

c) Não foram registradas manifestações, seja em apoio ou em oposição à solicitação;

d) Em 2024, a **China se destacou como o principal fornecedor desses produtos, representando por 89,3% do valor total importado**. No comparativo de preços entre 2021 e 2024, os produtos chineses apresentaram valores significativamente inferiores aos praticados pela maioria dos demais fornecedores.

e) O impacto econômico nominal estimado da medida seria **inferior** a US$ 1.000.000, valor considerado como referência nas análises de pleitos de Ex-tarifários;

f) Atualmente, há 27 Ex-tarifários vigentes para essa NCM concedidos no âmbito da Resolução Gecex 512/2023, todos com validade até 31 de dezembro de 2025, a norma aplicável no caso de pleitos de redução temporária do Imposto de

Importação incidente sobre Bens de Informática e Telecomunicações e Bens de Capital (BIT/BK) na condição de Ex-Tarifário;

g) A Resolução Gecex 512/2023 é norma especial que regula as concessões de redução tarifária para BIT/BK na condição de Ex-tarifários a qual deve ser observada;

esta SE-CAMEX manifesta-se pelo

INDEFERIMENTO do pleito de redução tarifária da alíquota do Imposto de Importação, de 11,2% para 0%, do produto **"Martelos demolidores de uso manual, com dimensões de 731 x 574 x 146 mm, incorporado com motor elétrico SR de potência nominal de entrada de 2100 W, sistema de redução ativa de vibração (RAV) e sistema de remoção de pó TE DRS-B, peso sem bateria menor que 15 kg, energia de impacto único de 35 J, frequência de funcionamento completo de 1800 impactos/min., desempenho de cinzelamento máximo de 14.200 cm³/min e vibração triaxial para cinzelamento em concreto de 3.9 m/s², com cabo de alimentação removível"**, classificado no código NCM 8467.29.93, com criação de Ex-tarifário ao BK solicitado.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

PEDRO VICENTE DA SILVA NETO

Chefe de Divisão

De acordo. Encaminhe-se à Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais.

Documento assinado eletronicamente

CAROLINE LEITE NASCIMENTO

Coordenadora-Geral de Temas Tarifários

De acordo. Encaminhe-se ao Comitê de Alterações Tarifárias.

Documento assinado eletronicamente

HELOÍSA PEREIRA

Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais

Documento assinado eletronicamente

RODRIGO ZERBONE LOUREIRO

Secretário-Executivo da SE-CAMEX

Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Pereira Chikusa**, **Subsecretário(a)**, em 16/06/2025, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Leite Nascimento**, **Coordenador(a)-Geral**, em 16/06/2025, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Zerbone Loureiro**, **Secretário(a) Executivo(a)**, em 23/06/2025, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Pedro Vicente da Silva Neto**, **Chefe(a) de Divisão**, em 23/06/2025, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

Referência: Processo nº 19971.000462/2025-34. SEI nº 50656665

Nota Técnica SEI nº 934/2025/MDIC

Assunto: **Aparelhos para comutação de pacotes de dados (switches). NCM 8517.62.34 – Pleito de inclusão. Lista de Exceções para Bens de Informática e Telecomunicações ou Bens de Capital (LEBIT/BK). Redução temporária da alíquota do Imposto de Importação de 16% para 0%. Processos SEI nº 19971.000021/2025-32 (Público) e 19971.000022/2025-87 (Restrito); e 19971.000019/2025-63 (Público) e 19971.000020/2025-98 (Restrito).**

I - DO PLEITO

1. A presente Nota Técnica tem como objetivo analisar dois pleitos de redução tarifária temporária protocolados pela empresa Promonlogicalis Tecnologia e Participações Ltda em 8 de janeiro de 2025, com criação de dois Ex-tarifários, quer sejam:

> "*Comutadores modulares comercializados através de chassi para rede de armazenamento de dados (SAN) para utilização em datacenters com quantidade mínima de 48 portas, capacidade de comutação igual ou maior que 11,5 Tbps, com circuitos integrados específicos para aplicação (ASIC) incluídos para tratamento do protocolo Fibre Channel (FC) ou Fibre Channel over Ethernet (FCoE), que suporte a funcionalidade de prevenção à propagação de congestionamento causado por problemas de desempenho ou drenagem lenta da SAN*"
> e
> "*Comutadores para rede de armazenamento de dados (SAN) para utilização em datacenters com quantidade mínima de 32 portas, capacidade de comutação igual ou maior que 1 Tbps, com circuitos integrados específicos para aplicação (ASIC) incluídos para tratamento do protocolo Fibre Channel (FC) ou Fibre Channel over Ethernet (FCoE), que suporte a funcionalidade de prevenção à propagação de congestionamento causado por problemas de desempenho ou drenagem lenta da SAN*" para os produto "Aparelhos para comutação de pacotes de dados (switches)"

2. Tais bens são classificados no código da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM 8517.62.34 (BIT), e os pleitos visam a redução da alíquota do Imposto de Importação dos referidos produtos no âmbito da Lista de Exceções para Bens de Informática e Telecomunicações ou Bens de Capital (LEBIT/BK), e apresentam as seguintes características:

a) Alíquota pretendida: 0%;

b) Período de vigência da medida: 24 meses;

c) Quota a ser importada durante o período de vigência: 250 e 300 unidades, respectivamente;

d) Cronograma de importações: não informado;

e) Justificativa da necessidade de aplicação da medida: Para ambos, a pleiteante destacou que a proposta trará benefícios para empresas de tecnologia e seus respectivos clientes em todo o país. A medida teria potencial para gerar ganhos operacionais em larga escala, impactando positivamente o setor.

Ademais, foi ressaltado que empresas que operam com redes de armazenamento de dados de baixa latência apresentam uma demanda expressiva por esse tipo de solução. A implementação dessa proposta contribuiria para o alto desempenho dessas redes, possibilitando um aumento no volume de transações realizadas em menor tempo, além de favorecer a otimização de processos críticos, como emissão de notas fiscais, operações bancárias, realização de pedidos e gestão de dados.

f) Produção nacional: A pleiteante informou que não existe produção nacional do produto objeto do pleito.

g) Consumo nacional e regional: A pleiteante informou que **[CONFIDENCIAL]** [redacted]

h) Investimentos da indústria doméstica já feitos ou previstos e empregos gerados na linha de produção de produtos que utilizam o produto objeto do pleito como insumo: A pleiteante não apresentou informações investimentos.

i) Eventuais práticas sustentáveis que a peticionária tiver indicado no processo: a pleiteante não apresentou informações sobre práticas sustentáveis.

3. Os dados básicos do pleito encontram-se referenciados no quadro abaixo.

Quadro 1 - Resumo dos pleitos

Processo SEI	Descrição do Ex	NCM	Redução de II	Quota (unidades)	Prazo
19971.000021/2025-32 (Público) e 19971.000022/2025-87 (Restrito)	Comutadores modulares comercializados através de chassi para rede de armazenamento de dados (SAN) para utilização em datacenters com quantidade mínima de 48 portas, capacidade de comutação igual ou maior que 11,5 Tbps, com circuitos integrados específicos para aplicação (ASIC) incluídos para tratamento do protocolo Fibre Channel (FC) ou Fibre Channel over Ethernet (FCoE), que suporte a funcionalidade de prevenção à propagação de congestionamento causado por problemas de desempenho ou drenagem lenta da SAN	8517.62.34	De 16% para 0%	250	24 meses

19971.000019/2025-63 (Público) e 19971.000020/2025-98 (Restrito)	Comutadores para rede de armazenamento de dados (SAN) para utilização em datacenters com quantidade mínima de 32 portas, capacidade de comutação igual ou maior que 1 Tbps, com circuitos integrados específicos para aplicação (ASIC) incluídos para tratamento do protocolo Fibre Channel (FC) ou Fibre Channel over Ethernet (FCoE), que suporte a funcionalidade de prevenção à propagação de congestionamento causado por problemas de desempenho ou drenagem lenta da SAN			300	

II - DOS PRODUTOS

4. No que diz respeito ao produto, as seguintes informações foram aportadas pela empresa pleiteante:

a) Códigos NCM e Descrição: NCM 8517.62.34 – Aparelhos para comutação de pacotes de dados (switches)

b) Função principal e forma de uso: Em resumo, segundo a pleiteante, ambos os produtos possuem tem como função principal realizar a comutação de pacotes dos protocolos Fibre Channel (FC) e Fibre Channel over Ethernet (FCoE), atuando como um elo central de conexão em redes SAN. Sua finalidade é permitir a comunicação entre servidores e dispositivos de armazenamento, conectando iniciadores (Initiators) e alvos (Targets). O funcionamento se baseia na conversão de sinais ópticos em elétricos e vice-versa, utilizando codificações específicas para transformar variações de luz em sequências de bits, que são então transmitidos por redes dedicadas ao tráfego de dados entre os dispositivos.

c) Alíquota na TEC: 16%

d) Alíquota LEBIT/BK: não se aplica. De acordo com a Resolução Gecex nº 732, de 20 de maio de 2025, a NCM em análise foi excluída dos Anexos II e VI da Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, cujo alíquota havia sido 12,8% até maio de 2025, retornando ao patamar TEC de 16%.

e) Outras informações relevantes: segundo a pleiteante, os produtos não são insumos. Além disso, informou que **[CONFIDENCIAL]** [redacted]

- **Ex Switch MDS 9706**

a) Nome Comercial ou Marca: Switch MDS 9706 Multilayer Director.

b) Nome Técnico ou Científico: Switch MDS 9706 Multilayer Director.

c) Descrição Específica (Ex-tarifário): Comutadores modulares comercializados através de chassi para rede de armazenamento de dados (SAN) para utilização em datacenters com quantidade mínima de 48 portas, capacidade de comutação igual ou maior que 11,5 Tbps, com circuitos integrados específicos para aplicação (ASIC) incluídos para tratamento do protocolo Fibre Channel (FC) ou Fibre Channel over Ethernet (FCoE), que suporte a funcionalidade de prevenção à propagação de congestionamento causado por problemas de desempenho ou drenagem lenta da SAN.

d) Principais características: Em resumo, o Switch MDS 9706, oferece um custo total de propriedade (TCo) reduzido por meio da consolidação de infraestruturas SAN. Conta com recursos de análise de SAN totalmente integrados e permite uma expansão escalável, assegurando a continuidade dos

investimentos realizados. Proporciona alta disponibilidade em nível corporativo e viabiliza a transformação digital com a adoção da nuvem empresarial. Além disso, integra-se à tecnologia FCoE multihop, promovendo a convergência de redes. Por fim, apresenta uma abordagem abrangente de segurança robusta e está preparada para atender às demandas futuras, protegendo o investimento a longo prazo.

- **Ex Switch MDS 9132T**

a) Nome Comercial ou Marca: Switch Fibre Channel Cisco MDS 9132T de 32 Gbps.

b) Nome Técnico ou Científico: Switch Fibre Channel 32.

c) Códigos NCM e Descrição: NCM 8517.62.34 – Aparelhos para comutação de pacotes de dados (switches).

d) Descrição Específica (Ex-tarifário): Comutadores para rede de armazenamento de dados (SAN) para utilização em datacenters com quantidade mínima de 32 portas, capacidade de comutação igual ou maior que 1 Tbps, com circuitos integrados específicos para aplicação (ASIC) incluídos para tratamento do protocolo Fibre Channel (FC) ou Fibre Channel over Ethernet (FCoE), que suporte a funcionalidade de prevenção à propagação de congestionamento causado por problemas de desempenho ou drenagem lenta da SAN.

e) Principais características: Em resumo, o Switch MDS 9132T de 32 Gbps e 32 portas, oferece alto desempenho e contribui para a redução de despesas de capital. Assegura alta disponibilidade e permite um modelo de pagamento escalável, de acordo com o crescimento da demanda. Incorpora um ASIC de última geração, oferece serviços de rede inteligentes e dispõe de recursos avançados de diagnóstico. Entre suas funcionalidades, incluem-se o reconhecimento de máquinas virtuais, uma malha programável, gerenciamento centralizado em painel único e tecnologia independente de antifalsificação altamente sofisticada.

III - DA PUBLICIDADE DO PLEITO E DAS MANIFESTAÇÕES

5. Registra-se que, conforme o disposto no Art. 5º, inciso II, do Decreto nº 10.242, de 2020, a Subsecretaria de Articulação em Temas Comerciais (STRAT) da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (SE-CAMEX) dá ampla publicidade quanto ao recebimento e ao estágio de processamento dos pleitos de alterações tarifárias recebidos, por meio da disponibilização destes em seu endereço eletrônico. Com isso, faculta-se a quaisquer interessados a possibilidade de manifestação nos autos do processo.

6. No caso do Ex "Switch MDS 9706", **não foram recebidas manifestações de apoio ou de oposição** à solicitação de redução do Imposto de Importação do produto objeto do pleito.

7. No que refere ao Ex "Switch Fibre Channel Cisco MDS 9132T", a empresa Teracom Telematica S.A. ("Teracom") protocolou, em 24 de fevereiro de 2025, uma manifestação de oposição ao pleito, com proposta de texto alternativo a este Ex.

8. Assim, a Teracom alegou que a redação do Ex pleiteado permitiria a importação de diversos equipamentos similares que concorrem diretamente com os produtos que ela desenvolve, com benefício de redução de II. Para fundamentar o seu argumento, a empresa apresentou uma descrição técnica dos equipamentos de sua fabricação.

9. Por fim, sugeriu, portanto, a reformulação do texto do Ex para:

> "Comutadores para rede de armazenamento de dados (SAN) para utilização em datacenters com "quantidade mínima de 32 portas Fibre Channel", capacidade de comutação igual ou maior que 1 Tbps, com circuitos integrados específicos para aplicação (ASIC) incluídos para tratamento do protocolo Fibre Channel (FC) ou Fibre Channel over Ethernet (FCoE), que suporte a funcionalidade de prevenção à propagação de congestionamento causado por problemas de desempenho ou drenagem lenta da SAN".

10. A única alteração proposta pela manifestante foi a inclusão do termo "Fibre Channel".

11. Em 12 de março de 2025, a pleiteante, Promonlogicalis, apresentou manifestação em resposta à sugestão da Teracom, aceitando a alteração proposta.

IV - DA ANÁLISE

12. A análise apresentada a seguir, se baseia em dados do comércio exterior extraídos do Comex Stat, abrangendo informações sobre importações, exportações e importações e a origem das importações. Isso proporciona uma visão geral da evolução desses indicadores, considerando a totalidade do código NCM analisado.

13. Cumpre ressaltar a impossibilidade de obter dados estatísticos exclusivamente para o produto objeto do pleito, uma vez que se trata de Ex-tarifário que representam apenas parte dos produtos classificados nos códigos NCM 8517.62.34.

Das Importações

14. O quadro abaixo apresenta dados do Comex Stat que mostram a evolução das importações referentes ao código NCM 8517.62.34, em valor (US$ FOB) e em quantidade (Kg), no período de 2022 a 2024 (jan-dez) e 2025 (jan-mai), bem como a evolução do preço médio dessas importações. Vale informar também que a NCM em análise foi criada a partir da Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022).

Quadro 2 - Importações - NCM 8517.62.34

Ano	Importações (US$ FOB)	Δ Importações (US$ FOB) (%)	Importações (Kg)	Δ Importações (Kg) (%)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Δ Preço médio (US$ FOB/Kg) (%)
2022	103.280.792	-	1.011.228	-	102,13	-
2023	212.707.670	106,0%	1.795.648	77,6%	118,46	16,0%
2024	189.197.837	-11,1%	1.670.816	-7,0%	113,24	-4,4%
2025 (Jan-Mai)	88.710.903	-	756.475	-	117,27	-

Elaboração: STRAT. Fonte: Comex Stat

15. No que se refere às importações do produto objeto do pleito, em 2024, observou-se um aumento no valor total das importações em relação à média dos anos anteriores. O valor importado em 2024 foi de US$ 189,2 milhões, enquanto a média de 2022 a 2023 foi de US$ 157,9 milhões, representando um incremento de 19,7%.

16. Em relação à quantidade importada, também registrou um aumento. Em 2024, foram importadas 1.670,8 toneladas, em comparação à média de 1.403,4 toneladas dos anos anteriores, indicando um incremento de 19,1%. Paralelamente, observou-se uma leve elevação nos preços. A média de preços entre 2022 e 2023 foi de US$ 110,30/kg, enquanto, em 2024, esse valor aumentou para US$ 113,24/kg, representando um aumento de 2,7%.

Das Exportações

17. O quadro a seguir apresenta a evolução das exportações de produtos classificados no código NCM 8517.62.34, em valor e em quantidade, nos períodos de 2022 a 2024 (jan-dez) e 2025 (jan-mai), bem como a evolução do preço médio dessas exportações.

Quadro 3 - Exportações - NCM 8517.62.34

Ano	Exportações (US$ FOB)	Δ Exportações (US$ FOB) (%)	Exportações (Kg)	Δ Exportações (Kg) (%)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Δ Preço médio (US$ FOB/Kg) (%)
2022	2.307.365	-	11.366	-	203,01	-
2023	4.582.436	98,6%	20.877	83,7%	219,50	8,1%
2024	9.229.627	101,4%	66.063	216,4%	139,71	-36,4%
2025 (Jan-Mai)	1.836.117	-	6.024	-	304,80	-

Elaboração: STRAT. Fonte: Comex Stat

18. No que se refere às exportações, observa-se que, entre 2022 e 2024, houve um aumento de 300% no valor exportado, passando de US$ 2,3 milhões para US$ 9,2 milhões. Em relação à quantidade exportada, houve um aumento de 481,2% entre 2022 e 2024, passando de 11,4 toneladas para 66,1 toneladas.

19. Por último, é importante destacar que o saldo do comércio exterior para a NCM 8517.62.34 foi negativo no período analisado, o que resultou em déficit na balança comercial de US$ 489.066.871,00 entre os anos de 2022 e 2024.

Das Políticas Comerciais que afetam as Importações

20. No que tange às origens das importações brasileiras de produtos classificados sob o código NCM 8517.62.34, destaca-se a China como o principal fornecedor, com uma contribuição de 58,8% da quantidade total importada no ano de 2024. Em sequência, aparecem: Estados Unidos (13,1%), Taiwan (Formosa) (12,5%), Vietnã (7,4%), além de outras nações (8,3%).

Quadro 4 - Importações por origem em 2024 - NCM 8517.62.34

Países	Valor US$ FOB	Quantidade (Kg)	Preço médio (US$ FOB/Kg)	Participação/Total (%)	Preferência Tarifária (%)
China	64.475.269	982.205	65,64	58,8%	0%
Estados Unidos	26.141.873	218.293	119,76	13,1%	0%
Taiwan (Formosa)	34.695.004	208.037	166,77	12,5%	0%

Vietnã	17.246.505	124.019	139,06	7,4%	0%
México	14.791.952	36.209	408,52	2,2%	0%
Hong Kong	715.616	26.444	27,06	1,6%	0%
Outros	31.131.618	75.609	411,74	4,5%	-
Total	**189.197.837**	**1.670.816**	**113,24**	**100,0%**	

Elaboração: STRAT. Fonte: Comex Stat

21. Observa-se, que 100% das importações brasileiras de produtos classificados no código NCM 8517.62.34 registradas em 2024 não gozaram de preferências tarifárias, devido à inexistência de acordos comerciais que regulem a matéria com os fornecedores relevantes dos produtos pertencentes ao código.

22. Ressalta-se, ainda, que o produto objeto do pleito não está submetido a medida de defesa comercial em vigor no Brasil e não é objeto de investigação de defesa comercial.

Do Regime de Ex de BK e BIT

23. Importante destacar que o código NCM em questão possui **6 Ex-Tarifários vigentes** com base na Resolução nº 323, de 4 de abril de 2022, e suas alterações, no âmbito da resolução Gecex 512/2023. A Resolução Gecex 512/2023 é norma especial que regula as concessões de redução tarifária para BIT/BK na condição de Ex-tarifários a qual deve ser observada.

Do Escalonamento Tarifário

24. Recorda-se que, em geral, a estrutura da Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC) é progressiva, de forma que as tarifas de importação tendem a ser proporcionais ao grau de transformação dos produtos. Nesse sentido, produtos industrializados e com maior grau de transformação contam, em geral, com tarifas de importação mais elevadas do que as tarifas de bens primários e insumos básicos.

25. No caso em questão, a alíquota do Imposto de Importação aplicada para os produtos objeto dos pleitos é de 12,8%, e, segundo a pleiteante, não se tratam de insumos que integram cadeias produtivas, mas sim, Bens de Capital (BKs). Portanto, não se verifica impacto direto no escalonamento tarifário.

Do Impacto Econômico

26. Inicialmente, é importante esclarecer que quotas solicitadas correspondem a um período total de 24 meses. Contudo, para fins de análise do impacto econômico, será considerado apenas o equivalente à metade desse montante, correspondente a 12 meses, seguindo o padrão utilizado nas avaliações de pedidos de redução temporária de II.

27. Diante disso, estima-se que o impacto econômico nominal estimado da medida, considerando ambos os pedidos, seja de **[CONFIDENCIAL]** [redacted] Estes valores estão abaixo do valor de US$ 1.000.000,00, referência utilizada nas análises de pleitos dessa natureza.

Quadro 5 - Impacto Econômico [CONFIDENCIAL]

Descrição	Switch MDS 9706	Switch MDS 9132T
Economia no Custo de Internação (US$/unidade)	[redacted]	
Quota considerada (365 dias)	125	150
Impacto econômico nominal (US$)	[redacted]	

Elaboração: STRAT. Fonte: Pleiteante.

V - DA CONCLUSÃO

28. Diante do exposto na presente Nota Técnica, e considerando que:

a) A pleiteante solicitou a redução da alíquota do Imposto de Importação referente a dois Ex-tarifários classificados sob a NCM 8517.62.34 - BIT -, de 16% para 0%, pelo período de 24 meses, com a justificativa de que a proposta trará benefícios para empresas de tecnologia e seus respectivos clientes em todo o país;

b) Os produtos em questão são utilizados para realizar a comutação de pacotes dos protocolos Fibre Channel (FC) e Fibre Channel over Ethernet (FCoE), atuando como um elo central de conexão em redes SAN. Sua finalidade é permitir a comunicação entre servidores e dispositivos de armazenamento, conectando iniciadores (Initiators) e alvos (Targets);

c) Para o Ex Switich MDS 9706 não foram registradas manifestações, ao passo que, para o Ex Switch MDS 9132T foi registrada manifestação da Teracom sugerindo alteração do Ex solicitado. A sugestão foi aceita pela pleiteante;

d) A NCM 8517.62.34 esteve vigente na LEBIT/BK com alíquota de 12,8%, até maio de 2025, e houve a recomposição à TEC, por meio da Resolução GECEX 732, trazendo o II novamente a 16%;

e) Atualmente, esse código NCM possui 6 (seis) Ex tarifários vigentes concedidos pelo Regime de Ex de BK e BIT, com base na Resolução Gecex nº 323, de 4 de abril de 2022, e suas alterações, todos com validade até 31 de dezembro de 2025, concedidos no âmbito da Resolução Gecex 512/2023, a norma aplicável no caso de pleitos de redução temporária do Imposto de Importação incidente sobre Bens de Informática e Telecomunicações e Bens de Capital (BIT/BK) na condição de Ex-Tarifário;

f) A Resolução Gecex 512/2023 é norma especial que regula as concessões de redução tarifária para BIT/BK na condição de Ex-tarifários a qual deve ser observada;

g) O impacto econômico nominal das medidas é **inferior** a US$ 1.000.000;

esta SE-CAMEX manifesta-se pelo

INDEFERIMENTO dos pleitos de redução tarifária da alíquota do Imposto de Importação, de 16% para 0%, para os dois produtos classificados no código NCM 8517.62.34 - BIT -, com criação de Ex-tarifários especificados no pedido.

Por fim, recomenda-se que a pleiteante apresente os pleitos na Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do MDIC, que é o órgão a quem compete analisar pleitos de redução temporária do Imposto de Importação incidente sobre Bens de Informática e Telecomunicações e Bens de Capital (BIT/BK) na condição de Ex-Tarifário.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

PEDRO VICENTE DA SILVA NETO

Chefe de Divisão

Documento assinado eletronicamente

MAURICIO GENTA MARAGNI

Coordenador de Temas Tarifários

De acordo. Encaminhe-se à Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais.

Documento assinado eletronicamente

CAROLINE LEITE NASCIMENTO

Coordenadora-Geral de Temas Tarifários

De acordo. Encaminhe-se ao Comitê de Alterações Tarifárias.

Documento assinado eletronicamente

HELOÍSA PEREIRA

Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais

Documento assinado eletronicamente

RODRIGO ZERBONE LOUREIRO

Secretário-Executivo da SE-CAMEX

Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Pereira Chikusa**, **Subsecretário(a)**, em 16/06/2025, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Leite Nascimento**, **Coordenador(a)-Geral**, em 16/06/2025, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

Documento assinado eletronicamente por **Maurício Genta Maragni**, **Coordenador(a)**, em 16/06/2025, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Zerbone Loureiro**, **Secretário(a) Executivo(a)**, em 23/06/2025, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

[redacted]

Referência: Processo nº 19971.000462/2025-34. SEI nº 50656745